BANCO DO BRASIL

RELATÓRIO ANUAL 1975

Os saldos dos financiamentos para a produção alcançaram Cr$ 1,4 bilhão, acréscimo de 63,1%. Para a comercialização do produto, os créditos ultrapassaram a casa dos trinta e dois milhões de cruzeiros, crescimento de 179,7%.

Soja

Produto de grande utilidade na indústria alimentícia e de crescente demanda no mercado internacional, a soja vem merecendo ampla assistência creditícia. Recebeu recursos de Cr$ 1.452 milhões, registrando crescimento de 84,1% sobre os Cr$ 789 milhões de dezembro de 1974.

Do montante aplicado, 96,9% ficaram com a produção, que acusou incremento de 86% em 1975, ao passar de Cr$ 756,6 milhões para Cr$ 1,4 bilhão.

A área cultivada atingiu 5,7 milhões de hectares, enquanto a produtividade média alcançou 1.661 kg/ha. Em 1975, a produção da soja elevou-se a 9,5 milhões de toneladas, representando incremento de 21%. Esse acréscimo foi motivado pela expansão da área cultivada e melhoria também da produtividade.

Para escapar ao aviltamento do preço internacional, muito contribuiu a adoção, no primeiro semestre do ano, da política de retenção do produto. Como conseqüência, a soja (grãos, farelo e torta) logrou a primeira posição dentre os produtos brasileiros exportados no período, gerando divisas superiores a US$ 1,0 bilhão.

O produto nacional vem sendo negociado na Bolsa de Roterdã a US$ 190 por tonelada e na de Chicago a US$ 170, nas vendas à vista. Esses preços oscilam com muita freqüência e são influenciados por vasta gama de informações que ali chegam.

Existe expectativa de melhoria de preços diante da tendência de aumento da procura de farelo, acentuada pelas notícias sobre a sustação dos fornecimentos da farinha de peixe do Peru.

O perfil do consumo da soja brasileira evoluiu sensivelmente nos últimos anos. Em 1975, devem ter sido exportados dois terços da produção e consumido um terço, ao passo que, na safra 71/72, a demanda externa foi de um terço e a interna absorveu dois terços.

Algodão

O cultivo do algodão, em 1975, mostra incremento de 1% na área plantada. A produção, entretanto, sofreu queda de 6%, já que a expansão só ocorreu com a cultura do tipo arbóreo, lavoura perene, predominante no Nordeste do País, e que apresenta produtividade muito baixa (222 kg/ha), se comparada com a do tipo herbáceo (962 kg/ha), cultivado essencialmente na Região Centro-Sul.

À vista dos problemas de comercialização surgidos nos últimos dois anos, os plantadores do herbáceo preferiram outras alternativas na utilização de suas terras, o que explica a queda na produtividade média do País. A colheita de algodão ficou em torno de 1.857,9 mil toneladas, enquanto em 1974 fora de 1.958 mil toneladas.

Os saldos dos empréstimos para o algodão — Cr$ 1.139,4 milhões em 1975 — representam 3,9% dos concedidos à agricultura, 8,2% a mais que dezembro de 1974. A produção beneficiou-se com 81,7% dos empréstimos, com 1,2% de decréscimo. A comercialização do produto participa agora com 18,3%, equivalentes a Cr$ 209,0 milhões, contra Cr$ 111,3 milhões em 1974.

No final de 1975, o algodão começou a apresentar sinais de recuperação nos mercados externo e interno. A produção brasileira situa-se em torno do dobro da capacidade de consumo nacional, o que cria sérias dificuldades ao setor, quando da não colocação do excedente no mercado externo.

Feijão

A redução ocorrida na área cultivada do feijão não impediu que a melhoria na produtividade gerasse um acréscimo na sua produção da ordem de 43,2 toneladas (2.279,7 mil toneladas em 1975 contra 2.236,5 em 1974).

Muitas foram as variações anuais nos empréstimos destinados a essa cultura. Assim mesmo, o montante de Cr$ 245,5 milhões em 1975 foi quase 53% maior em relação à assistência recebida no ano anterior.

Desse total, 82,6% coube à Produção, que teve seus créditos expandidos em 37,3%, passando de Cr$ 147,6 milhões, 1974, para Cr$ 202,7, em 1975.

Embora participando com 17,4% dos financiamentos, a comercialização do feijão passou de Cr$ 13,1 milhões, ano passado, para Cr$ 42,8 em 1975, com a significativa expansão de 227,6%, o que reflete o apoio financeiro dispensado pelo Banco à formação de estoques reguladores do produto.

O comportamento dos empréstimos à cultura da leguminosa apresentou-se em 1975, em média por trimestre, semelhante ao dos anos 1973 e 1974.

Cacau

Os empréstimos do Banco à cacauicultura absorveram 0,8% do volume aplicado aos produtos agrícolas. O total da assistência creditícia, que em dezembro de 1974 era de Cr$ 66,2 milhões, elevou-se a Cr$ 243,8 milhões em dezembro de 1975, acréscimo de 268,3%.

A significativa diminuição da área cultivada, de 508 para 450 mil hectares decorreu da erradicação de cacauais improdutivos. Entretanto, a

produção alcançou 224 mil toneladas, que espelha um incremento de 37%.

Houve aumento da produtividade média da ordem de 54%, como conseqüência também da adoção da técnica de adubação aplicada aos pés de cacau adultos, com capacidade de responder economicamente à inovação.

O cacau situou-se privilegiadamente na pauta de exportações dos produtos agrícolas. No período, gerou divisas no valor aproximado de US$ 220,4 milhões.

Fumo

Os saldos dos empréstimos à cultura do fumo somaram Cr$ 203,0 milhões, crescimento de mais de 77% sobre 1974.

A produção recebeu a maior parte — Cr$ 177,2 milhões — dos financiamentos concedidos ao produto ano passado, mais 87,3% do total emprestado ao fumo — incremento de 80,9% em relação ao período anterior.

A área cultivada passou de 226 mil para 236 mil hectares. Registrou-se queda na produtividade média do fumo da ordem de 14%, quando se reduziu a 1.152 kg/ha.

A produção alcançou o montante de 273 mil toneladas. No conjunto dos produtos básicos, o fumo teve, no período, participação importante nas exportações, colocando-se no 8.º lugar, ao produzir US$ 141,8 milhões em divisas.

Mandioca

O Brasil possui terras e climas favoráveis ao cultivo da mandioca. Pesquisas ininterruptas vêm sendo feitas com vistas à melhoria de produtividade e aproveitamento integral do produto.

Recentemente, passou a despertar interesse como matéria-prima do álcool, o que levou os produtores a se mostrarem mais atraídos pelo seu cultivo. Apesar da importância do álcool para utilização juntamente com a gasolina, deverão ser adotadas providências com vistas a evitar que a demanda daí derivada comprometa a oferta de raízes para o fabrico de farinhas, produto básico na alimentação das classes de renda mais baixa. Nesse sentido, os preços-mínimos para a mandioca das regiões Norte e Nordeste tiveram acréscimo de Cr$ 105,00 para Cr$ 151,00 em média.

No período, a produção de mandioca atingiu 27,2 milhões de toneladas, crescendo 10% em relação à safra de 1974. Também a produtividade média registrou acréscimo de 2,6%, quando alcançou 12,6 t/ha.

Dos Cr$ 126,5 milhões aplicados, foram destinados especificamente ao custeio da produção créditos no valor de Cr$ 125,1 milhões e Cr$ 1,4 milhão à comercialização.

Empréstimos ao Cacau
Saldos em fins de período

Especificação	Dezembro 1974		Dezembro 1975		Variação Percentual		
	Valor Cr$ mil	%	Valor Cr$ mil	%	Dez/73 / Dez/72	Dez/74 / Dez/73	Dez/75 / Dez/74
Produção	63.967	96,6	221.591	90,9	- 0,7	3,5	246,4
A Agricultores	61.326	92,6	212.504	87,2	- 6,9	6,6	246,5
A Cooperativas	2.641	4,0	9.087	3,7	781,6	- 38,6	244,1
Comércio	2.233	3,4	22.196	9,1	125,0	0,9	669,3
Total	**66.200**	**100,0**	**243.787**	**100,0**	**1,3**	**3,4**	**268,3**

Interior da torre da antena

Instalações da Embratel em Itaboraí – RJ

As telecomunicações com o Sistema DDD, a nível internacional, marcaram nova etapa. Curitiba é a primeira cidade do País e da América do Sul com telefone tecla desde 16 de julho de 1975.
Além disso, houve grande acréscimo de transmissões nos centros de televisão e a expansão da Central Telex Internacional, que praticamente dobrou o número de troncos disponíveis.
A EMBRATEL e INTELSAT se uniram para a utilização permanente e exclusiva de um *Transponder* no satélite INTELSAT IV-F7, da área do Atlântico. Destina-se a comunicações nacionais com Cuiabá, Manaus e Boa Vista. Em consequência disso, passa o Brasil a ocupar a 3a. posição na utilização de canais-satélite entre os 89 países membros do Sistema.
No plano, ainda, das comunicações, uma das grandes metas do Governo é atingir até 1979 média de sete a oito telefones por cem habitantes.

Carro de comando

Na busca de solução mais racional para o tráfego urbano, procurou-se um sistema de transporte de massa que pudesse, a um só tempo, interligar os pontos principais da cidade grande, sem bloqueio das ruas.
A idéia de construir uma verdadeira rede ferroviária subterrânea cristalizou-se pela primeira vez em 1863 com a inauguração do Metrô de Londres. O exemplo foi seguido por grande número de países do mundo.
Hoje, os modernos sistemas atingiram elevado grau de sofisticação. São controlados por computadores, e dotados de todos os requisitos de segurança e conforto para atender número cada vez maior de usuários.
Na medida em que tenta resolver o problema da condução de grandes massas, o METRÔ preserva a imagem da cidade que o acolhe. O Brasil seguiu o caminho consagrado universalmente. São Paulo tem hoje o seu Metrô, com algumas estações em funcionamento.
Os cariocas também constroem o seu. Por volta de 1980, as composições já estarão viajando pela Cidade Maravilhosa.

Pátio de manobras

Plataforma

Painel de controle

PECUÁRIA

Para obter crescimento de 7% ao ano para a pecuária no qüinqüênio 1975/79, o Governo vem amparando a atividade através do Programa Nacional para a Pecuária Bovina de Corte e de Leite, agrupando três subprogramas de grande importância para o setor.

Sob orientação do Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária (CONDEPE), o Programa de Desenvolvimento da Pecuária (PRODEPE) conta com mais de Cr$ 700 milhões de dotações em áreas destacadas para a pecuária de corte no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Goiás.

Os recursos são provenientes do Banco Central – Cr$ 980 milhões – complementados pelos Cr$ 101 milhões oriundos do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O Banco do Brasil, único agente financeiro do Programa de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira (PDPL), auxilia com Cr$ 1,3 bilhão as principais bacias leiteiras na Região Centro-Sul. Objetiva introduzir modernas técnicas de manejo e alimentação do gado leiteiro, além do aprimoramento das matrizes. A médio prazo, pretende-se melhorar não só a qualidade como a quantidade do leite *in natura.*

O PRONAP, Programa Nacional de Pastagens, tem a finalidade de obter maiores índices de aproveitamento tanto do manejo, como do trato sanitário e também na alimentação animal, principalmente nos períodos de seca. Isto visa a aumentar a taxa de desfrute e reduzir os desníveis de oferta e procura, nas fases de safra e entressafra. Até dezembro de 1975, o saldo das aplicações do Programa atingiram Cr$ 202,6 milhões.

Os reflexos das geadas no Centro-Sul e as enchentes no Nordeste atingiram a pecuária, sobretudo a de corte, dificultando a recuperação natural do peso dos animais. As estiagens que se seguiram às geadas prolongaram as péssimas condições das pastagens. Em decorrência, o gado leiteiro teve necessidade de receber ração suplementar muito concentrada, onerando os custos de produção.

Em agosto do ano passado, medidas de emergência foram reunidas em dois planos especiais de assistência financeira, autorizados pelo Conselho Monetário Nacional.

Para a Região Centro-Sul, recursos de Cr$ 3,1 bilhões propiciaram o reinício do processo produtivo e ainda reforçaram linhas de crédito rural tradicionais e especiais.

Aos produtores rurais do Norte e Nordeste (Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Amazonas e Pará), afetados pelas enchentes, foram destinados recursos de Cr$ 1,0 bilhão para novos créditos, reforço das linhas tradicionais e recomposição de dívida. O Banco logo liberou empréstimos para os setores industrial, de serviços e comercial, bem como para a agropecuária, estabelecendo taxas favorecidas e prazos ajustados às condições peculiares às empresas prejudicadas pela calamidade, seguindo os mesmos critérios adotados pelo Programa Especial de Assitência Financeira para Recuperação da Agropecuária na Região Nordeste (PROENE).

Ainda naquelas regiões, outra linha de crédito foi também criada, de forma a amparar as necessidades de capital de trabalho dos criadores, evitando a venda precipitada de matrizes e crias. A modalidade de empréstimo contribuiu, de modo decisivo, para a expansão de mais de 185% no custeio da atividade pecuária no período.

Os empréstimos à pecuária (produção e comércio) ficaram com mais de 15% do que foi destinado à atividade privada.

Os saldos dos empréstimos à pecuária cresceram 107,4% ao alcançar Cr$ 20,4 bilhões no final de 1975. Em 1974 e 1973, os saldos das aplicações tiveram expansão de 59% e 53,4%, respectivamente.

Melhoramentos e Equipamentos passou de Cr$ 4,3 bilhões para Cr$ 8,3 bilhões e o agrupamento *Insumos Modernos,* nada obstante menor participação em valores absolutos, cresceu 230,9%. Revela de certa forma que o pecuarista vem procurando melhorar o nível tecnológico

Empréstimos ao fumo
Saldos em fins de período

Especificação	Dezembro 1974 Valor Cr$ mil	%	Dezembro 1975 Valor Cr$ mil	%	Variação Percentual Dez/73 / Dez/72	Dez/74 / Dez/73	Dez/75 / Dez/74
Produção	98.016	85,8	177.268	87,3	41,2	116,3	80,9
A Agricultores	84.886	74,3	156.367	77,0	41,0	108,4	84,2
A Cooperativas	13.130	11,5	20.901	10,0	43,7	185,8	59,2
Comércio	16.277	14,2	25.814	12,7	62,6	174,5	58,6
Total	**114.293**	**100,0**	**203.082**	**100,0**	**43,4**	**123,0**	**77,7**

da exploração rural em resposta aos incentivos governamentais.

Principais rebanhos

O total dos créditos especialmente destinados aos rebanhos, mais de Cr$ 11 bilhões em 1975, representou mais de 120% de aumento sobre os Cr$ 5 bilhões em 1974, ano em que a variação percentual em relação a dezembro de 1973 tinha alcançado pouco mais de 46%.

A bovinocultura é a atividade de maior peso nos empréstimos. Os demais rebanhos, embora de menor valor absoluto, também apresentaram significativos incrementos, refletindo o dinamismo da pecuária.

Bovinocultura

O financiamento dos rebanhos alcançou 85,7% dos recursos destinados diretamente a esse ramo da pecuária. Quase Cr$ 10 bilhões permitiram um incremento da ordem de 135,5%, comparando-se com os Cr$ 4,0 bilhões do período anterior.

O custeio da bovinocultura envolveu maiores parcelas em 1975, resultando numa expansão de 310,2% (de Cr$ 1.592,3 para Cr$ 6.531,0 milhões), decorrente basicamente do financiamento para retenção de crias. Outros itens – aquisição de bovinos, melhoramentos e equipamentos – tiveram menores participações, mas cresceram razoavelmente.

Produtos Pecuários – estocagem – Para atenuar tanto a alta no preço da carne bovina quanto a matança predatória de animais sem condições adequadas de peso, o Governo vem atuando de forma sistemática a partir de 1971, através de diversos mecanismos. Dentre eles, a formação de estoques reguladores, adquiridos na safra, com financiamento do Banco – suprindo, desta forma, o mercado da carne fresca na entressafra – e diminuição de abates nesses períodos através da fixação de quotas para os frigoríficos, de modo a poupar o gado enquanto magro.

Apesar de crescente, a quantidade de carne estocada anualmente para regular o fornecimento durante a entressafra (agosto/dezembro) ainda não corresponde totalmente às necessidades do consumo, nas cidades de Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília.

O esquema de abastecimento simultâneo de carne fresca e congelada, nos anos de 1971 a 1973, alterna-

Empréstimos à Pecuária (Produção e Comércio)
Saldos em fins de período

Especificação	Dezembro 1974		Dezembro 1975		Variação Percentual		
	Valor Cr$ mil	%	Valor Cr$ mil	%	Dez/73 / Dez/72	Dez/74 / Dez/73	Dez/75 / Dez/74
Rebanhos	5.054.855	51,4	11.130.179	54,6	37,0	46,7	120,2
Melhoramentos e Equipamentos	4.349.487	44,2	8.250.216	40,5	86,6	74,1	89,7
Insumos Modernos	186.900	1,9	618.369	3,0	81,0	66,4	230,9
Demais Itens	176.787	1,8	273.500	1,3	13,1	133,3	54,7
Produção	9.768.029	99,3	20.272.264	99,4	54,0	59,3	107,5
Pecuaristas	9.543.265	97,0	19.911.570	97,6	54,3	59,9	108,6
Cooperativas	224.764	2,3	360.694	1,8	42,8	37,5	60,5
Comércio	69.004	0,7	125.769	0,6	9,5	27,4	82,3
Total	**9.837.033**	**100,0**	**20.398.033**	**100,0**	**53,4**	**59,0**	**107,4**

do quinzenalmente em 1974, a fim de complementar a insuficiência dos estoques reguladores, foi substituído, em 1975, pela rigorosa proibição da venda da carne fresca ao consumidor. Em face da insuficiência dos estoques em poder da COBAL, o Conselho Nacional de Abastecimento liberou o abate e os preços de comercialização da carne bovina um mês antes do término da entressafra (14.11.75).

Um outro mecanismo governamental se refere ao leite: é o Plano de Estocagem Diversificada de Produtos Lácteos, que tem a finalidade de suprir de capital de giro as empresas industriais proprietárias de usinas de benficiamento de leite e de fábricas de laticínios, além de complementar outras providências colocadas em prática pelo Governo. Com isso, procura-se regular a produção de leite no País.

O Plano de Estocagem de Carne para entressafra de 1975 foi integralmente financiado pelo Banco, mobilizando recursos da ordem de Cr$ 1,7 bilhão.

Suinocultura

O saldo de Cr$ 384,9 milhões em dezembro de 1975 evidenciou crescimento de 125,7% sobre os Cr$ 171 milhões alcançados em dezembro de 1974. As variações anuais anteriores (21% em 1973 e 86,1% em 1974) refletem a atual melhoria na assistência creditícia ao setor, que participa agora com 3,5% das aplicações do Banco aos rebanhos.

A maior parcela coube ao custeio, aproximadamente 70% dos financiamentos à produção, aumentando mais de 73% (de Cr$ 155,6 para Cr$ 269,6 milhões). *Melhoramentos e Equipamentos* surge com Cr$ 88,2 milhões, indicando isso a reestruturação de instalações e modificação no manejo do rebanho.

Avicultura

Em 1975, esses empréstimos registraram expansão de 63,2%, pois foram grandemente influenciados pelos financiamentos concedidos ao custeio. No tocante à parte de *Equipamentos e Melhoramentos,* a participação foi de 20,8% no total dos financiamentos à Avicultura.

A avicultura deve situar-se no contexto do planejamento de longo prazo a fim de evitar problemas mercadológicos. Esse aspecto, aliás, vem sendo levado em conta na análise de projetos de implantação e ampliação de granjas. A redução dos custos finais incentivará o aumento do consumo interno e permitirá a exportação em maior escala.

A venda obrigatória de carne bovina congelada, devido à preferência do consumidor pelas carnes frescas, favoreceu a colocação de frangos no mercado. A venda externa de aves abatidas, principalmente para o Oriente Médio, também permitiu que a Avicultura diversificasse seu mercado.

Indústria

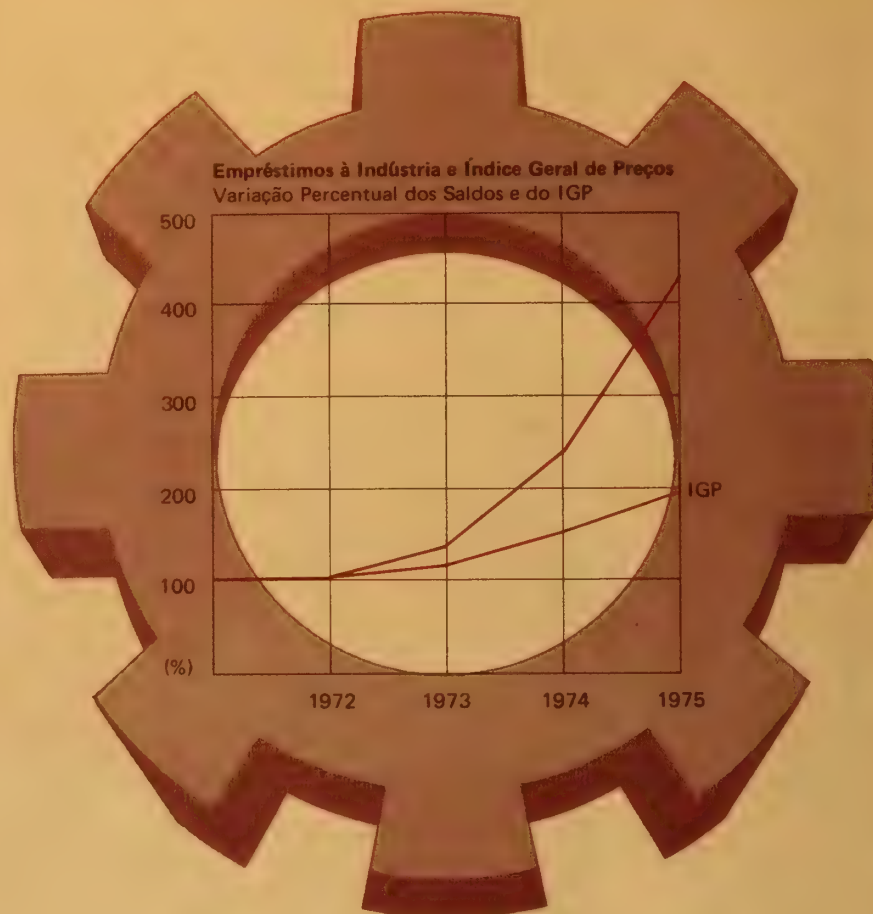
Em 1975, a assistência financeira prestada à indústria se elevou a Cr$ 43,4 bilhões, acréscimo de 73% se confrontado com dezembro/74. Esse expressivo crescimento do crédito industrial – seguindo a mesma linha de comportamento que caracteriza o ano de 1974 – vem traduzir a constante preocupação do Banco em diminuir os problemas do setor, particularmente nesse período de dificuldade de mercado.

O aumento nominal dos empréstimos nos últimos quatro anos, comparado ao do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna, comprova a significativa participação do Banco no processo de desenvolvimento industrial brasileiro.

As aplicações convergiram para o financiamento da produção, que absorve 84% do total destinado à indústria, ficando a comercialização com Cr$ 7,2 bilhões. No fim de 1974, a situação era inferior: 80,9% e Cr$ 4,8 bilhões, respectivamente.

Os saldos dos empréstimos industriais representam 33,5% das aplicações do Banco ao Setor Privado, somente superados pelos que se destinam à Agricultura.

Empréstimos à avicultura
Saldos em fins de período

Especificação	Dezembro 1974 Valor Cr$ mil	%	Dezembro 1975 Valor Cr$ mil	%	Variação Percentual Dez/73 / Dez/72	Dez/74 / Dez/73	Dez/75 / Dez/74
Custeio	193.568	100,0	250.225	79,2	38,1	74,5	29,3
Melhoramentos e Equipamentos	–	–	65.650	20,8	–	–	–
Total	**193.568**	**100,0**	**315.875**	**100,0**	**38,1**	**74,5**	**63,2**
Avicultores	187.374	96,8	306.681	97,1	40,0	91,4	63,7
Cooperativas	6.194	3,2	9.194	2,9	- 4,7	74,5	48,4

O Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira, FUNPROÇÚCAR, é o mais importante fundo operado pelo Banco no setor industrial, encerrando o ano com Cr$ 5,3 bilhões de saldo, incremento de 223,8% no decorrer de 1975.

Mediante recursos de depósitos com correção monetária pré-fixada, o FESP (Financiamento Especial ao Setor Privado) continua atendendo as necessidades de capital de giro de empresas industriais, registrando saldo de Cr$ 4,3 bilhões ano passado.

Reaplicando os retornos dos capitais investidos, aproximadamente Cr$ 3,0 bilhões, o Banco vem financiando capital de trabalho, através do PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público).

Outros fundos e programas proporcionam assistência creditícia ao setor industrial. Dentre esses o FUNGIR (Fundo para Financiamentos de Capital de Giro) que beneficia as empresas produtoras de material de construção e construtoras com Cr$ 234,5 milhões. O FDI (Fundo de Desenvolvimento Industrial) financia pequenas e médias empresas produtoras de máquinas e equipamentos, bens de consumo intermediário e produtos acabados destinados, exclusivamente, à alimentação, vestuário e habitação, em Cr$ 95,7 milhões. O FAD (Fundo Alemão de Desenvolvimento) auxiliou com Cr$ 34,6 milhões a implantação, reforma e modernização de pequenas e médias empresas industriais do Norte e Nordeste.

A indústria de transformação lidera as aplicações do setor, concentrando 84,1% do total desses empréstimos (Cr$ 36.453,6 milhões), em grande parte destinado à produção. Em seguida, estão os financiamentos ao Armazenamento (Cr$ 798,4 milhões), Construção Civil (Cr$ 687,0 milhões) e Indústria Extrativa Mineral (Cr$ 315,3 milhões), enquanto os restantes Cr$ 4.688,1 milhões se destinam a outras atividades industriais.

Têm-se mantido grandes volumes de aplicações nos ramos industriais tradicionalmente mais assistidos pelo Banco: Produtos Alimentares, Cr$ 9.673,5 milhões e Têxtil, Cr$ 4.104,5 milhões, além de Metalúrgica, Cr$ 3.785,4 milhões e Material de Transporte, Cr$ 2.085,6 milhões.

As aplicações do PROTERRA Industrial são destinadas ao amparo de inversões fixas relativas a implantação, ampliação e/ou modernização de unidades industriais, compreendendo obras de construção civil, máquinas e implementos. Abrangem também despesas de transporte, seguros, instalações e outras, além de encargos financeiros iniciais do projeto e previsão para eventuais reajustes nos preços dos itens orçados.

No grupo de produtos alimentares, destaca-se o auxílio à indústria do açúcar (69,3%), do café (5%), aos frigoríficos (3,1%), beneficiamento do arroz (2,7%), bem como os empréstimos das cotas de trigo estrangeiro aos moinhos (1,8%). A assistência à agroindústria do açúcar deverá receber novo impulso em virtude dos financiamentos necessários ao desenvolvimento do Plano Nacional do Álcool.

A discreta elevação no índice de crescimento da indústria brasileira, ano passado, levou o Banco a repetir sua atuação de apoio ao setor em seus períodos mais difíceis, implementando, com recursos próprios, diversas linhas especiais de crédito.

Em junho de 1975, foi instituída linha especial de crédito no valor de Cr$ 250 milhões, objetivando corrigir o déficit estrutural, refinanciar o passivo de formação inadequada e restaurar o capital de trabalho de empresas industriais do Ceará. A situação adversa da indústria cearense decorreu, entre outros fatores, da acentuada queda de preços de produtos básicos exportáveis e também de certa timidez do consumo interno.

Antecipando-se à própria regulamentação do Banco Central do Brasil, o Banco passou a socorrer as indústrias do Norte e Nordeste atingidas pelas enchentes. Essas operações, cobertas mais tarde por recursos liberados pelo Banco Central, minimizaram os prejuízos causados pelas inundações em Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Pará e Amazonas. Os financiamentos, na modalidade de créditos fixos, vieram ajudar empresas industriais, comerciais e de prestação de serviços, para composição de dívidas, investimentos fixos, reforço de capital de giro, além de desconto de duplicatas.

Em outubro de 1975, criou-se outra linha especial de crédito, de Cr$ 400 milhões, para as indústrias do Maranhão, Bahia e Sergipe, nas mesmas bases que foi adotada para o setor secundário cearense, com o propósito de permitir a concessão de suporte financeiro às empresas com possibilidades de recuperação.

As sérias dificuldades enfrentadas pela indústria de juta, em consequência das adversidades climáticas que se abateram sobre áreas de produção do País, levaram o Banco a instituir, também em outubro, linha especial de crédito no valor de Cr$ 45 milhões, com a finalidade de promover suprimento de capital de giro às empresas produtoras e exportadoras de manufaturados de juta, e destinada à aquisição de matéria-prima para fabricação de produtos têxteis, com vistas à exportação.

O ramo industrial dessa fibra foi fortemente afetado pelas quebras das safras de cana-de-açúcar, arroz e trigo, que reduziram o mercado interno de sacaria de juta, pois, o dimensionamento e a ampliação da produção são estabelecidos em função do volume dessas safras.

Empréstimos à Indústria de Transformação
Saldos em fins de período — Cr$ milhões

Especificação	1973	1974	1975
Produtos Alimentares	2.417,1	4.340,4	9.673,5
Têxtil	1.523,6	2.200,0	4.104,5
Metalúrgica	1.470,9	2.100,4	3.785,4
Veículos e Material de Transporte	627,2	1.140,2	2.085,6
Vestuário e Calçados	688,3	888,4	1.416,9
Química	696,2	954,3	1.265,4
Mecânica	515,5	793,1	1.117,5
Material Elétrico e de Comunicações	426,5	611,0	813,9
Papel e Papelão	196,0	245,2	391,5
Couros e Peles	79,1	93,4	116,3
Fumo	6,9	5,9	17,4
Diversos	4.237,8	7.483,4	11.665,7
Total	**12.885,1**	**20.855,7**	**36.453,6**

Comércio Exterior

Uma conjuntura internacional caracterizada pelo crescente protecionismo, somada aos problemas com o balanço de pagamentos, exige expressiva política de estímulos às exportações e contenção e seletividade das importações.

Nossas exportações não apresentaram crescimento capaz de equilibrar a balança comercial, embora seja considerado muito bom seu desempenho diante de um mercado internacional retraído. O déficit comercial deve ser atribuído à crescente necessidade de importar bens essenciais ao desenvolvimento da economia.

Em 1975, o total das exportações foi além de 8,6 bilhões de dólares, incremento de 8,9% em relação a 1974, enquanto as importações sofreram decréscimo de 2,9% sobre 1974.

As exportações apresentaram maior expansão no setor de produtos básicos (9,5%), em especial o minério de ferro e a soja — grão, farelo e torta — que assumiu a liderança do grupo. O café em grãos caiu 1,4% e o açúcar demerara sofreu redução de 21,3%, em relação a 1974.

Os produtos industrializados aumentaram 8%, liderando o setor de material de transporte. A indústria automobilística apresentou acentuada contribuição em 1975, na pauta de exportação, e outros itens, como caldeiras, máquinas, aparelhos mecânicos e calçados evoluíram satisfatoriamente.

As importações mantiveram-se elevadas em 1975, apesar do esforço desenvolvido pelo Governo para discipliná-las e selecionar alguns de seus itens. A crise do petróleo continuou repercutindo no mercado mundial de matérias-primas, bens intermediários e produtos acabados, com reflexos na economia brasileira, ainda dependente, em expressiva escala, de fornecimentos externos para seu desenvolvimento.

O Decreto 75.677, de 29.04.75, disciplinou as importações de órgãos e entidades governamentais. A resolução n.º 331, de 16.07.75, do Banco Central do Brasil, instituiu o sistema de depósito obrigatório, restituível

BANCO DO BRASIL
RELATÓRIO ANUAL
1975

Diretoria

Sentados: ao centro, Angelo Calmon de Sá, *Presidente;* da esquerda para a direita, César Dantas Bacellar Sobrinho, *Câmbio;* Admon Ganem, *Recursos Humanos;* Dinar Goyheneix Gigante, *Coordenação e Execução da Política de Crédito Rural;* Oswaldo Roberto Colin, *Administração;* Carlos Brandão, *Finanças;* Benedicto Fonseca Moreira, *Comércio Exterior;* Eduardo de Castro Neiva, *Agências e Participações Internacionais.* De pé: Diretores da *Carteira de Crédito Geral e Rural:* Amilcar de Souza Martins, *1a. Região;* Walter Peracchi Barcellos, *6a. Região;* Antônio Arnaldo Gomes Taveira, *5a. Região;* Rodrigo Horácio Garcia da Costa, *3a. Região;* Daniel Agostinho Faraco, *7a. Região;* José Aristóphanes Pereira, *2a. Região;* Mário Pacini, *4a. Região.*

CARTA AOS ACIONISTAS

CARTA AOS ACIONISTAS

Senhores Acionistas,

É com grande satisfação que, pela segunda vez, nos dirigimos a V. Sas. para submeter-lhes o Relatório Anual das Atividades do Banco do Brasil.

Em 1975, de certa maneira, todos os países do mundo, mesmo aqueles altamente desenvolvidos, tiveram suas riquezas comprometidas pelo desenrolar da crise mundial de energia.

Muitos fatores contribuíram para toda essa crise, que indiscriminadamente atinge ricos e pobres. Não há dúvida de que a causa maior foi o aumento exagerado dos preços do petróleo.

O Brasil, um país que vem crescendo em ritmo acelerado — com elevada demanda de importação e níveis ainda não satisfatórios de exportação — não permaneceu incólume aos efeitos negativos de uma conjuntura internacional cujos reflexos perduram de modo ainda bastante acentuado.

Basicamente, o ponto crucial tem sido o Balanço de Pagamentos, cujo equilíbrio o Governo vem tentando restabelecer mediante a adoção de medidas clássicas e tradicionalmente eficazes, e de outras que de alguma forma conduzam o País a um ajustamento de sua economia à nova realidade internacional.

A retomada do processo de substituição de importações, os incentivos às exportações, o desestímulo à importação, particularmente de bens supérfluos, e a lúcida alternativa dos contratos de serviço, com cláusula de risco, para prospecção de petróleo, representam parte de um esforço global despendido pelas autoridades para minimizar os efeitos da crise.

Apesar de tudo, encaramos com grande entusiasmo o futuro. Sentimo-nos mesmo reconfortados em saber que a despeito de tantas vicissitudes o crescimento de nossa economia ficou em 4,2%, o que já constitui um feito realmente notável, se comparado com o desempenho da economia de outros países, no período.

A circunstância, rara, por sinal, de reunir o Banco do Brasil, nele só, características tão diversas, próprias de Banco Rural, de Desenvolvimento Regional, de Comércio Exterior e de Banco

Comercial vem-se constituindo, sem dúvida, num dos maiores fatores para o êxito das políticas monetária, creditícia e financeira do Governo.

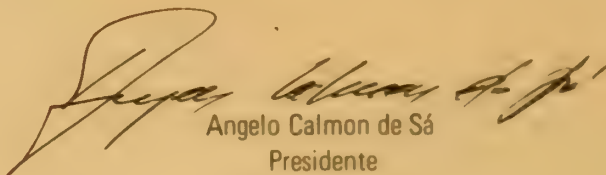
Na verdade, não há segmento da economia no qual a assistência do Banco não esteja presente, graças àquelas peculiaridades que o tornam um estabelecimento singular em todo o mundo.

Como principal agente financeiro do Governo, teve o Banco mais uma vez participação importante na assistência financeira prestada aos produtores rurais das regiões Norte, Nordeste e Sul do País que sofreram prejuízos em suas atividades, decorrentes, uns, das enchentes, outros, da geada. As situações emergenciais do setor secundário mereceram também tratamento especial.

A contribuição do Banco para a redução das desigualdades regionais de renda em 1975 traduziu-se na ampliação da assistência ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste, compreendendo não apenas a maior aceleração do crescimento dos empréstimos como a instalação de novas agências capazes de despertar o potencial de espaços econômicos não ou mal aproveitados.

Resultado dessa utilização do Banco como importante instrumento com que conta o Governo para apoiar o desenvolvimento regional foi o aumento daquelas áreas na participação relativa, pois em conjunto passaram a deter 34,5% das aplicações e 29,6% das filiais, contra 33,1% e 25,9% em 1974.

O Banco, sensível às iniciativas de conteúdo econômico-social, vem financiando projetos de infra-estrutura urbana, particularmente com recursos do Fundo de Desenvolvimento Urbano — FDU, cujos saldos no fim de 1975 atingiram Cr$ 2.472,7 milhões.

A presença agora do Banco nos cinco continentes, com a criação dos nossos escritórios de representação em Sidnei, na Austrália e Lagos, na Nigéria, não só reflete a grandeza do estabelecimento — situado entre os maiores do mundo — como sobretudo reitera o irrefutável êxito colhido por nossas dependências lá fora.

A penetração do Banco nos mercados financeiros do exterior, através de associações com grandes banqueiros internacionais, tem-se constituído experiência estimulante e vantajosa para nós. Os acontecimentos mais importantes nessa área, em 1975, foram a nossa participação no Kuwait Pacific Finance Company Limited (KPFC) e a criação do Brazilian Finance and Investment Corporation, Canadá.

No plano interno do Banco, o fato altamente significativo — que traduz o amoldamento da Empresa às suas novas dimensões e responsabilidades — foi sem dúvida a reestruturação administrativa da qual resultou a criação das Diretorias de Coordenação e Execução da Política de Crédito Rural, de Agências e Participações Internacionais e de Finanças.

Na área do pessoal, dois acontecimentos relevantes vieram marcar o ano de 1975. A reestruturação das escalas salariais, homologada pelo Exmo. Ministro do Trabalho, e a criação do quadro de graduados, que na medida em que valoriza os servidores mais qualificados — corrigindo, inclusive, distorções na remuneração — abre maiores perspectivas para os integrantes de outras carreiras.

Naturalmente, os excelentes resultados obtidos no presente exercício e ora apresentados aos Senhores Acionistas só foram possíveis em face do apoio e da colaboração do Ministério da Fazenda e Banco Central do Brasil, e sobretudo do esforço conjunto e da dedicação da Diretoria e funcionários da Casa.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 1976

Angelo Calmon de Sá
Presidente

BANCO DO BRASIL RELATÓRIO ANUAL 1975

ECONOMIA

Breve Perfil da Economia Internacional 1

Visão Global da Economia Brasileira 3

- Aspectos Financeiros
- Setor Externo
- Agropecuária
- Indústria

ATIVIDADES DO BANCO DO BRASIL

Recursos 13

Aplicações 15

- Agropecuária
- Agricultura
- Pecuária
- Indústria
- Comércio Exterior
- Operações de Cambio

Outros Créditos 39

Imobilizado 40

Resultados Financeiros 40

Rede de Agências no País 42

Agências no Exterior 43

Recursos Humanos 45

A Infra-Estrutura do Banco 49

Reforma Administrativa 52

Editado pela Consultoria Técnica. Banco do Brasil, Edifício Sede, 21.º andar, Setor Bancário Sul, Bloco A, 70.000, Brasília (DF). **Programação Visual:** Ennio Imbuzeiro. **Fotografias, Composição, Artes e Impressão:** Gráfica do Banco do Brasil (DEMAC/DIGRA). Rua General Bruce, 55-A, São Cristovão, [illegible]

BANCO CENTR

Breve Perfil da Economia Internacional

Breve Perfil da Economia Internacional

DEPOIS de quase dois anos de crise — com os países industrializados atravessando sua mais grave recessão econômica desde a Segunda Guerra Mundial — começaram a surgir nos últimos meses de 1975 significativos sinais de recuperação, o que permite prognosticar dias melhores para 1976.

De fato, pelo menos num ponto parecem concordar os observadores e técnicos especializados de todo mundo: é de que em 1976 — tendo já passado o pior período da crise — terá início uma fase de retomada econômica dos países industrializados.

Estes, aliás, a despeito das dificuldades próprias da situação, já vêm conseguindo reduzir gradualmente suas taxas de inflação, e boa parte começa até a apresentar *superavits comerciais*, numa demonstração de vigor e capacidade de absorver os efeitos da alta dos preços do petróleo.

A dúvida que ocorre é precisamente quanto ao caráter dessa recuperação: se acelerada ou lenta, conforme pontos-de-vistas expressos por analistas diversos. É certo, contudo, que ela atuará diferentemente em cada economia, e possivelmente poderá demorar a difundir-se.

Naturalmente, os países menos desenvolvidos, com graves problemas cambiais, inclusive, terão que esperar um pouco mais para se recuperar dos danos causados pela recessão. Mas é certo que de alguma forma suas exportações serão favorecidas com as boas perspectivas mundiais para 1976.

Os principais países do mundo ocidental — Estados Unidos, Alemanha Ocidental, França, Canadá, Itália, Inglaterra — e também o Japão, já registram, aliás, evidentes sinais de revitalização de suas economias. É bem possível que muito brevemente seus níveis gerais de produção retornem aos de 1973, ano do início da recessão.

Já se admite por exemplo que a produção industrial norte-americana poderá crescer a taxa não inferior a 10% em 1976, o que se traduz em importante indicador da retomada da expansão econômica nos Estados

Reservas Internacionais
Principais Países Industrializados - US$ milhões

Países \ Períodos	1973 Dezembro	%	1974 Dezembro	%	1975 Outubro	%
Alemanha	33.172	28,7	32.399	27,0	31.710	26,1
Arábia Saudita	3.877	3,4	14.285	11,9	21.098	17,4
Estados Unidos	14.378	12,4	16.058	13,4	16.370	13,4
França	8.529	7,4	8.851	7,4	11.767	9,8
Inglaterra	6.476	5,6	6.939	5,8	5.775	4,8
Japão	12.246	10,6	13.519	11,3	13.192	10,9
Venezuela	2.412	2,1	6.513	5,4	8.781	7,2
Demais	34.415	29,8	21.345	17,8	12.581	10,4
Total	**115.505**	**100,0**	**119.909**	**100,0**	**121.274**	**100,0**

Fonte: International Financial Statistics - dezembro de 1975

Unidos, além dos impulsos que essa circunstância será capaz de gerar sobre toda a economia mundial.

O desemprego é também um desafio. Somente Estados Unidos e Itália continuaram registrando declínio no nível de emprego no período maio/outubro. Os outros países experimentaram ligeiras elevações, tendo a Inglaterra apresentado o maior acréscimo.

As reservas em divisas em poder dos 14 principais países industrializados vêm acusando melhoria. Em outubro, expressavam-se por US$ 121,3 bilhões, contra menos de US$ 118,6 em setembro. A maior alta foi registrada nos Estados Unidos, que passou de US$ 15,9 bilhões para US$ 16,4. Os países membros da OPEP, em conjunto, tiveram redução de US$ 1 bilhão, mas apresentaram saldo de US$ 54,5 bilhões em setembro de 1975.

Em termos absolutos, a Alemanha Ocidental continua a contribuir com

Balança Comercial
Principais Países Industrializados - US$ milhões

Anos \ Países	Alemanha	Canadá	E.E.U.U.	França	Inglaterra	Itália (*)	Japão
1973							
Exportação (FOB)	67.426	25.482	71.484	35.883	28.208	22.064	36.312
Importação (FOB)	- 52.145	- 22.760	- 70.532	- 35.107	- 33.819	- 26.023	- 32.619
Superavit (+) Deficit (-)	15.281	2.722	952	776	- 5.611	- 3.959	3.693
1974							
Exportação (FOB)	89.015	33.108	98.308	45.789	37.192	29.804	54.502
Importação (FOB)	- 66.135	- 31.551	- 103.586	- 49.664	- 49.432	- 38.276	- 53.025
Superavit (+) Deficit (-)	22.880	1.557	- 5.278	- 3.875	- 12.240	- 8.472	1.477
1975 (Junho)							
Exportação (FOB)	45.939	16.014	54.172	—	21.335	7.932	26.375
Importação (FOB)	- 35.896	- 16.964	- 48.069	—	- 25.217	- 8.526	- 24.560
Superavit (+) Deficit (-)	10.043	- 950	6.103	—	- 3.882	- 594	1.815

Fonte: International Financial Statistics - novembro de 1975
(*) Março

a maior parcela das reservas, seguida pela Arábia Saudita, Estados Unidos, Japão, França e Venezuela. Esta apresentou saldo de US$ 8,8 bilhões em outubro.

Apesar dos grandes progressos já alcançados, a inflação continua constituir-se num dos problemas de mais difícil solução para os países industrializados.

Quanto ao Produto Nacional Bruto (PNB), as previsões de crescimento real, nos principais países industrializados, são animadoras:

Taxas de Crescimento Real do PNB

Países / Anos	1975(%)	1976(%)
E.E.U.U.	- 2,9	6,0
Japão	2,2	5,7
Alemanha Ocidental	- 3,5	4,5
França	- 2,0	5,0
Inglaterra	- 0,7	0,0
Canadá	0,0	4,5
Itália	- 3,0	3,0

Os países da América Latina — relacionados entre os pobres ou em desenvolvimento — têm procurado, através de diversos organismos e reuniões de auxílio mútuo, superar a crise.

A Comissão Econômica para a América Latina — CEPAL — chama a atenção das nações latinas para a importância do mercado interno de cada uma e do Continente em geral, cujos mecanismos de intercâmbio multilateral devem ser reforçados para a obtenção de maior êxito. O PIB da América Latina poderá cair de uma taxa anual de 7% para 3,3%.

As exportações, que no biênio 1973/74 cresceram 50%, em 1975 deverão ter alcançado um montante, em dólares correntes, superior em apenas 6%. Levada em conta a taxa média de inflação das grandes nações, no ano, em termos reais não teria havido incremento.

Visão Global da Economia Brasileira

No ano de 1975, o Governo buscou reforçar as linhas de defesa da economia nacional, para fazer face aos problemas conjunturais e estruturais enfrentados no momento por toda a economia mundial.

Por isso mesmo, o II Plano Nacional de Desenvolvimento, elaborado já em época de crise internacional e após um período de ativação da economia brasileira, deve ser interpretado como um conjunto de diretrizes básicas, com flexibilidade bastante para as adaptações que se fizerem necessárias ao longo de sua execução.

O desajuste do mercado monetário internacional e a crise energética retratam a difícil situação por que passam os países com economia de mercado.

Os reflexos dessa conjuntura repercutiram no Brasil, pois as dificuldades naqueles mercados afetaram o normal desempenho do setor produtivo brasileiro, impossibilitando o País de efetuar grande parte das vendas de seus produtos ao exterior, justamente em fase de retração do mercado interno.

A elevação dos preços de matérias-primas e bens de capital importados, atuando sobre o custo total da produção industrial, enfraqueceram adicionalmente a capacidade competitiva dos produtos brasileiros no mercado internacional.

O crescimento do PIB no ano findo alcançou 4,2%, sua menor elevação nos últimos dez anos, período em que conseguimos atingir níveis de expansão de até 11,3% (1971). O índice de 1975, apesar de baixo, não deixa de ser bastante satisfatório, principalmente se cotejado com os obtidos pelos países desenvolvidos no período.

Espera-se que se acelere a recuperação do sistema econômico internacional em 1976, a fim de que possamos reativar nossas exportações e, juntamente com a série de medidas adotadas com vistas a adaptar o modelo brasileiro à nova situação econômica mundial, retomar em tempo hábil as taxas de expansão anteriormente atingidas pelo País.

ASPECTOS FINANCEIROS

Em 1975, procurou-se compatibilizar a execução da política monetária com o comportamento da atividade econômica, de forma que fossem alcançados os objetivos básicos do Governo: manter razoável ritmo de crescimento do produto real, reduzir a níveis mínimos o desequilíbrio do Balanço de Pagamentos e acentuar o controle do processo inflacionário.

A programação contida no Orçamento Monetário, aprovada em fevereiro, mostrava expansão de 30% nos meios de pagamento para o ano de 1975, fundamentada em perspectivas de crescimento dos preços em 22% e do PIB real entre 6% e 7%.

Em face da queda da atividade econômica, dos problemas setoriais de liquidez, e do déficit do Balanço de Pagamentos acima da previsão, especialmente no primeiro semestre, o comportamento de alguns itens do Orçamento Monetário passou a apresentar desvios relevantes em comparação com as projeções iniciais, agravados pelas dificuldades conjunturais e climáticas por que passaram alguns setores e regiões.

Em conseqüência desses fatores adversos, o Conselho Monetário Nacional aprovou, em princípios de outubro, proposta de revisão do Orçamento e procurou ajustar as diversas variáveis à nova realidade brasileira.

Meios de pagamento

Ao final de dezembro de 1975, os meios de pagamento apresentaram o saldo de Cr$ 171.915 milhões, incremento de 42,3% em relação a dezembro de 1974, e superando as previsões orçamentárias. Essa evolução não se verificou de maneira uniforme, uma vez que durante os primeiros quatro meses os acréscimos acumulados se mostravam inferiores aos valores contidos nas projeções orçamentárias. Tal fato decorreu do substancial decréscimo observado em janeiro (7,2%) e do crescimento zero de fevereiro.

O crescimento da oferta monetária em 1975, refletiu-se basicamente no componente Moeda Escritural (aumento de 40,9% ou Cr$ 40.863 milhões), uma vez que o acréscimo do saldo do Papel-Moeda em Poder do Público, não obstante seu elevado percentual (49,3%), somou apenas Cr$ 10.264 milhões.

Conquanto percentualmente o acréscimo dos depósitos à vista nos bancos comerciais seja pouco superior ao do Banco do Brasil (43,0% e 32,8%, respectivamente), em termos absolutos foi superior quase cinco vezes mais — Cr$ 34.069 milhões contra Cr$ 6.794 milhões.

Os Empréstimos do Sistema Bancário ao Setor Privado constituíram o principal fator expansionista dos meios de pagamento, em 1975, em virtude fundamentalmente das providências adotadas, especialmente no primeiro trimestre do ano, no sentido de reativar a economia e reduzir os problemas setoriais de liquidez.

O Banco do Brasil — utilizado precipuamente como instrumento de política monetária e creditícia — registrou a maior taxa de incremento (63,9% contra 50,5% dos bancos comerciais). Em termos absolutos, o crescimento alcançou Cr$ 53.476 milhões no Banco do Brasil contra Cr$ 57.968 milhões nos bancos comerciais.

A elevação do Patrimônio Líquido das Autoridades Monetárias (Cr$ 22.042 milhões) constituiu-se no mais expressivo fator contracionista dos meios de pagamento, seguida da absorção de recursos junto ao público, através da expansão da dívida pública federal (Cr$ 16.216 milhões) e da queda das Reservas Internacionais (Cr$ 4.384 milhões).

Os Depósitos Não-Monetários (Cr$ 16.120 milhões), com destaque para os captados de acordo com as Resoluções n.os 331 e 354 (depósitos prévios sobre importações) tiveram significativas participações.

Comportamento dos preços

A crise de matérias-primas básicas e outros produtos primários, que já se delineava no início desta década, acentuou-se a partir do segundo semestre de 1972, provocando em 1973 aceleração nas tendências inflacionárias nos países industrializados. Esse fato, aliado aos altos preços do petróleo — determinados pelos países produtores mundiais congregados em torno da OPEP, a partir do final de 1973 — fez com que essa aceleração se acentuasse ainda mais em 1974, ocasionando taxas de inflação que os países desenvolvidos há muito não experimentavam. Contudo, o ano de 1975, mostrou que, devido a severas medidas de austeridade econômica adotadas, essas nações conseguiram reverter a tendência de aumento dos preços.

O Brasil, que mantém parte substancial de seu intercâmbio comercial com países industrializados, não poderia ficar imune às dificuldades mundiais e passou a importar tal desequilíbrio tanto pela elevação dos

preços das mercadorias estrangeiras, como pelo acréscimo de cotação de nossos produtos exportáveis.

Em dezembro de 1974 e no primeiro bimestre de 1975, acelerando-se a taxa mensal de elevação dos preços, voltou à expectativa novo recrudescimento no ritmo inflacionário, logo contornado. Como decorrência das enchentes e geadas ocorridas em julho, as pressões altistas se fizeram sentir de forma mais intensa em agosto e setembro.

Desse modo, apesar dos esforços do Governo no sentido de conter as elevações de preços no ano de 1975, os índices revelam terem sido superadas as expectativas de inflação para o ano: no final de dezembro atingiu 29,2%.

Em 1974, foi reformulado o tipo de preços a ser computado nos índices, que passaram a ser constituídos pelos preços de mercado, e não mais pelos tabelados. O conceito de acidentalidade, criado em 1975, visou a expurgar dos índices de preços por atacado as variações ocasionadas por forças exógenas, a fim de evitar oscilações inconvenientes na base para o cálculo da correção monetária.

Índice geral de preços

O Índice Geral de Preços, que é calculado sob dois conceitos – oferta global e disponibilidade interna – é a média ponderada dos índices de preços por atacado (peso 6), custo de vida na cidade do Rio de Janeiro (peso 3) e custo de construção também na cidade do Rio de Janeiro (peso 1).

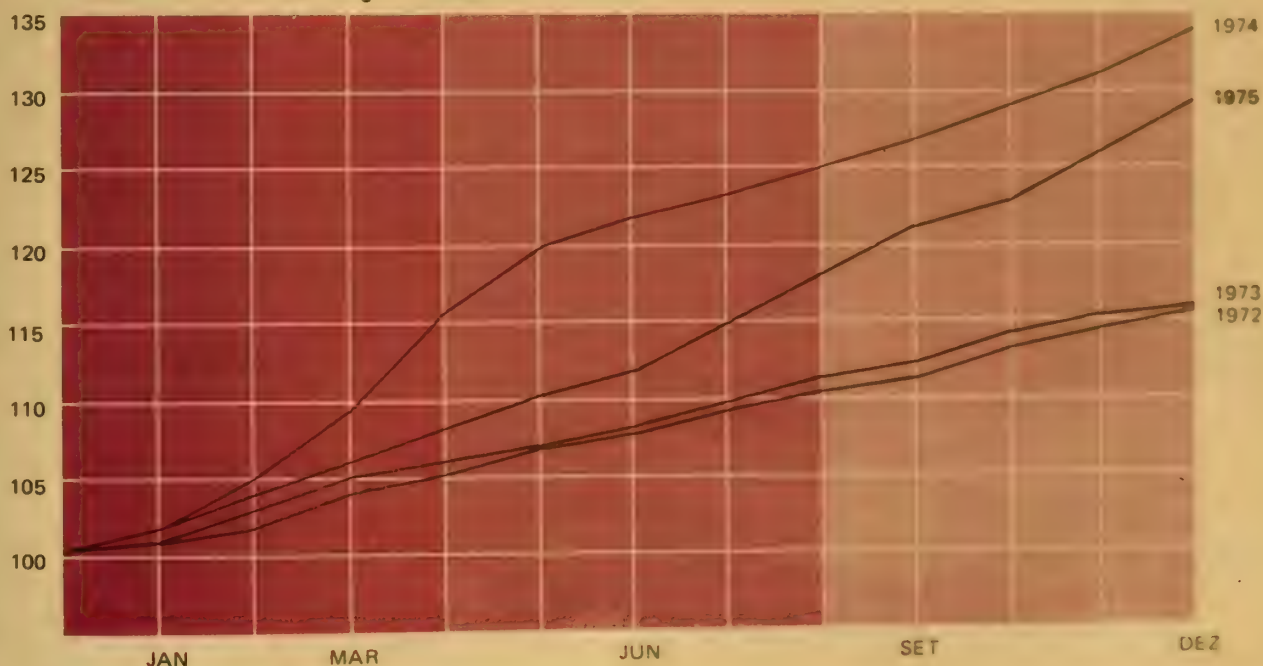
Até dezembro de 1975, a expansão desse índice geral mostrou-se, nos dois conceitos, menos intensa que a verificada em idêntico período anterior: 30,2% e 29,2%, em 1975, contra 33,7% e 34,5%, em 1974.

Mês a mês, o comportamento dos Índices Gerais de Preços indica relativa homogeneidade de ritmo de crescimento (2,1%), quebrada somente em agosto e setembro por taxas mais elevadas.

Índice de preços por atacado

O ritmo de crescimento dos preços por atacado em 1975, em ambos os conceitos, foi menor que o registrado em 1974. Em termos de Disponibilidade Interna, o declínio do ritmo foi de 35,2% durante o ano de 1974 e 29,4% em 1975. A queda foi menos intensa no que respeita à oferta global: 34,1% em 1974 e 30,5% em 1975.

Em 1975, os índices de preços por atacado apresentaram comportamento bastante irregular, tendo registrado no mês de março as menores taxas, de 1,1% para o conceito Disponibilidade Interna e 0,9% para o de Oferta Global; em agosto, ocorreram as maiores, 2,8% e 4,3% respectivamente. A evolução desses índices pode ser desdobrada em duas fases distintas, já que os percentuais de incremento dos primeiros cinco meses foram bem menos acentuados que os dos demais meses.

Índice Geral de Preço - Disponibilidade Interna
Dezembro do ano anterior igual a 100

Índice do custo de vida na cidade do Rio de Janeiro

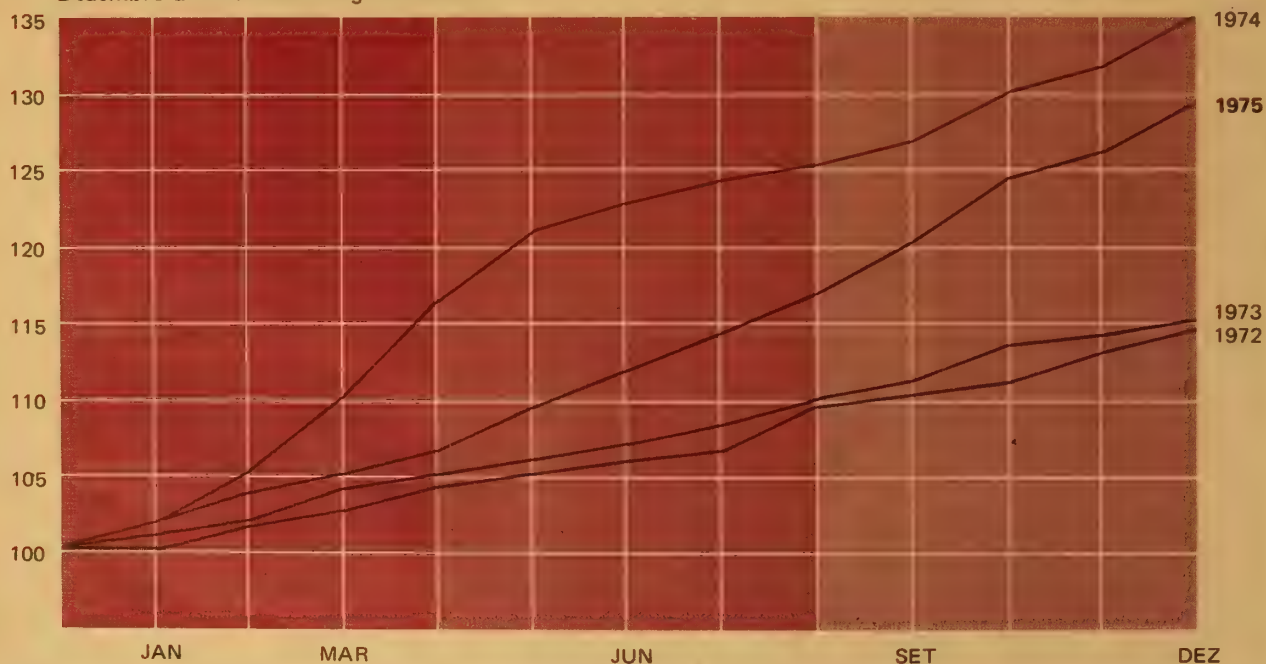
Esse indicador apresenta declínio em suas taxas de crescimento em 1975, se comparado com as do ano de 1974. A desaceleração foi menos sensível que a observada nos demais índices que compõem o Índice Geral de Preços, em virtude do aumento considerável nos preços dos itens Habitação e Serviços Públicos. Até dezembro de 1975, o crescimento acumulado alcançou 31,2%, enquanto em 1974 foi de 33,7%.

Quanto à evolução mensal, o crescimento se deu de forma bastante homogênea, só se afastando da média em janeiro e agosto, quando alcançou 2,8% e 3,4%, para depois retornar ao comportamento médio. Durante o ano de 1974, o índice se conduziu diferentemente, tendo em vista que as maiores elevações ocorreram nos meses de abril (6,2%) e março (4,6%), para durante o restante do ano estabilizar-se em torno de 1,9%.

Índice do custo da construção na cidade do Rio de Janeiro

A exemplo dos demais componentes que integram o Índice Geral de Preços, o de Custo de Construção na Cidade do Rio de Janeiro apresentou apreciável declínio de ritmo em 1975, comparativamente a 1974; 24,1% contra 31,8%. A partir de 1974 esse índice inverteu a tendência manifestada nos últimos anos, de crescer a ritmo mais acentuado que os demais.

O Índice de Custo de Construção, ao contrário dos demais, registra comportamento bastante irregular para 1975, com a mais elevada taxa de crescimento em março (3,8%) e a menor em agosto (0,6%). Em 1974, os maiores aumentos verificaram-se nos meses de março, abril, maio e junho; os menores ocorreram em agosto, setembro e outubro.

Índice de Preço por Atacado - Disponibilidade Interna
Dezembro do ano anterior igual a 100

Mercado de ações

A situação do mercado de ações em 1975 configura-se bem mais promissora que a do exercício anterior, embora não tenha alcançado ainda o comportamento inicialmente esperado.

A despeito da reaceleração dos negócios, o setor ainda está bastante influenciado pelo sentido especulativo, quando sua função real é dar liquidez aos títulos emitidos pelas empresas, e permitir novas emissões de capitais a custo mais reduzido, com vistas ao fortalecimento do sistema econômico.

O volume médio de recursos movimentado nas bolsas de valores das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo atingiu, em 1975, Cr$ 2.233 milhões, contra 1.132 milhões em idêntico período de 1974.

A quantidade média de títulos negociados também mostra comportamento superior para o ano de 1975 (760 milhões contra 478 milhões de títulos). O montante total das transações — Cr$ 26.794 milhões para 9.115 milhões de títulos — evidencia expansão de 97,3% e 59%, respectivamente, sobre o movimento global de 1974, com os índices de cotações registrando valorização de 39,2% (IBV) e 49,9% (BOVESPA) sobre dezembro daquele ano.

Haveres não-monetários

Os principais haveres não-monetários no Sistema Financeiro Nacional evoluíram 68% em 1975. Esse fato se deve à acelerada colocação de títulos da dívida pública federal e do aumento da captação de recursos através de depósitos de poupança.

Aceites cambiais

O saldo das Letras de Câmbio colocadas através das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento alcançou em dezembro de 1975 Cr$ 60.817 milhões, acréscimo de 31,4% sobre dezembro de 1974.

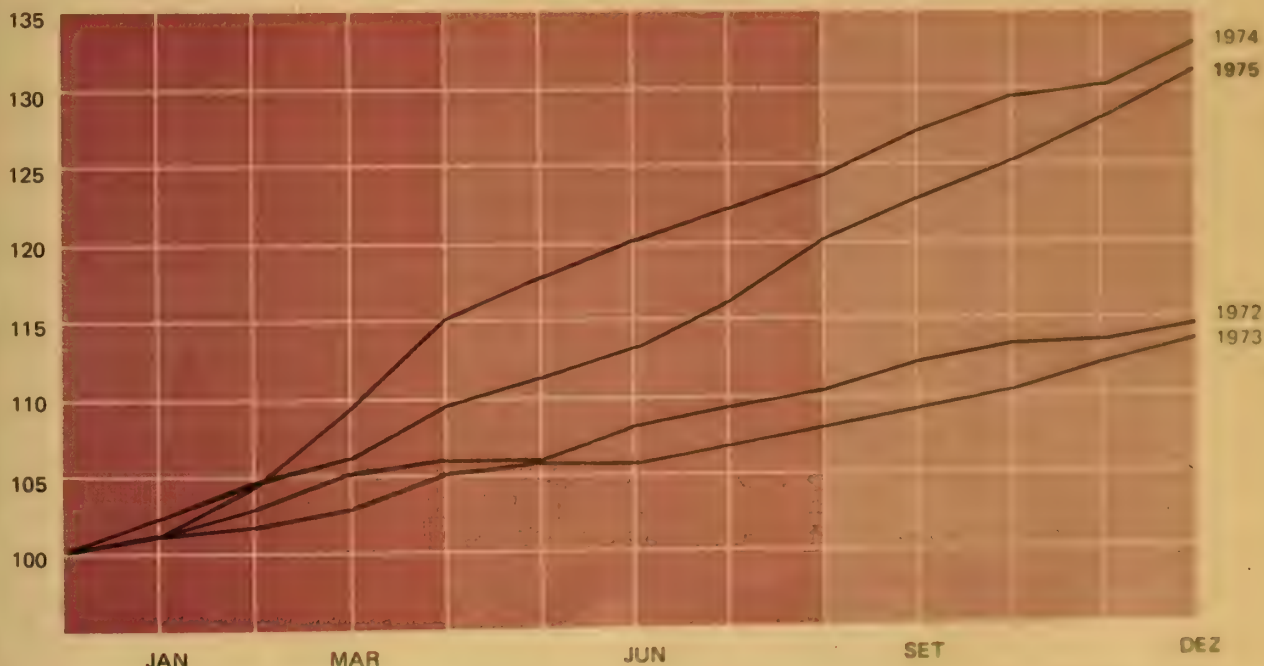
Continua a queda dos saldos nos Bancos de Investimento, em atendimento à determinação do Banco Central do Brasil, no sentido de eliminar esse tipo de operação pelas referidas instituições.

Depósitos a prazo

Os Depósitos a Prazo atingiram ao final de dezembro de 1975 saldo de Cr$ 54.121 milhões, crescimento de 61,7% sobre a posição de dezembro de 1974.

Um dos fatores que contribuíram para esse acentuado crescimento foi a suspensão temporária — implantada em 1974 — das determinações do Decreto-lei 1.290, que veda às empresas públicas, autarquias e sociedades de economia mista aplicar suas disponibilidades financeiras em títulos de renda fixa ou em depósitos a prazo.

Proibidos de atuarem na captação de recursos através de aceites cam-

Índices de Preço - Custo de Vida no Rio (RJ)
Dezembro do ano anterior igual a 100

biais, os bancos de investimento concentraram sua ação nesse tipo de depósitos, tendo ampliado sua participação de 68,1%, em dezembro de 1974, para 70,9%, no final de 1975.

Depósitos de poupança

A captação de recursos junto ao público através de cadernetas de poupança vem registrando, desde sua criação, elevados níveis. Ao término de dezembro de 1975, o saldo de Cr$ 54.175 milhões indicava crescimento de 87,3% relativamente ao de dezembro anterior.

As caixas econômicas permanecem como detentoras da maior parcela de recursos através desse instrumento — retêm 71,6%— seguidas das sociedades de crédito imobiliário (com 22,5%) e pelas associações de poupança e empréstimos (com 5,9%). Contudo, gradativamente, vêm perdendo posição em favor das sociedades de crédito imobiliário.

Letras imobiliárias

As letras imobiliárias em circulação somaram em dezembro Cr$ 9,1 bilhões, incremento de 9,9%, bem inferior aos 27,2% verificados no ano anterior. Esse comportamento resulta do desempenho no segundo semestre, uma vez que nos primeiros seis meses do ano ocorreu redução de 0,9% nos saldos.

Um dos principais fatores responsáveis por essa pequena evolução é o excelente desempenho das sociedades de crédito imobiliário na captação de depósitos através de cadernetas de poupança, cujos recursos têm também por finalidade atender a demanda de créditos do setor imobiliário.

Títulos da dívida pública federal

Em face da conjuntura de 1975 e da política de crédito implementada no sentido de injetar liquidez para setores específicos, houve necessidade de ampliação substancial na emissão de títulos da dívida pública federal, cujo saldo, em dezembro, ascendeu a Cr$ 98.557 milhões, incremento de 106,3%, já superando, em mais que o quádruplo, o observado em todo o ano de 1974 (24,6%).

A taxa de crescimento do saldo das Letras do Tesouro Nacional atingiu 159,4%, situando-se em nível bastante superior ao das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (82,5%). Em termos absolutos a disparidade não é tão relevante, já que as LTNs se expandiram em Cr$ 23,6 bilhões, enquanto as ORTNs, em Cr$ 27,2 bilhões.

SETOR EXTERNO

O modelo de desenvolvimento econômico adotado no Brasil conta com o Setor Externo como uma de suas estratégias fundamentais para atingir as desejadas metas de expansão. Se, por um lado, o setor industrial se estruturou sob estreita dependência externa, a modernização do setor rural exige insumos — defensivos e fertilizantes — e equipamentos, em grande parcela ainda não produzidos internamente.

O insuficiente nível de poupança interna aliado às vultosas importações necessárias ao processo de crescimento demandam esforços crescentes no sentido de elevar o volume de exportações e de captar recursos externos, seja sob a forma de investimentos diretos, seja por intermédio de financiamentos estrangeiros.

A situação mundial e o atual estágio de desenvolvimento em que se encontra o País conduzem a uma política econômica voltada para a substituição de importações de bens de capital, de matérias-primas, de produtos intermediários e de pacotes tecnológicos cuja produção interna é perfeitamente viável. Paralelamente, estão sendo desenvolvidos esforços

Soja

Arroz

Cacau

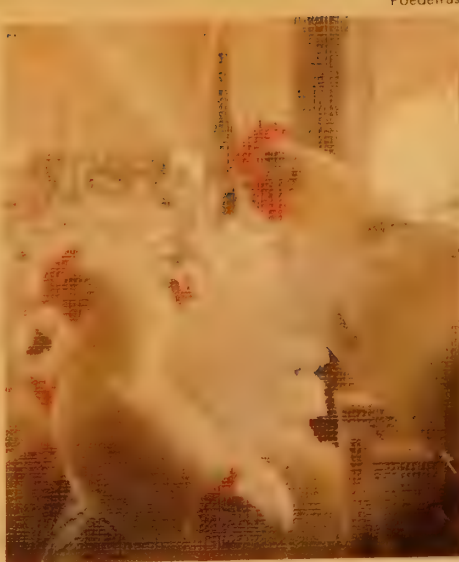
Mecanização

A agricultura desempenha importante papel em nosso desenvolvimento. Nossas exportações têm na soja, cana-de-açúcar, café, cacau, nos citros, milho e muitos outros o seu ponto forte.
Através de medidas eficazes, o Governo vem incentivando o setor. Seguro agrícola, assistência técnica, crédito fácil e barato, além de incentivos à aquisição de fertilizantes e defensivos agrícolas são algumas delas.
Acelerar a modernização da agricultura, ainda tradicional em algumas regiões, é meta das mais importantes pelos reflexos que os aumentos da produtividade podem trazer ao desenvolvimento econômico e social.
O Brasil tem condições de tornar-se participante expressivo no mercado externo e de aumentar a oferta interna de alimentos e de matéria-prima industrial.

Poedeiras

O desenvolvimento tecnológico da pecuária, melhorando o nível de manejo e alimentação dos rebanhos, objetiva aumentar o nível do desfrute, reduzir o tempo de abate e proporcionar maior produtividade do gado leiteiro.

Além de contar com as mesmas atenções que o Governo presta à agricultura no campo do seguro e da assistência técnica, a pecuária, pela sua crescente importância no setor rural, vem recebendo maior parcela relativa dos empréstimos do Banco do Brasil.

O Governo aplicará substanciais recursos na melhoria do processo de estocagem e comercialização da produção animal, incluindo o aumento da capacidade de armazenagem. Além disso, entre outras medidas adotadas, se encontra a isenção ou redução de impostos sobre carnes industrializadas destinadas ao consumo popular.

Ordenha mecâni

Suinocultura

Pastag

no sentido de promover as atividades que permitam a apropriação de vantagens comparativas internacionais e a criação de novas fontes de energia, ao mesmo tempo em que se busca a auto-suficiência em petróleo.

De imediato, e com vistas a modificar a tendência de queda das reservas que se verificaram em 1975, o Governo deu prioridade à redução do déficit da balança comercial.

As medidas adotadas vão desde o corte de 25% nas importações do próprio Governo ou de empresas sob seu controle, até a exigência de depósito em dinheiro equivalente à importação pretendida, pelo prazo de 360 dias. As restrições atingem máquinas, equipamentos e componentes, além de matérias-primas para a indústria petroquímica.

Mercado cambial

Somou 14 o número de modificações da taxa de câmbio em 1975. A partir de 16.12.75, o dólar passou a valer Cr$ 9,020 para a compra e Cr$ 9,070 para a venda. No ano, a desvalorização alcançou 21,99%.

Comércio exterior

O setor exportador não apresentou os resultados esperados em 1975. As baixas cotações internacionais dos nossos principais produtos agrícolas de exportação contribuíram para que a venda externa não registrasse o desempenho previsto. O café, por exemplo, que já respondeu por 50% de nossas exportações, em 1970 caiu para 35,8% e reduziu sua participação para 21,7%, 12,6% e 10,7%, em 1973, 74 e 75.

A Balança Comercial apresentou, no final do ano, os seguintes valores em US$ bilhões:

Exportações.............................. 8,7
Importações.............................. 12,2
Déficit.................................... 3,5

As previsões governamentais, para todo o ano de 1975, dos outros itens do Balanço de Pagamentos, indicam para Serviços (juros, fretes, seguros, dividendos, turismo) um déficit estimado em US$ 3,2 bilhões. O Fluxo de Capitais (ingresso bruto de empréstimos e investimentos externos menos amortização da dívida, isto é: ingresso líquido de capitais) atingiu US$ 5,6 bilhões.

AGROPECUÁRIA

Poucos países apresentam condições tão favoráveis como o Brasil para o desenvolvimento de uma agropecuária de envergadura e de evolução acelerada e permanente. A grande disponibilidade de terra, o elevado contingente populacional — com ponderável taxa de expansão anual e predisposição político-social para o desenvolvimento — constituem fatores básicos dessa potencialidade.

Entretanto, a efetivação do processo de desenvolvimento rural é dificultado pela moderação do ritmo com que são gerados os recursos financeiros globais necessários à plena mobilização e utilização daquele potencial. Esse condicionamento decorre da própria estrutura econômica do País — ainda em desenvolvimento — e determina os limites dentro dos quais pode agir a política rural de curto, médio e longo prazo.

Resume-se, pois, a problemática agrária nacional em maximizar — em termos de produto rural obtido — a produtividade resultante da utilização dos escassos recursos disponíveis, mediante adequada dosagem na distribuição regional, setorial, estrutural e temporal desses recursos.

Ampla e coordenada ação global vem sendo consubstanciada através de um conjunto de programas regionais inter-relacionados, com o objetivo de reduzir desníveis estruturais e amenizar estrangulamentos conjunturais.

Em razão da insuficiência de resposta da economia às flutuações puras de mercado, torna-se necessária

Área Colhida e Produção das Principais Culturas, Brasil, 1974 e 1975

Produto	Área Colhida (1.000 ha)		Variação %	Produção (1.000t)		Variação %
	1974	1975 (1)		1974	1975 (1)	
Algodão	3.630	3.667	1,0	1.959	1.858	- 5,2
Amendoim	359	344	- 4,2	439	441	0,4
Arroz	4.164	5.159	23,9	6.483	7.544	16,4
Batata	167	190	1,6	1.672	1.664	- 0,3
Cacau	509	450	- 11,6	165	225	36,4
Café	2.270	...	...	3.372	2.520	- 25,3
Cana-de-açúcar	1.953	2.069	5,9	90.919	89.935	- 1,1
Feijão	4.159	3.923	- 5,7	2.238	2.280	1,9
Mandioca	2.001	2.147	7,3	24.715	26.683	7,9
Milho	10.793	10.506	- 2,7	17.284	16.491	- 4,6
Soja	5.143	5.747	11,7	7.876	9.544	21,2
Trigo	2.471	3.189	29,1	2.858	2.653	- 7,2
Banana (1.000 cachos)	305	302	- 1,0	354	534	1,4
Laranja (1.000 frutas)	375	411	9,6	31.160.642	31.494.935	1,1

Fonte: Dados brutos da Fundação IBGE e Ministério da Agricultura
(1) Estimativa - Agosto/75

a atuação estratégica do Governo — de forma direta ou oferecendo à iniciativa privada opções vantajosas, mas macroeconomicamente integradas — através de medidas de estímulo aos pontos tradicionalmente rígidos.

O Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento assinala essa estratégia — na flexibilidade de sua concepção e nos instrumentos que mobiliza — orientada para efetivar a vocação do Brasil como importante fonte supridora de alimentos, matérias-primas e produtos agropecuários industrializados, para os mercados interno e externo, dentro do atual estágio de desenvolvimento do País.

O Governo tem fixado preços de garantia, com o objetivo de disciplinar o nível e a estrutura da oferta rural, além de induzir a utilização de tecnologia gradativamente mais avançada.

Em atuação mais específica, os órgãos executores equacionam e procuram resolver os problemas decorrentes das necessidades de implantação da infra-estrutura de transporte, comunicações, armazenagem, eletrificação, abastecimento, tecnologia, políticas de crédito, de seguro de crédito agrário, de subsídios ao uso de insumos modernos, de integração agroindustrial e de estímulo às exportações.

Resultados significativos têm sido alcançados nos últimos anos, apesar da ocorrência de fatores climáticos adversos, como em 1975.

Quatro produtos apresentaram diminuição na área cultivada. Mesmo assim, tiveram safras superiores às do ano passado. Também foram em número de quatro as lavouras que registraram redução na quantidade produzida.

No curso de 1975, para ocupar sistematicamente os extensos vazios produtivos dos cerrados, caatingas e matas densas, o Governo criou três grandes programas concentrados em pólos de desenvolvimento regionais: POLOCENTRO já na primeira etapa de execução, POLONORDESTE e POLAMAZÔNIA, ambos em fase de implantação.

O POLOCENTRO vai incorporar 3,7 milhões de ha. em 12 áreas prioritárias nos Estados de Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás, no período de cinco anos. Os recursos para os primeiros três anos, de Cr$ 12 bilhões, destinam-se aos investimentos governamentais (Cr$ 2 bilhões); ao florestamento/reflorestamento (Cr$ 3,3 bilhões), sob a forma de incentivos fiscais; e ao crédito à produção rural (Cr$ 7,5 bilhões), alcançando dotação superior a Cr$ 2 bilhões a etapa 1975/76.

O POLONORDESTE já conta com dotações de Cr$ 4,3 bilhões, a serem aplicadas, a partir de 1976, para créditos especiais, além de recursos superiores a Cr$ 5 bilhões previstos para investimentos governamentais. Pretende-se aumentar a produção e a produtividade agropecuárias em áreas prioritárias do Nordeste, através da expansão da assistência técnica da pesquisa experimental, do crédito rural, da construção de estradas vicinais e de redes de eletrificação rural.

O POLAMAZÔNIA — Programa de Pólos Agropecuários e Pólos Agrominerais da Amazônia — visa à ocupação e ao desenvolvimento integrados, de inicialmente, 15 áreas prioritárias da Amazônia Legal, selecionadas em função de suas potencialidades agropecuárias, agrominerais e agroindustriais. Prevê investimentos de Cr$ 4 bilhões no qüinqüênio 1975/79, afora recursos adicionais de programas concorrentes, com os quais se pretende ocupar geográfica e economicamente a região.

A partir de 1976, novos desafios despontam para a agropecuária brasileira em face da recente conscientização de problemas préexistentes e das exigências emergentes da crise internacional de energia.

INDÚSTRIA

O desempenho do setor secundário brasileiro em 1975 caracterizou-se pela desaceleração da taxa de crescimento, fato que já se vinha delineando nos três últimos anos.

Na verdade, o arrefecimento do nosso parque manufatureiro, refletindo internamente a queda da produção industrial mundial, tem sido fortemente influenciado pela crise dos países industrializados.

Da análise dos indicadores mais representativos da indústria brasileira no ano de 1975 emergem dois aspectos fundamentais: a dependência ainda bastante acentuada de matérias-primas básicas importadas e a limitação de alguns setores, notadamente o automobilístico — o mais diretamente atingido pela crise do combustível — com forte repercussão no comportamento total da indústria, já que o ramo afeta diretamente setores intermediários.

Atento aos problemas existentes, o Governo não só tem procurado diversificar as áreas a serem beneficiadas com investimentos maciços — aço, petróleo, energia — indispensáveis para assegurar a evolução dos demais ramos, como também vem orientando suas decisões pelas diretrizes de uma política de substituição de importações, que objetiva garantir crescente nível de encomendas à indústria de base brasileira, em prol de seu desenvolvimento.

A par das medidas de restrição às importações, adotadas no final de 1975, maior ênfase tem sido dada aos setores de base, principalmente à indústria de bens de capital e à produção siderúrgica, petroquímica, fertilizantes, não-ferrosos, papel e celulose, cimento, enxofre e matérias-primas da indústria farmacêutica, ao desenvolvimento tecnológico industrial, à indústria de alimentos, à construção naval e à atenuação dos desníveis regionais de desenvolvimento industrial.

A despeito das dificuldades verificadas em 1975, a indústria mecânica está assumindo papel relevante no processo industrial brasileiro, com crescimento superado somente pelos níveis percentuais obtidos em 1973.

Deve-se essa situação às medidas governamentais de amparo à indústria de base no processo de substituição de importações, o que deverá ser reforçado no corrente ano pela execução do acordo nuclear firmado com a Alemanha Ocidental, pelo Plano Nacional do Álcool e pela ponderável participação esperada para essa indústria na construção de Itaipu.

A indústria de tratores deverá ter sua produção aumentada, em razão da expansão da capacidade das atuais fábricas e da entrada de novos fabricantes no mercado.

As de material elétrico e comunicações — afetadas pela queda de produção dos eletrodomésticos — e a de papel e papelão não alcançaram níveis comparáveis aos de 1974. Já a indústria têxtil, apesar dos indicadores negativos até outubro, encerrou o ano com resultados satisfatórios, uma vez que elevou gradativamente sua produção a partir do segundo trimestre.

Apresentaram resultados também positivos a indústria química e de perfumaria, sabões e velas. Os demais setores registraram crescimento significativo, não ocorrendo a expansão prevista no início do ano para a indústria de material de transporte, devido ao comportamento do setor automobilístico, cujo desempenho foi pouco superior a 1974.

Para acelerar a solução do problema imposto com a elevação do valor das importações de petróleo sobre a balança comercial do País, o Governo, numa decisão lúcida, optou pela Contratação de Serviço, com Cláusula de Risco, objetivando dinamizar os trabalhos de prospecção e lavra nas bacias sedimentares e plataforma continental brasileiras.

Dar continuidade ao ritmo de operações até então conduzido pela PETROBRÁS seria desconsiderar as dificuldades geradas pelas importações de petróleo, sobre a balança comercial, e seus reflexos no desempenho global da economia. Na sistemática anterior, a quantidade de sondas disponíveis para prospecção não permitia aceleração substancial do número de perfurações, para melhorar os índices probabilísticos de descoberta de petróleo em cada área pesquisada e alcançar produção mais compatível com a demanda.

Além de ser a oferta interna bastante inferior à procura, a taxa de incremento desta é sensivelmente superior à da produção nacional, circunstância que dificulta sobremaneira alcançar-se a auto-suficiência do setor.

Ampliar as atividades da PETROBRÁS a níveis mais condizentes com a dimensão das regiões a pesquisar — plataforma continental: 800 mil km^2 e bacias terrestres: 3.250 mil km^2 — através da aquisição de maquinaria própria, seria levar o País a aumentar suas dívidas a curto prazo para solucionar problema cujos retornos de investimentos só ocorreriam a longo prazo e que poderia afetar seu grau de solvência internacional.

A alternativa do Contrato de Serviço, com Cláusula de Risco, além da eliminação futura do impacto das compras de petróleo sobre a balança comercial, ainda proporcionará ao País benefícios adicionais, com elevação do nível de emprego, criação de novos núcleos populacionais, desenvolvimento de pequenas indústrias de apoio e ativação do comércio em novas áreas do território brasileiro.

Recursos - Atingida
em 1970 a Meta
dos 200 bilhões

Recursos - Atingida em 1975 a Meta dos 200 Bilhões

DUAS centenas de bilhões de cruzeiros formam hoje os recursos totais do Banco, movimentados internamente com vistas ao desenvolvimento do País. O crescimento foi de 56,5% em relação a 1974.
Os recursos de terceiros, representados pelo Exigível, aumentaram sua participação no todo — de 86,3% para 86,6% — e se expandiram 57,1% no exercício.

O Não-Exigível e o Resultado Pendente (balanceado), que constituem os capitais próprios, registraram acréscimo de 52,5%, ligeiramente inferior ao observado em 1974, quando alcançaram 54,7%. Esses grupamentos, com participação agora de 13,4% do total do passivo, somaram Cr$ 27,4 bilhões no final de 1975.

Capital e reservas maiores

Por decisão da Assembléia Geral Extraordinária de 23.10.75, o Banco, mais uma vez, dobrou seu capital, elevando-o para Cr$ 11.520 milhões, pela incorporação de reservas — 100% de bonificação das ações então existentes.

As Reservas e Fundos, expressos em Cr$ 10,6 bilhões no final de 1975, representam 48% do Não-Exigível, e quase se igualam ao Capital. A expansão no período foi de 54,8%.

Ao final do ano, o número de possuidores de ações ordinárias nominativas chegou a 192.000, incluídos aí 13.231 novos acionistas. Em 1975, foram pagos mais de um bilhão de cruzeiros de dividendos, acréscimo de 137% em relação a 1974.

Depósitos

Enquanto os Recursos Totais apresentaram evolução de 56,5%, os Depósitos cresceram apenas 36,2% em relação a 1974, atingindo Cr$ 72 bilhões no final do ano. A contribuição mais significativa continuou sendo das Entidades Públicas, com Cr$ 39,2 bilhões.

Os depósitos do público — à vista e a curto prazo — alcançaram Cr$ 22,7 bilhões e representaram

Recursos
Saldos em fins de período

Especificação	Dezembro 1974 Valor Cr$ milhões	%	Dezembro 1975 Valor Cr$ milhões	%	Variação Percentual Dez/73 / Dez/72	Dez/74 / Dez/73	Dez/75 / Dez/74
Recursos	131.040,1	100,0	205.071,4	100,0	33,1	65,4	56,5
Não Exigível	12.638,3	9,6	22.166,8	10,8	38,0	77,2	75,4
Capital	5.760,0	4,4	11.520,0	5,6	60,0	100,0	100,0
Reservas e Fundos	6.878,3	5,2	10.646,8	5,2	26,3	61,8	54,8
Exigível	113.059,0	86,3	177.649,4	86,6	33,1	67,3	57,1
Depósitos	52.821,7	40,3	71.956,8	35,1	43,8	57,8	36,2
Outras	31.337,2	23,9	55.625,0	27,1	- 3,4	53,3	77,5
Obrigações Especiais	28.900,1	22,1	50.067,6	24,4	115,2	111,3	73,2
Resultado Pendente Balanceado	5.342,8	4,1	5.255,2	2,6	26,7	18,9	- 1,6

17,5% dos empréstimos concedidos à atividade privada nacional.

Os depósitos a prazo, em sua quase totalidade provindos de organismos públicos, apresentaram saldo final de Cr$ 4,7 bilhões e crescimento de 78,3%. Tais recursos alimentam as operações ao amparo do FESP — Financiamento Especial ao Setor Privado.

Obrigações especiais

Este grupamento elevou-se no final do período a Cr$ 50,1 bilhões, com expansão de 73,2%; constitui agora 24,4% dos recursos globais manuseados pelo Banco.

São verbas oriundas de diversos fundos e programas governamentais — refinanciamentos e repasses oficiais — principalmente aqueles constituídos pelo Banco Central do Brasil e Instituto do Açúcar e do Álcool.

O PASEP — Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público — também contribui com parcela substancial. Os recursos em moedas estrangeiras atingiram Cr$ 7,2 bilhões, participação de 14,5%.

Outras exigibilidades

Outras Exigibilidades, com saldo de Cr$ 55,6 bilhões em 1975, abran-

Depósitos do Público, à vista
Saldos em fins de período — Cr$ milhões

Valor	Ano
8.268,0	1973
11.810,6	1974
18.201,6	1975

Ipanemas

Linha de montagem - flise

A indústria aeronáutica é uma realidade
A criação da Empresa Brasileira de Aeronáutica – EMBRAER – facilitou muito a tarefa, pois tornou possível a execução e coordenação de um programa geral de construção de aviões no País
Hoje produzimos 35 aviões por mês, de nove tipos diferentes, e já os exportamos. Só para o Uruguai foram quinze unidades, havendo boas perspectivas de venda a outros países
A versatilidade do homem brasileiro propiciou a rápida formação de um suporte de mão-de-obra altamente especializada; para isso foi valiosa a contribuição do Instituto Tecnológico da Aeronautica
Já se pode falar também em parque industrial de aeropeças, respondendo a altura quanto às exigências de alta qualidade e tecnologia avançada

A indústria de alimentos no Brasil vai alcançando nível tecnológico cada vez mais elevado, resultante de pesquisas desenvolvidas no País e também da incorporação de *know-how* estrangeiro. Os processos de conservação e de enriquecimento dos produtos, embalagens eficientes, congelamento, supercongelamento, liofilização, homogeneização são frutos desse avanço técnico.
Há uma preocupação constante do Governo com a tecnologia e industrialização dos alimentos. O objetivo é evitar desperdícios, otimizar a distribuição no mercado interno e externo e levar ao consumidor o produto em satisfatórias condições de uso.

Empacotamento

Fabricação de queijo

Laticínio

Embalagem mecânica

ge as contas relacionadas com a prestação de serviço a terceiros — cobrança, ordens de pagamento, serviços de câmbio, pagamentos e recebimentos por ordem do Banco Central. Sua contribuição para o crescimento dos recursos totais do Banco foi de 32,8%.

Apresenta o maior crescimento dos grandes grupos do Passivo da Empresa (77,5%), tendo como principal fator de acréscimo a conta de movimento do Banco Central, com Cr$ 21,7 bilhões. As contas vinculadas a Câmbio e os Depósitos Vinculados deram boa contribuição: Cr$ 801 e Cr$ 656 milhões, respectivamente.

APLICAÇÕES

Os ativos totais do Banco alcançaram, em 1975, Cr$ 205,1 bilhões, aumento de 56,5%, se comparado a 1974. O Realizável, apresentando saldo de Cr$ 201,7 bilhões, continuou sendo o componente predominante, com participação de 98,3%.

No Realizável — embora com crescimento mais discreto do que em 1974 — destacam-se os Empréstimos e Outros Créditos, com expansão de 66,8% e 41%, respectivamente. Valores e Bens, a exemplo do ano anterior, participou residualmente, apesar de vir evoluindo a cada ano (53%).

O Imobilizado — 1,3% das aplicações — atingiu a cifra de Cr$ 2.624,6 milhões, com crescimento de 49,5%; o Disponível apresentou saldo de Cr$ 768,5 milhões, expressando somente 0,4% do Ativo.

Empréstimos

Ao final de 1975, os empréstimos do Banco somaram Cr$ 133,9 bilhões, contra Cr$ 80,3 bilhões registrados no exercício anterior, crescimento de 66,8%.

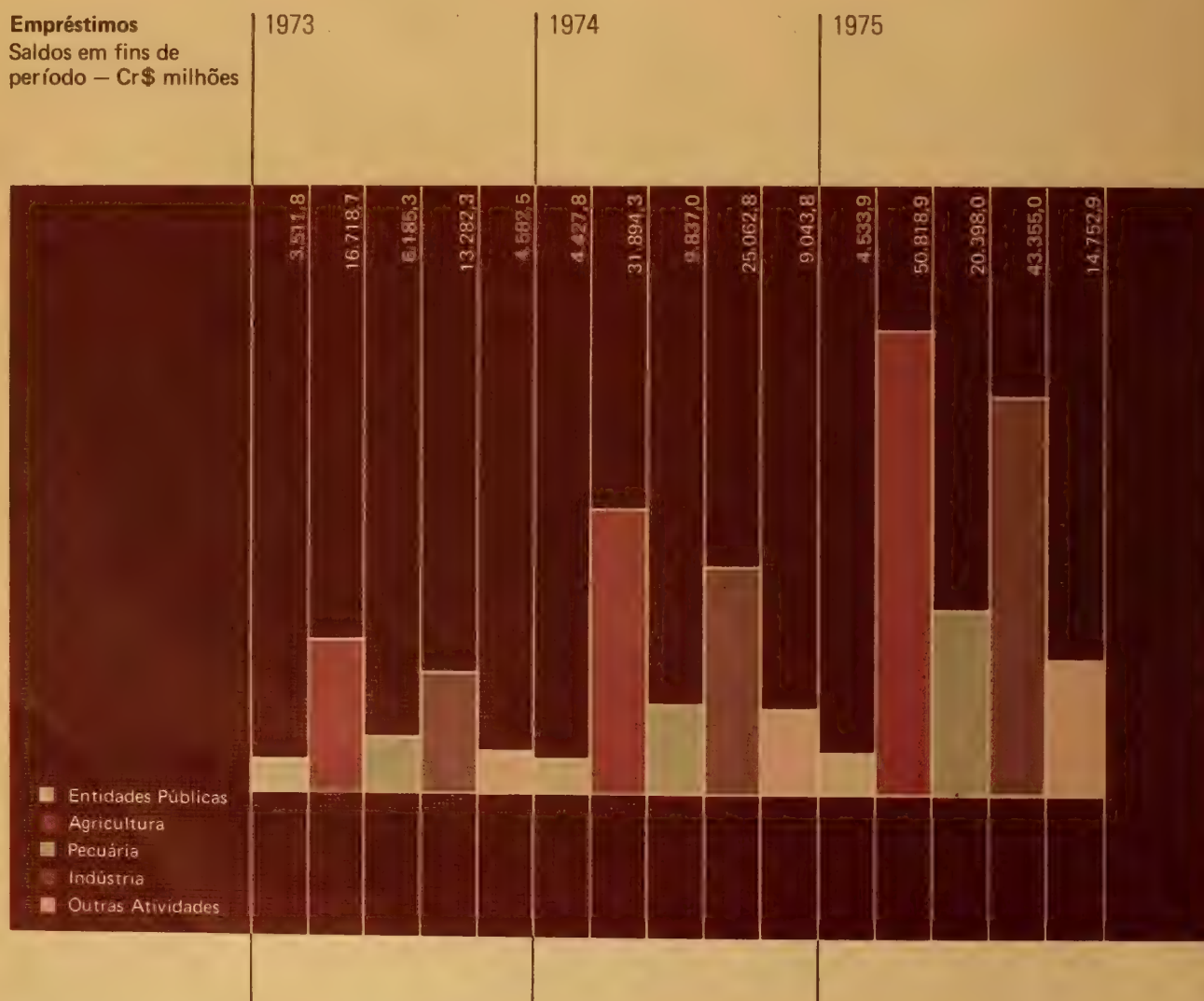
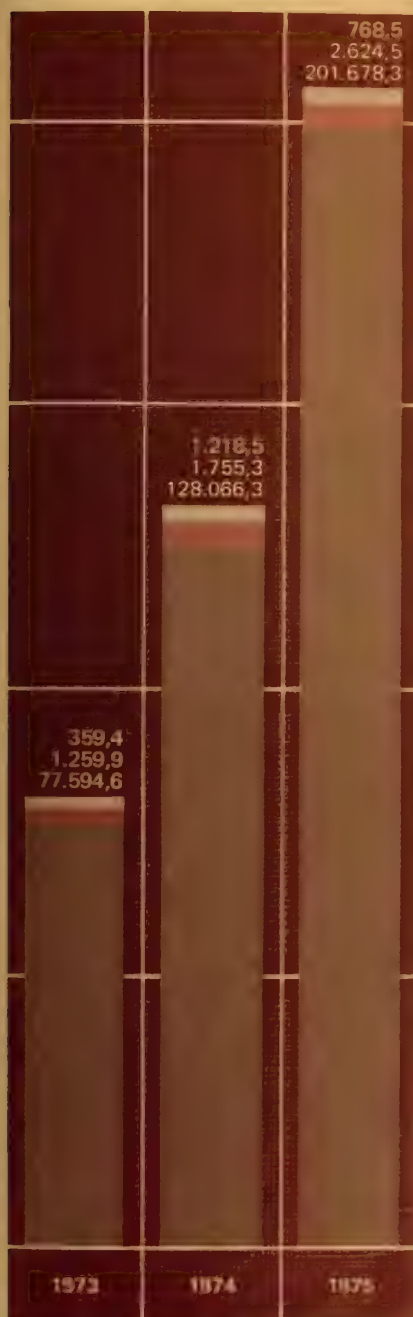
Se adicionados os financiamentos concedidos pelo PASEP (Cr$ 4,5 bilhões), adiante comentados sob o título "Outros Créditos", os empréstimos ter-se-ão elevado a Cr$ 138,4 bilhões.

Do total, cerca de 97% (Cr$ 129,4 bilhões) destinaram-se ao setor privado, que continuou absorver a maior parcela dos empréstimos. O setor público ficou apenas com Cr$ 4,5 bilhões.

Refletindo a importância do Banco como órgão de fomento à atividade produtiva, foram canalizados à Agropecuária 55% dos empréstimos concedidos ao setor privado, cabendo à Indústria e Outras Atividades 34% e 11% daqueles créditos.

Os empréstimos vinculados ao Fundo de Financiamento à Exportação chegaram a Cr$ 3.838 milhões e os destinados às Atividades Não Es-

Aplicações
Saldos em fins de período

Especificação	Dezembro 1974 Valor Cr$ milhões	Dezembro 1974 %	Dezembro 1975 Valor Cr$ milhões	Dezembro 1975 %	Variação Percentual Dez/73 / Dez/72	Variação Percentual Dez/74 / Dez/73	Variação Percentual Dez/75 / Dez/74
Aplicações	131.040,1	100,0	205.071,4	100,0	33,1	65,4	56,5
Disponível	1.218,5	0,9	768,5	0,4	33,7	239,0	- 36,9
Realizável	128.066,3	97,8	201.678,3	98,3	33,1	65,0	57,5
Empréstimos	80.265,7	61,3	133.858,8	65,2	39,4	81,3	66,8
Outros Créditos	44.332,5	33,8	62.513,6	30,5	22,4	43,1	41,0
Valores e Bens	3.468,1	2,7	5.305,9	2,6	99,4	48,3	53,0
Imobilizado	1.755,3	1,3	2.624,6	1,3	31,1	39,3	49,5

pecificadas atingiram Cr$ 10.756 milhões.

Índice de liquidez

Os índices de liquidez das aplicações revelaram tendência de melhoria no grau de solvência dos créditos fornecidos pelo Banco ao sistema econômico. Ao final do período, apenas 0,4% dos empréstimos apresentaram problemas de recuperação.

As composições de créditos resultam geralmente de reescalonamento de dívidas, quando a produção é afetada por intempéries ou ocorrências anormais. No período, o produtor teve graves problemas em decorrência de geadas, enchentes e estiagem, além de dificuldades de mercado para determinados produtos.

Agropecuária

O crédito rural é instrumento fundamental da Política Econômica. Insere-se num conjunto de medidas integradas, onde se assinalam basicamente a pesquisa, a assistência técnica, a política de preços-mínimos e o estabelecimento de infra-estrutura de armazenagem e escoamento da produção agropecuária.

O Governo continua mantendo o firme propósito de estimular a exploração da agropecuária em bases empresariais modernas, de maneira que possa com maior eficiência desempenhar importante papel na estratégia nacional de desenvolvimento.

Os esforços no sentido de valorização e modernização do setor vão desde o estímulo ao uso de insumos modernos e tecnologia avançada até a ocupação de novas áreas, como vem ocorrendo no Centro-Oeste e na Amazônia, e o racional aproveitamento de outras, como dos vales úmidos do Nordeste.

O Banco do Brasil, componente do Sistema Nacional de Crédito Rural, participa com recursos próprios ou repassados na proporção de 2/3 dos financiamentos globais destinados à agropecuária por todo o sistema bancário.

É a afirmação da Empresa como grande banco rural do País, sobretudo por canalizar para a agropecuária mais da metade de seus financiamentos à atividade privada.

Ano passado, o saldo dos empréstimos do Banco à agropecuária registrou taxa de expansão ligeiramente inferior à de 1974 (70,7% contra 82,2%), em virtude da desaceleração verificada no crescimento da produção rural.

Em 1975, a preocupação maior foi preservar a capacidade produtiva da agropecuária, sobretudo pelas dificuldades provenientes da conjuntura internacional e também pelo impacto negativo de fatores climáticos em diversas regiões do País.

Em valores absolutos, os saldos passaram de Cr$ 41,7 bilhões, em 1974, para Cr$ 71,2 bilhões, no final de 1975. Desse total, Cr$ 7,5 bilhões foram destinados à comercialização dos produtos agropecuários, enquanto à produção couberam Cr$ 63,7 bilhões.

Liquidez dos Empréstimos
Em final de ano

Índices	1973	1974	1975
Créditos em Liquidação / Empréstimos + Créditos em Liquidação	0,70%	0,53%	0,40%
Composições / Empréstimos + Créditos em Liquidação	1,06%	0,59%	0,52%

Na distribuição do crédito, os agropecuaristas ficaram com sessenta bilhões de cruzeiros e as cooperativas com Cr$ 3,7 bilhões, registrando estas o acréscimo de 81%.

O indicador de sazonalidade por trimestre permite verificar o comportamento dos financiamentos nos anos 1973, 1974 e 1975. Apesar de manter a mesma tendência anual, os acréscimos são cada vez mais significativos.

As linhas normais de crédito foram muito utilizadas para atender a crescente procura de financiamentos. Os programas de desenvolvimento para a agropecuária carrearam, igualmente, maciços recursos para o setor: Nacional de Armazenagem (PRONAZEM), de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), Nacional do Calcário Agrícola (PROCAL), de Desenvolvimento da Pecuária de Corte (PRODEPE), Nacional de Pastagens (PRONAP), de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), de Desenvolvimento da Pecuária de Leite (PDPL), de Subsídio ao Preço de Fertilizantes e o Nacional de Conservação dos Solos (PNCS).

Nas situações emergenciais a presença do Banco tem sido uma constante. Em 1975, quando a lavoura e pecuária passaram por períodos deficeis, em decorrência de problemas climáticos, o Banco e Governo tiveram oportunidade de planejar e exercitar medidas com finalidade de reconduzir o setor rural às metas definidas no II PND, bem como minimizar os prejuízos dos agropecuaristas.

AGRICULTURA

A assistência financeira do Banco à agricultura se elevou, no período, a Cr$ 50,8 bilhões — crescimento de 59,3% em relação a 1974 — e absorveu mais de 39,3% dos financiamentos à atividade privada.

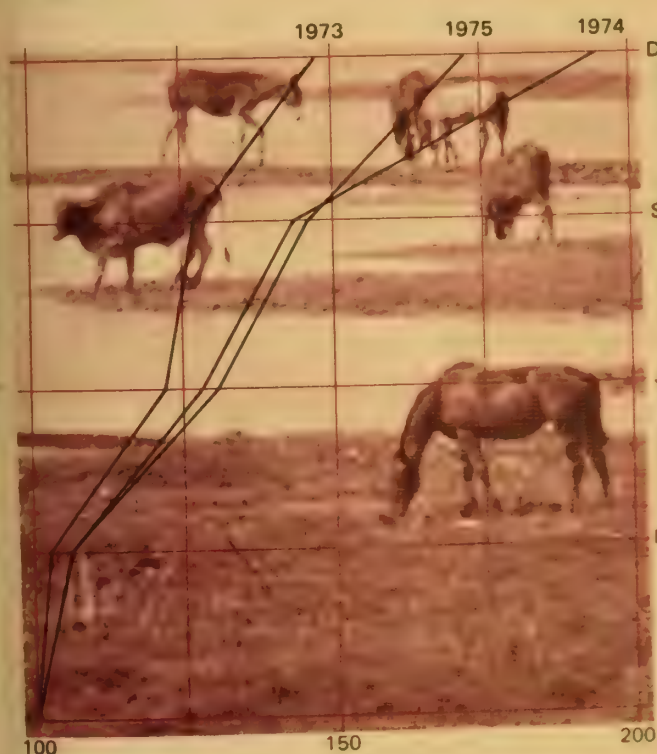
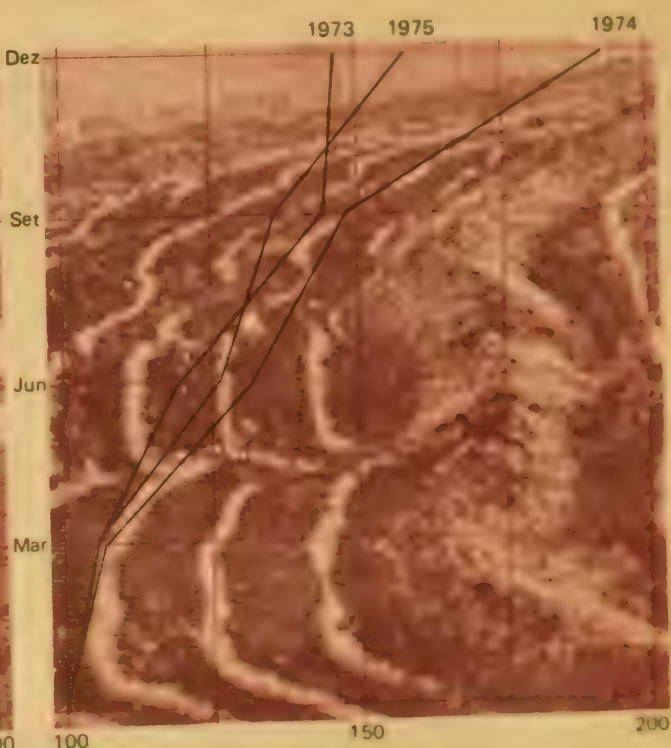
O comportamento dos saldos dos empréstimos vem apresentando a

Empréstimos à Agricultura
Saldos em fins de período

Especificação	Dezembro 1974 Valor Cr$ mil	Dezembro 1974 %	Dezembro 1975 Valor Cr$ mil	Dezembro 1975 %	Variação Percentual Dez/73 / Dez/72	Variação Percentual Dez/74 / Dez/73	Variação Percentual Dez/75 / Dez/74
Produtos	19.891.087	62,3	29.445.911	57,9	42,6	112,9	48,0
Melhoramentos e Equipamentos	8.223.123	25,8	13.893.786	27,4	58,6	54,6	69,0
Insumos Modernos	3.434.873	10,8	7.003.285	13,8	40,2	96,8	103,9
Demais Itens	345.315	1,1	475.911	0,9	21,5	10,9	37,8
Total	**31.894.398**	**100,0**	**50.818.893**	**100,0**	**46,6**	**90,8**	**59,3**
Produção	25.393.351	79,6	43.471.496	85,5	48,8	80,2	71,2
A Agricultores	23.552.576	73,8	40.084.816	78,9	51,1	80,3	70,2
A Cooperativas	1.840.775	5,8	3.386.680	6,6	24,3	79,8	84,0
Comércio	6.501.047	20,4	7.347.397	14,5	35,7	147,3	13,0

Empréstimos às Lavouras
Saldos em fins de período

Especificação	Cr$ mil			Participação percentual			Variação percentual sobre dezembro anterior	
	1973	1974	1975	1973	1974	1975	1974	1975
Café	2.841.934	5.945.443	9.013.429	30,4	29,8	30,6	109,2	51,6
Cana-de-açúcar	781.902	1.798.456	3.863.767	8,4	9,5	13,1	134,4	114,8
Trigo	1.660.176	4.573.002	2.748.919	17,8	22,9	9,4	175,5	- 39,9
Arroz	892.125	1.478.625	2.929.289	9,5	7,3	10,0	65,7	98,1
Algodão	561.209	1.053.102	1.139.437	6,1	5,3	3,9	87,6	8,2
Milho	575.353	911.633	1.500.274	6,2	4,6	5,1	58,4	64,6
Soja	506.627	789.075	1.452.318	5,4	4,0	4,9	55,8	84,1
Feijão	124.187	160.682	245.497	1,3	0,8	0,8	29,4	52,8
Cacau	69.045	66.200	243.787	0,7	0,3	0,8	3,4	268,3
Fumo	51.254	114.293	203.082	0,5	0,6	0,7	123,0	77,7
Mandioca	97.913	95.491	126.539	1,0	0,5	0,4	- 2,5	32,5
Outros	1.185.983	2.981.892	5.979.573	12,7	14,4	20,3	142,6	200,5
Total	**9.342.708**	**19.967.894**	**29.445.911**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**113,7**	**48,0**
Produção	6.733.716	13.479.937	22.113.400	72,1	67,5	75,1	112,7	65,0
Comércio	2.608.992	6.487.957	7.332.511	27,9	32,5	24,9	148,7	13,0

EMPRÉSTIMOS À AGROPECUÁRIA
Indicador de Sazonalidade Trimestral

EMPRÉSTIMOS À AGRICULTURA
Indicador de Sazonalidade Trimestral

mesma tendência, por trimestre, nos últimos três anos: em dezembro, as aplicações atingiram o seu ponto mais alto. O incremento, baixo, em 1975, se comparado com o do ano anterior, se deve ao fato de que em 1974 se verificou um dos maiores índices de inflação para os custos da produção agrícola, não só pelos reflexos da crise do petróleo como também pela forte pressão exercida pela procura de insumos.

Os saldos dos empréstimos à Produção cresceram, ano passado, para Cr$ 43,5 bilhões, em torno de 70% de expansão; esse item no total dos financiamentos à Agricultura foi de 85,5%; *Melhoramentos e Equipamentos* registrou 69% de incremento, com saldo de Cr$ 13,9 bilhões, o mesmo ocorrendo com *Insumos Modernos* (103,9%), saldo de Cr$ 7,0 bilhões. É a busca cada vez maior do produtor pela elevação de sua produtividade.

Os empréstimos destinados especificamente a Produtos — 57,9% do total à Agricultura — somaram Cr$ 29,4 bilhões no final de 1975, 48% a mais se confrontados com os do ano anterior.

O trigo, o café, a cana-de-açúcar e o arroz absorveram 63% dos financiamentos feitos à lavoura em 1975, seguindo-se o milho, algodão e soja, com participação individual em torno de 4,5%.

Comercialização e abastecimento

As operações do Banco vinculadas à Política de Preços-Mínimos atingiram, em dezembro do ano passado, mais de Cr$ 6,8 bilhões contra Cr$ 3,5 bilhões em igual período de 1974. Essa significativa expansão de 95% revela o interesse cada vez maior do Governo em proteger os interesses dos produtores.

Os recursos do Governo Federal representaram 140% de acréscimo (Cr$ 4,2 bilhões) com relação a 1974 (Cr$ 1,8 bilhão). Esse crescimento, que em dezembro de 1973 era de 6,3%, passou para 191% em 1974, o que reflete a crescente importância dessa política para o setor agrícola. Os recursos do Banco, que complementam as dotações específicas das autoridades, evoluíram quase 50%: Cr$ 1,7 bilhão para Cr$ 2,5 bilhões.

O item mais destacado foi Comercialização da Produção, 36,4% do que foi aplicado (Cr$ 2,47 bilhões), incremento de 48,8% sobre 1974. Os créditos para aquisição de sacaria registraram elevação de 158,7%, refletindo as necessidades — maiores cada dia — que se verificam no acondicionamento das safras.

O armazenamento e comercialização ficou com 34,6% dos financiamentos (Cr$ 2,4 bilhões), aumentando mais de 70%, se comparados com Cr$ 1,4 bilhão do período anterior.

Em setembro de cada ano, os saldos relativos à Política de Preços-Mínimos chegam a seu ponto máximo. Em 1975, esse teto alcançou Cr$ 9,1 bilhões, superior ao registrado no final do ano.

Em torno da política de comercialização dos produtos agrícolas, essa sistemática de preços envolve também problemas de abastecimento. Ao se adquirir parte da produção no auge das safras, evita-se que os produtores tenham o preço de seus produtos aviltados. Além disso, o escoamento durante o período de entressafra permite que os preços aos consumidores não sejam excessivamente majorados pela manipulação de estoques.

Planos de estocagem de entressafra

O Plano de Estocagem de Entressafra do Arroz teve recursos disponíveis da ordem de Cr$ 400 milhões, e em dezembro de 1975 acusava um saldo de Cr$ 34,1 milhões. O do Feijão registrou, no final do ano passado, Cr$ 26,8 milhões, e sua dotação foi de Cr$ 110 milhões.

Num esforço de apoio geral ao desenvolvimento agropecuário, o Banco

Petroleiro

O ano de 1975 marca o início do II Programa de Construção Naval (II PCN) para construção de 776 embarcações, com o total de 5,3 milhões de TPB, e dispêndio de Cr$ 21 bilhões, gerando 20.000 empregos diretos.
Destacam-se do Programa a construção de seis graneleiros "oreoil", com 135 mil TPB, e os quatro super-petroleiros encomendados pela PETROBRÁS, de 277.000 TPB cada um, ao custo unitário de 470 milhões de cruzeiros. Até então, o maior navio lançado ao mar pelo Brasil foi o graneleiro DOCEPOLO, de 131 mil TPB.
Durante a execução do II PCN, a indústria naval deverá alcançar um índice de nacionalização de 95% na tonelagem. Maior esforço ainda será exigido da indústria de componentes, até a completa nacionalização dos navios.
A exportação de embarcações também está na pauta. Já foram assinados contratos com diversos países (Chile, Libéria, Panamá, França, Dinamarca e Alemanha Ocidental) para a venda de 51 navios, totalizando 715 mil TPB.
Em 1975, o Brasil ficou classificado no 8.º lugar entre os principais construtores navais do mundo.

A indústria brasileira de base abrange os ramos de energia elétrica, siderurgia, petróleo, petroquímica, cimento, papel e celulose, mineração, transporte ferroviário e naval, saneamento básico.
Os bens de capital têm constituído o item mais oneroso das importações brasileiras, nos últimos anos, uma vez que a indústria nacional vem atendendo 48% das necessidades do País. Agora, além do apoio governamental crescente, conta com reserva de mercado, em face da preferência das empresas estatais pelo equipamento nacional.
Os desafios novamente propostos e as oportunidades oferecidas a esse ramo industrial — acompanhados da retomada do processo de substituição de importações — poderão reduzir a dependência das importações e dar ensejo à transferência de *know-how* e à formação de tecnologia própria.

Detalhe de instal

Têmpera

Pintura em e

Teste de motor mar

do Brasil marca sua presença no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), prestando assistência financeira ao PRONAZEM, Programa Nacional de Armazenagem. O objetivo é adequar a infra-estrutura do setor às reais necessidades de pronta e vigorosa resposta aos estímulos econômicos concentrados na ação programada dos últimos anos.

O Programa dispõe de duas metas que se complementam. Uma, a curto prazo, tem por finalidade eliminar ou mesmo reduzir o déficit de armazenagem no País, estimado em 2,5 milhões de toneladas. A outra, a médio prazo, tende a equilibrar a oferta de armazenagem, no período 1975-1980, à esperada demanda de 10 milhões de toneladas, principalmente pelo acelerado crescimento da produção das principais culturas.

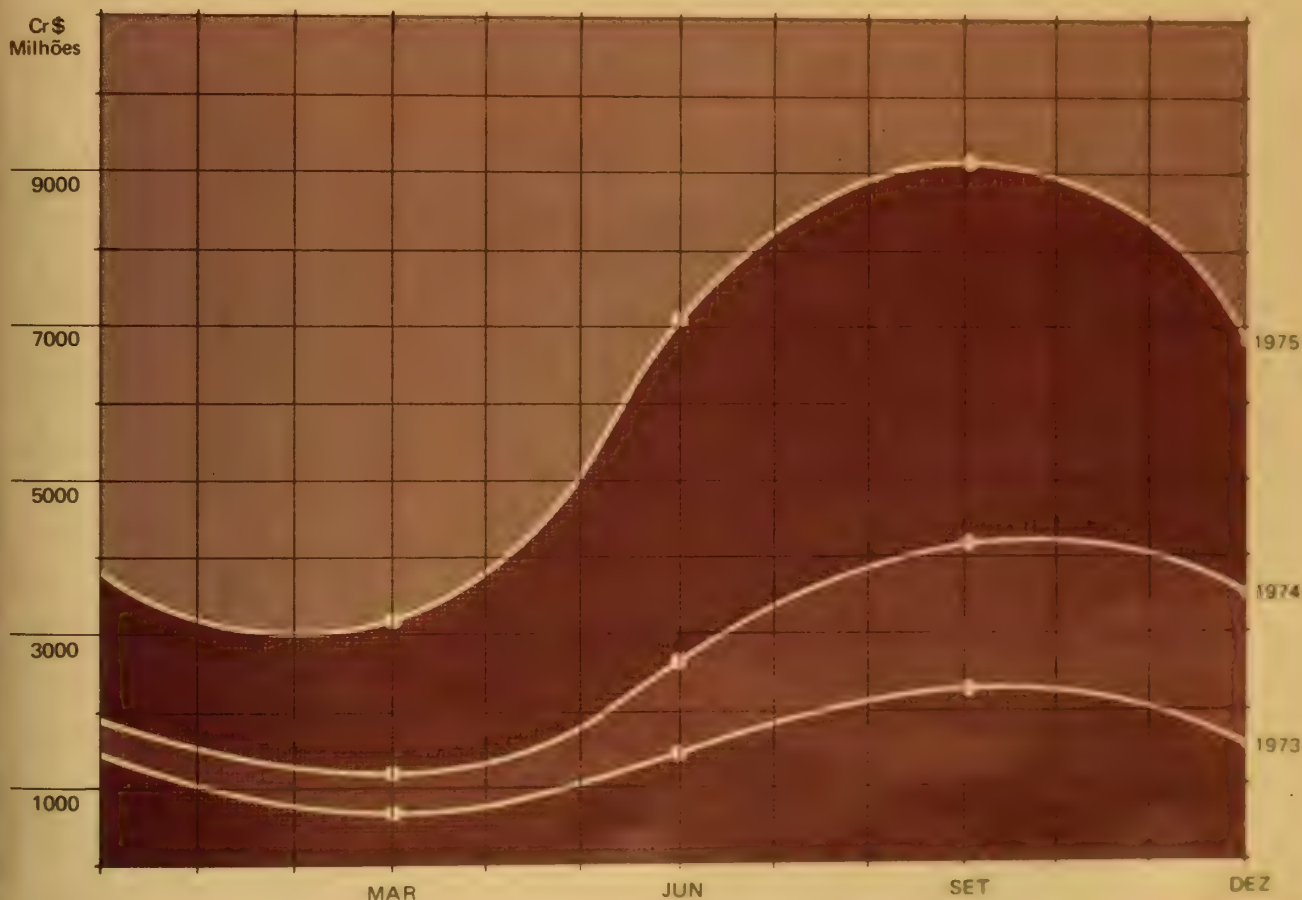
Inicialmente, Cr$ 460 milhões foram destinados para a implantação de uma rede de pequenos armazéns, a nível de fazenda, e também para ampliação da capacidade armazenadora intermediária e terminal.

O Programa de Corredores de Transportes para Exportação (COREX) envolve um conjunto de projetos ligados a ferrovias, rodovias, portos, silagens, fomento agrícola, tecnologia de alimentos e agroindústria, em execução nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito Santo, Minas e Goiás.

O Banco participa do Programa com empréstimos destinados à agroindústria.

Apesar das dificuldades do comércio internacional, espera-se, a partir de 1976, um fluxo de exportações da ordem de 10 milhões toneladas/ano de granéis, 460 mil toneladas/ano de congelados (sucos e carnes) e 400 mil toneladas/ano de óleos vegetais, através dos portos do Rio Grande do Sul (RS), Paranaguá (PR), Santos (SP) e Vitória (ES).

Para a montagem desse sistema integrado de escoamento da produção, das fontes de produção aos terminais marítimos de exportação, incluindo, aí, complexa rede de estocagem, malhas rodo-ferroviárias, instalações

Operações de Preços Minimos
Saldos em Fins de Periodo

portuárias, além de frotas marítimas e fluviais, estão sendo mobilizados 44% do total de Cr$ 3,5 bilhões e também de fontes de poupança, interna e externa, podendo haver, ainda em 1976, um acréscimo de US$ 200 milhões.

Café

Em 1975, os saldos dos empréstimos aos cafeicultores alcançaram Cr$ 9,0 bilhões, 51,6% a mais do que em 1974. O produto continua ocupando lugar de destaque nos financiamentos do BB, com elevada participação nos empréstimos agrícolas (30,6%).

Dos recursos globais aplicados em 1975, Cr$ 6,6 bilhões ficaram com a produção, que cresceu 40,7% sobre os Cr$ 4,7 bilhões do ano anterior. A comercialização participou com mais da quarta parte do que foi concedido ao café, com índice de crescimento maior que os empréstimos à produção.

Na metade do ano passado, já em razão das geadas houve queda da demanda de crédito para novos plantios, mas o Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais logo passou a atender as necessidades dos cafeicultores.

Implantado a partir de 1971, o Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais (P.R.R.C.) tem contribuído para ampliação, plantio e recepa de cafezais e formação de mudas, além da aquisição de fertilizantes, defensivos e equipamentos de defesa fitossanitária.

O Plano de Emergência para Recuperação de Cafezais Geados, aprovado pelo Conselho Monetário Nacional em agosto de 1975, conta com Cr$ 4,6 bilhões para o período 1975/78, dos quais Cr$ 2,2 bilhões para aplicação em 1975. A finalidade é contribuir na formação de novas mudas para replantio e ainda promover a substituição de cafezais em áreas sujeitas a geadas.

As exportações brasileiras de café alcançaram 852 milhões de dólares. O ano encerrou em nível próximo ao de 1974, quando o café carreou ao País divisas no montante de 877 milhões de dólares.

Em face dos US$ 8,7 bilhões para as exportações globais do País em 1975, a participação do café ficou em 9,8%, representando pequena diminuição percentual (cerca de 1%) em comparação à posição relativa em 1974.

Não obstante a crescente diversificação na pauta de exportações, o café deverá voltar, a partir de 1977/78, a contribuir com significativas somas de divisas, quando já estarão começando frutificar os maciços investimentos em curso nos Planos de Recuperação, Renovação e Revigoramento de Cafezais.

O Novo Convênio Internacional celebrado em Londres, e que teve a negociação concluída em novembro, deverá ter vigência por seis anos e cada membro confirmará, a cada três

Empréstimos ao Café
Saldos em fins de período

Especificação	Dezembro 1974 Valor Cr$ mil	%	Dezembro 1975 Valor Cr$ mil	%	Variação Percentual Dez/73 / Dez/72	Dez/74 / Dez/73	Dez/75 / Dez/74
Produção	4.742.725	79,8	6.670.602	74,0	33,9	113,4	40,7
A Agricultores	4.059.923	68,3	5.511.815	61,2	47,3	108,8	35,8
A Cooperativas	682.802	11,5	1.158.787	12,8	- 18,0	145,4	69,7
Comércio	1.202.718	20,2	2.342.827	26,0	- 22,5	94,2	94,8
Total	**5.945.443**	**100,0**	**9.013.429**	**100,0**	**15,6**	**109,2**	**51,6**

Empréstimos à cana-de-açúcar
Saldos em fins de período

Especificação	Dezembro 1974		Dezembro 1975		Variação Percentual		
	Valor Cr$ mil	%	Valor Cr$ mil	%	Dez/73 / Dez/72	Dez/74 / Dez/73	Dez/75 / Dez/74
Produção	1.798.456	100,0	3.863.767	100,0	182,8	130,0	114,8
A Agricultores	1.756.804	97,7	3.776.908	97,8	205,9	132,7	115,0
A Cooperativas	41.652	2,3	86.859	2,2	- 9,2	54,7	108,5
Comércio	—	—	—	—	—	—	—
Total	**1.798.456**	**100,0**	**3.863.767**	**100,0**	**182,8**	**130,0**	**114,8**

anos, a intenção de permanecer como parte contratante. O Brasil desfrutará do café como fonte de divisas ainda por alguns anos, enquanto vão se diversificando e ampliando as vendas mundiais.

Cana-de-açúcar

Da assistência financeira prestada à Agricultura, a cana-de-açúcar recebeu 13,1%. Os empréstimos cresceram 114,8%, ao alcançar Cr$ 3.863,8 milhões em dezembro de 1975, revelando a preponderante atuação do Banco nessa importante lavoura geradora de divisas. Esses créditos são destinados exclusivamente à produção.

Apesar do crescimento da área cultivada em 5%, a produção sofreu queda de 1,1% em relação à anterior, determinando decréscimo de 6,3% no índice de produtividade.

O esforço para aumentar a oferta de cana ficou comprometido pelas geadas no Centro-Sul e pelas enchentes no Nordeste brasileiro, que provocaram uma queda de 11,9% em relação à produção esperada para 1975.

O açúcar vinha liderando as exportações dos produtos primários, até setembro de 1975. Ao final do ano, entretanto, passou para a terceira colocação, ficando acima da soja e abaixo do minério-de-ferro e do café.

Exportação de Açúcar Demerara
Evolução Mensal do Preço Médio - Período 1971/1975

1974 - 4.163,8 ha
1975 -5.159,4 ha
1974 - 6.482,9 t
1975 - 7.544,5 t
1974 - 1.577 kg/ha
1975 - 1.462 kg/ha
1974 - 2.471,1 ha
1975 - 3.188,9 ha
1974 - 2.858,5 t
1975 - 2.653,0 t
1974 - 1.157 kg/ha
1975 - 832 kg/ha
1974 - 10.792,7 ha
1975 - 10.506,1 ha
1974 - 17.284,2 t
1975 - 16.491,3 t
1974 - 1.601 kg/ha
1975 - 1.570 kg/ha
1974 - 5.143,1 ha
1975 - 5.746,8 ha
1974 - 7.876,2 t
1975 - 9.543,7 t
1974 - 1.531 kg/ha
1975 - 1.661 kg/ha
ARROZ
TRIGO
MILHO
SOJA
PRODUTOS AGRÍCOLAS
Área (1.000 ha)
Produção (1.000 t)
Produtividade (Kg/ha)

As oscilações violentas dos preços internacionais do produto têm, de certo modo, tumultuado o mercado. Até 1973, era estável, com tendência à elevação, a relação dólar/tonelada.

A partir daquele ano, a curva de preços vem apresentando comportamento totalmente irregular. Apesar disso, o preço médio alcançado nas exportações, no qüinqüênio 1971/75, tem sido compensador para o Brasil.

Com a triplicação do custo do barril de petróleo, novo desafio é proposto ao setor canavieiro, agora para a produção de álcool anidro destinado à mistura com a gasolina.

O uso alternativo da cana trará maior estabilidade aos preços do produto internamente e mais segurança ao agricultor. Em 1976, os empréstimos ao cultivo deverão aumentar substancialmente no conjunto da Agricultura.

Arroz

A área cultivada do arroz superou os 5 milhões de hectares, crescendo 24%. A produtividade média atingiu o índice de 1.460 kg/ha., com decréscimo de 7% em relação ao obtido no ano passado.

No período, a produção aumentou em 16,4%, alcançando o volume de 7,5 milhões de toneladas. Para a comercialização do produto aplicaram-se Cr$ 328,6 milhões, saldo em fim de período. Foram canalizados, especificamente para o cultivo do arroz, empréstimos de Cr$ 2,6 bilhões.

A elevação dos preços-mínimos, instrumento que envolve uma série de benefícios, contribuiu decisivamente para a taxa de crescimento de 107,1% verificado nos créditos destinados ao custeio da produção.

Possivelmente, em função dos estímulos dados ao arroz irrigado, cuja produtividade é bem mais alta que a do tipo sequeiro, ocorreu mudança na época de demanda de financiamentos, não obstante manter-se comportamento semelhante aos exercícios anteriores.

Trigo

O trigo absorveu 9,4% dos empréstimos destinados aos produtos agrícolas, com saldo de Cr$ 2,7 bilhões. O custeio de produção, em 1975, elevou sua participação de 3% para 16,4%, ao apresentar crescimento de 227%.

A mudança na política de comercialização do cereal, principalmente financiamento do trigo importado, exigiu menores recursos financeiros no final de 1975. Mesmo assim, seu comércio continua a absorver a parcela principal dos empréstimos, tendo o Banco aplicado Cr$ 2,3 bilhões nas aquisições.

Isto ainda porque todos os financiamentos de maquinaria, construção e reforma das instalações, de fertilizantes, defensivos são contabilizados nas rubricas *Melhoramentos e Equipamentos* e *Insumos Modernos*, indistintamente para a Agricultura e não por produto.

A área do cultivo foi expandida em 29% e melhorias tecnológicas introduzidas, notadamente o emprego de fertilizantes em maiores áreas, motivado pelos subsídios governamentais.

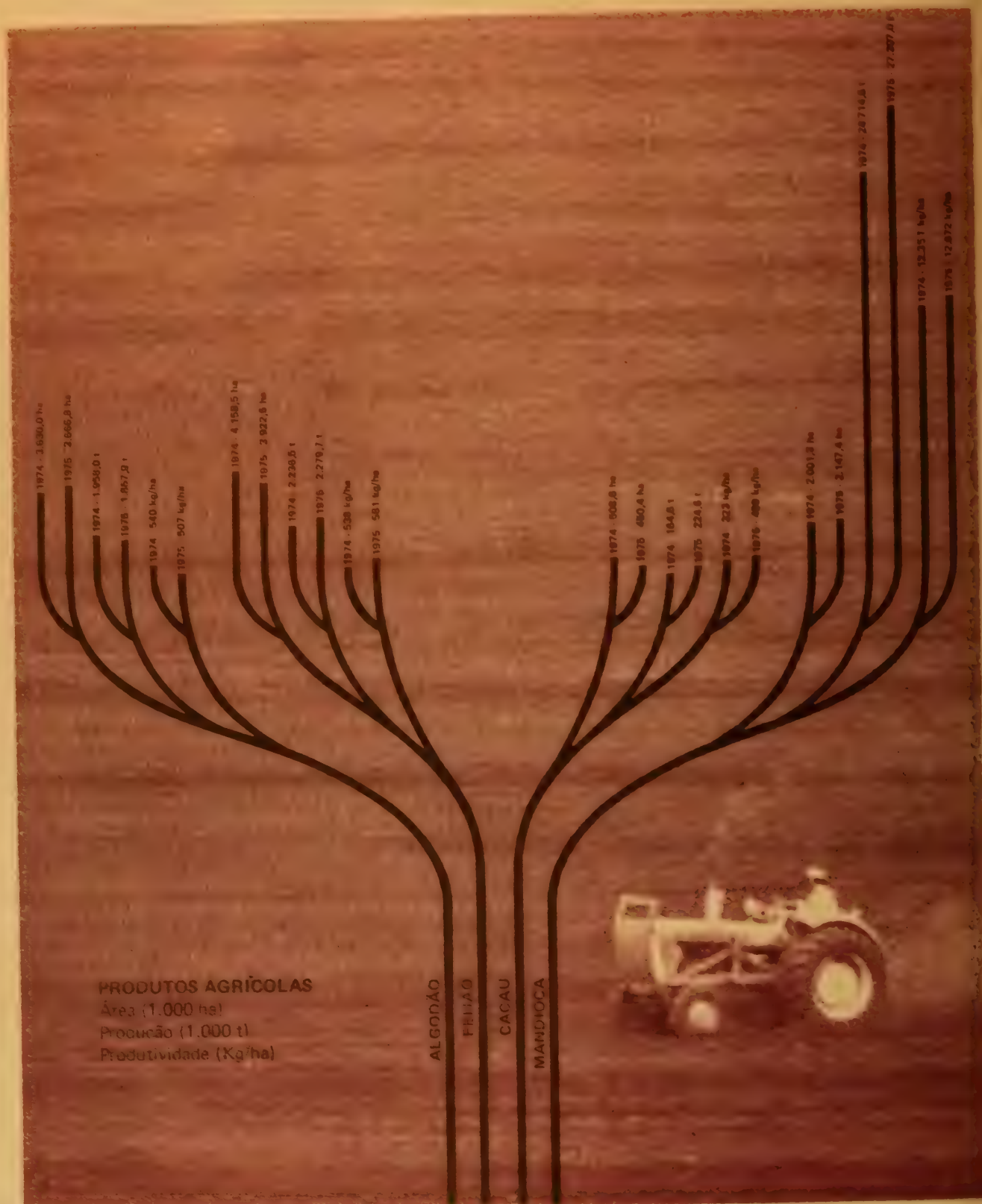
Apesar de tudo, a colheita ficou 7% abaixo da anterior. A frustração da lavoura foi muito mais significativa: a quebra da produção provocada pelas geadas de julho chegou a 20%. A produtividade média sofreu redução de 28%.

Milho

Em 1975, a produção de milho foi estimada em 16,5 milhões de toneladas, 4,6% inferior à safra anterior, com decréscimo maior que o da área cultivada (– 2,7%). O milho é uma cultura em que há grande participação de minifundiários e boa parte deles ainda no estágio da economia de subsistência. A queda de produtividade, nesse ano, pode ser atribuída à saída de produtores com nível tecnológico mais elevado.

Os empréstimos destinados à cultura do milho seguiram comportamento semelhante ao ocorrido nos períodos anteriores, crescendo no último trimestre do ano.

Empréstimos ao Trigo
Saldos em fins de período

Especificação	Dezembro 1974 Valor Cr$ mil	Dezembro 1974 %	Dezembro 1975 Valor Cr$ mil	Dezembro 1975 %	Variação Percentual Dez/73 / Dez/72	Variação Percentual Dez/74 / Dez/73	Variação Percentual Dez/75 / Dez/74
Produção	137.713	3,0	449.818	16,4	2,0	- 23,8	226,6
A Agricultores	119.594	2,6	371.431	13,5	0,2	- 23,9	210,6
A Cooperativas	18.119	0,4	78.387	2,9	16,0	- 23,2	332,6
Comércio	4.435.289	97,0	2.299.101	83,6	79,0	199,8	- 48,2
Total	**4.573.002**	**100,0**	**2.748.919**	**100,0**	**65,4**	**175,5**	**- 39,9**

em 180 dias, para grande número de mercadorias consideradas menos essenciais. E em dezembro último, esse prazo foi dilatado para 360 dias pela Resolução n.º 354.

Também por resolução do Conselho Nacional do Comércio Exterior (CONCEX), as importações de produtos siderúrgicos ficaram subordinadas à prévia autorização do Conselho Nacional de Não-Ferrosos e de Siderurgia (CONSIDER), visando a disciplinar e ajustar as aquisições externas às necessidades de suplementação do abastecimento interno.

Todas essas medidas de caráter governamental refletiram na CACEX, que tenta harmonizar a nova política com os interesses dos diversos setores econômicos, funcionando como autêntico Banco de Comércio Exterior.

O Banco prosseguiu em sua tarefa mediadora entre investidores e fabricantes de máquinas e equipamentos. Em tais acordos, ressalta a necessidade de procurar obter um maior índice de nacionalização.

E os dados de 1975 mostram o resultado dos esforços dispendidos. Com relação a 1974, houve aumento do índice médio de participação da indústria nacional nos projetos de 62,41% contra 58,37%. A oscilação é aparentemente modesta, mas assume importância muito grande ao se levar em conta que, embora os projetos sejam cada vez mais sofisticados, ainda permite uma participação considerável da indústria brasileira.

Acordos de Participação Homologados pela Cacex
US$ mil

Discriminação	1974	%	1975	%
Indústria nacional	1.254.533	58,37	1.693.818	62,41
Indústria estrangeira	894.872	41,63	1.019.987	37,59
Total	**2.149.406**	**100,00**	**2.713.806**	**100,00**

ACORDOS DE PARTICIPAÇÃO HOMOLOGADOS PELA CACEX

As importações realizadas com financiamento obtido no exterior atingiram US$ 3.043 milhões. Antes, amparavam apenas as aquisições de máquinas e equipamentos. Agora, abrangem as compras de outros bens, inclusive matérias-primas, item considerado dos mais altos nas importações brasileiras. Com isso, o exame da similaridade nacional assumiu aspectos novos e identificar os fabricantes internos tornava-se, pois, uma necessidade. Por isso mesmo, foi implantada uma central de informações, que já cadastrou cerca de duas mil empresas durante 1975.

O contínuo crescimento das operações de *drawback* tornou necessária a adoção de novos métodos de processamento, permitindo maior flexibilidade e fluidez desse incentivo, sem prejuízo do controle e da segurança.

A evolução do mercado de diversos insumos e matérias-primas essenciais refletiu-se no sistema de importações efetuadas dentro do regime de contingenciamento tarifário. Este fato provocou sensíveis modificações no quadro do abastecimento e da produção.

O Conselho de Política Aduaneira condicionou a importação de fertilizantes com isenção fiscal à compra de produto de fabricação nacional, em proporções variáveis segundo a região do País. Foram excluídos desse sistema de contingenciamento, dentre outros, os seguintes itens: metanol, clorofórmio, lactose, nafta de petróleo, e incluídos o sebo, sementes, lã, leite em pó, sucata de chumbo e cristais de insulina.

Em decorrência de todas essas medidas, as importações foram contidas. E diversos grupos de produtos de menor essencialidade relativa apresentaram apreciáveis decréscimos, enquanto os itens relacionados com a maquinaria e equipamentos e com petróleo bruto se expandiram.

A importação, por exemplo, de produtos alimentícios, líquidos alcoólicos e vinagre, fumo ou tabaco, gordura e óleos, sofreu redução de 53,5%. Também as matérias têxteis e suas manufaturas diminuíram 46,2%, animais vivos e produtos do reino animal baixaram 28,9% em relação a 1974.

Paralelamente, o Banco desenvolveu intensa atuação na área de exportação, colaborando com órgãos ligados ao comércio exterior através de estudos conjuntos e sugestões, com o propósito de adotar normas para o fortalecimento do sistema de incentivos fiscais, cambiais e creditícios, entre outros.

Internamente, modificou algumas normas e regulamentos relacionados com a exportação, de modo a adequá-los à realidade do comércio internacional.

Outro ponto importante foi o que diz respeito à sistemática de remuneração de agentes no exterior nas exportações de mercadorias brasileiras. E isto porque a evolução de nosso comércio lá fora e o rápido crescimento da participação de produtos manufaturados em nossas exportações exigiram reformulações.

As normas que regulam a exportação de bens para serem exibidos em feiras e exposições de iniciativa particular foram igualmente reexaminadas.

COMMODITIES

Na área da comercialização, foi dado um importante passo. As em-

presas nacionais tiveram autorização para realizar operações a termo em bolsas de mercadorias do exterior. Até outubro de 1975, 33 firmas receberam permissão para operar nessa modalidade com o algodão em rama, cacau, milho e soja em grão.

O APOIO FINANCEIRO AO COMÉRCIO EXTERIOR

Em 1975, o Banco acionou os mecanismos de apoio financeiro ao exportador e o sistema vem sendo cada vez mais solicitado, na medida em que constitui instrumento essencial à política de vendas de nossos produtos, novos e tradicionais.

A evolução dos recursos à disposição do FINEX, Fundo de Financiamento à Exportação, revela a diversificação das formas de financiamentos: o saldo das operações atingiu Cr$ 4,7 bilhões, em 1975, contra Cr$ 1,4 bilhão em 1974. Também os financiamentos à produção de bens com ciclo de fabricação de até 180 dias alcançaram Cr$ 1.200 milhões, elevação de 89,9% sobre a registrada no ano de 1974.

Dentre as operações realizadas por conta do FINEX, cabe registrar ainda os financiamentos à exportação de manufaturados que atingiram US$ 236 milhões, apresentando evolução de 161% se comparado a 1974.

Os principais compradores de bens financiados pelo Brasil continuam sendo os países latino-americanos, destacando-se o Chile, Venezuela, Bolívia, México e Paraguai, devendo-se, contudo, ressaltar a expansão rumo a outras regiões, como a África, Estados Unidos, Alemanha Ocidental e Ingla-

Importação Brasileira
US$ milhões - FOB

Discriminação	1973	1974	1975	Variação % 1975/1974
Total	6.192,2	12.530,5	12.168,8	- 2,9
Animais vivos e produtos do reino animal e vegetal	622,6	864,1	707,6	- 18,1
Trigo	335,4	468,4	325,2	- 30,6
Demais	287,2	395,7	382,4	- 3,4
Produtos das indústrias alimentícias; bebidas; líquidos alcoólicos e vinagre; fumo ou tabaco; gorduras e óleos	75,8	125,6	73,5	- 41,5
Produtos minerais	822,7	3.042,4	3.210,5	5,5
Petróleo (óleo bruto)	605,8	2.558,1	2.704,1	5,7
Demais	216,9	484,3	506,4	4,6
Produtos das indústrias químicas e e conexas; borracha natural e sintética e suas manufaturas	1.015,6	1.801,8	1.544,4	- 14,3
Matérias têxteis e suas manufaturas	93,6	189,0	107,1	- 43,3
Metais comuns e suas manufaturas	824,2	2.198,4	1.711,5	- 22,1
Máquinas e aparelhos; material elétrico; material de transporte	2.142,5	3.107,7	3.931,9	26,5
Demais	595,2	1.201,5	882,3	- 26,6

Fonte: CIEF - Ministério da Fazenda

Bombas elevatórias

Controle de pureza

Tratamento - fase

Um alto nível de saúde da população é parte da estratégia de desenvolvimento social do Governo. No conjunto da Política de *Valorização de Recursos Humanos*, a Saúde Pública e Assistência Médica da Previdência são metas prioritárias.
A expansão e modernização da rede hospitalar representam apenas uma das muitas preocupações das autoridades no sentido de acompanhar, cada vez mais, a demanda das classes média e operária por atendimento médico-hospitalar mais eficiente.
Com uma população urbana prevista para 75 milhões de habitantes em 1979, um dos muitos desafios a enfrentar, nessa área, é a poluição, que compromete a qualidade da vida e, em conseqüência, o equilíbrio social.
O objetivo maior é propiciar à população de renda mais baixa os requisitos básicos de saneamento e controle biológico indispensáveis à saúde.
A eliminação de doenças endêmicas — esquistossomose, malária, etc. e as campanhas de vacinação, como a da meningite, se incluem entre as preocupações do Governo. A sucessão de problemas dessa ordem gera a necessidade de investimentos crescentes na área social, particularmente da saúde.

Adutora

Bienal

A taxa de alfabetização total — considerada a população de mais de 15 anos — ficará em torno de 90% em 1980, segundo estimativas do Governo. Na área da educação, prevê-se investimentos de Cr$ 135 bilhões, no quinqüênio de 1975/79.

Dado altamente significativo é que, para 1979, o número de matrículas no ensino superior alcançará 1,7 milhão. O 1.º e 2.º graus terão números bem maiores — 23,0 e 2,5 milhões. Já o ensino profissionalizante atingirá 380 mil trabalhadores.

Há uma consciência de que hoje a educação é um grande investimento social, deixando de ser um privilégio para constituir-se processo contínuo e permanente ao alcance de todos. Multiplicam-se as salas escolares; é a necessidade de somar conhecimento, a cada dia que número elevado de informação é colocado à disposição do homem.

A inteligência assim aproveitada desperta também o interesse por todas as manifestações culturais. No campo esportivo, além do futebol, o Brasil vem procurando adotar uma política de incentivos ao esporte amador principalmente, com vistas a elevar o nível competitivo do atleta brasileiro.

Biblioteca

Educa[illegible]

Ensino primário

terra. Dentre os produtos amparados pelos incentivos creditícios, destacam-se veículos e autopeças (53% do total), máquinas para construção civil, tratores e implementos agrícolas, além das usinas açucareiras.

AS LINHAS ESPECIAIS DE CRÉDITO

Foram abertas mais quatro linhas de crédito a bancos e entidades estrangeiras para financiamento da importação de mercadorias brasileiras, no total de US$ 101 milhões. Dos convênios já existentes, cinco sofreram elevações nos seus limites, representando um adicional de US$ 28,7 milhões. O Banco estuda, ainda, a concessão de outros a trinta organizações da América Latina, África e Ásia.

EXPORTAÇÃO DE NAVIOS

No programa de exportação naval, o crédito foi para a produção e venda de vinte navios, num total de 476.760 TDW, a vários países, do que nos advieram US$ 243 milhões. Examinam-se agora operações e propostas de fornecimento de seis unidades de 8.100 TDW cada uma, no valor de US$ 38,0 milhões, e mais quatro de 5.200 TDW para empresas da Libéria e Inglaterra.

Exportação Brasileira
US$ milhões - FOB

Discriminação	1973	1974	1975	Variação % 1975/1974
Total	**6.199,2**	**7.951,0**	**8.655,2**	**8,9**
Produtos Básicos	3.992,7	4.576,7	5.012,0	9,5
Soja em grãos, farelo e torta	916,8	889,3	1.149,8	29,3
Minério de ferro	362,8	571,2	908,8	59,1
Café em grãos	1.244,3	864,3	852,2	- 1,4
Açúcar demerara	454,9	978,3	769,9	- 21,3
Cacau em amêndoas	88,5	210,0	220,4	5,0
Milho em grãos	3,1	139,0	150,8	8,5
Fumo em folhas	58,5	99,0	141,8	43,2
Algodão em rama	218,1	90,9	97,8	7,6
Minério de manganês	18,9	49,7	81,1	63,2
Óleo em bruto de petróleo	15,7	29,9	75,3	151,8
Lã (exclusive fios)	45,2	43,8	46,2	5,5
Outros	565,9	611,3	517,9	- 15,3
Produtos Industrializados	2.045,3	3.179,7	3.434,6	8,0
Semimanufaturados	574,0	917,0	849,3	- 7,4
Açúcar cristal	97,8	283,3	204,3	- 27,9
Óleo de soja, em bruto	23,8	1,9	152,4	–
Madeira de pinho serrada	62,8	50,0	55,5	11,0
Outros	389,6	581,8	437,1	- 24,9
Manufaturados	1.471,3	2.262,7	2.585,3	14,3
Material de transporte	76,2	186,5	316,9	69,9
Caldeiras, máquinas e aparelhos mecânicos	72,2	150,6	260,0	72,6
Calçados	93,5	120,3	165,1	37,2
Máquinas e aparelhos elétricos	83,8	183,1	160,5	- 12,3
Açúcar refinado	6,0	60,3	125,5	108,1
Outros	1.139,6	1.561,9	1.557,3	- 0,3
Consumo de bordo, reexportação, transações especiais	161,2	194,6	208,6	7,2

Operações de Câmbio

Em virtude das dificuldades que caracterizaram as transações internacionais, as aplicações da Carteira de Câmbio sofreram pequeno decréscimo em 1975: de Cr$ 3,6 bilhões para Cr$ 3,5 bilhões.

Apesar da ausência de financiamento de câmbio de importação das mercadorias atingidas pelas Resoluções n.º 331 e 354, do Banco Central do Brasil, e também da acentuada redução dos negócios de desconto de papéis na Carteira, os créditos destinados às importações na sistemática "banker's acceptances", ou similares, mantiveram-se praticamente estáveis, num montante anual de US$ 1.014 milhões, superior ao do ano passado: US$ 919 milhões.

Tais financiamentos ficaram restritos às operações realizadas na Zona Franca de Manaus, às importações de interesse nacional e aos órgãos públicos.

Montante Total Anual de Operações em "Banker's Acceptances"
Em milhões de dólares

Ano	Total	Índice
1973	213	100
1974	919	431
1975	1.014	476

Os adiantamentos sobre contratos de câmbio foram bastante utilizados no exercício, atingindo o montante de Cr$ 9,5 bilhões – acréscimo de 16% – embora tenham apresentado saldo mais baixo no fim do período. Essa maior rotatividade da rubrica decorre dos prazos muito curtos nos

adiantamentos feitos aos exportadores de soja.

Contribuiu o Banco para a preservação das reservas do País, destacando o esforço para financiar as importações de fertilizantes, trigo, carvão e produtos siderúrgicos. No caso específico do carvão, a contribuição da Carteira levou à sistemática, agora largamente empregada, de financiamentos em "moeda convênio".

Em decorrência da atual política de financiamentos de longo prazo em vez de curto prazo, foram mantidos entendimentos com diversos banqueiros para a contratação de linhas de crédito. Merecem citação especial o "Bank for Foreign Trade of U. R. S. S.", "Mendiobanca", "Swiss Credit Bank", "Banque de Paris e des Pays Bas". No período, foram revalidados os prazos de utilização de outras linhas já existentes.

No final de 1975, havia boas disponibilidades de créditos para importação e empréstimos, em diversos convênios:

EXIMBANK — para importação de bens e serviços dos Estados Unidos (US$ 93,3 milhões);

FIMEQ — para importação de máquinas e equipamentos (US$ 182,0 milhões);

CREDIT LYONAIS — para financiamento de máquinas e equipamentos de fabricação francesa (FF 30,0 milhões);

BANCO CENTRAL DO BRASIL — para importação de fertilizantes (Cr$ 799,0 milhões);

BANCO DO BRASIL, Agências do Exterior — créditos rotativos no valor total de US$ 920,0 milhões, com margem de US$ 32 milhões.

CONTRATOS DE CÂMBIO

O número de contratos de câmbio caiu 4% nas compras e 16% nas vendas. As contratações de compra de exportação elevaram-se a US$ 4,5 bilhões, com aumento de 11%, enquanto as de compra de financeiras chegaram apenas a US$ 2,7 bilhões, com decréscimo de 28%.

As vendas de importação somaram US$ 4,6 bilhões e as contratações de vendas de financeiras o total de US$ 2,5 bilhões, com reduções de 9% e 17%, respectivamente.

A desaceleração dos negócios de câmbio ainda se fez sentir sob o aspecto do deferimento de operações, com oscilações significativas nos 3 últimos anos:

1973 .... US$ 886 milhões
1974 .... US$ 1.113 milhões
1975 .... US$ 671 milhões

GARANTIAS

O Banco continuou dando amplo apoio às exportações de bens e serviços, assim como ao ingresso de divisas, mediante a concessão de garantias, que ultrapassaram US$ 800 milhões, acréscimo de 31% sobre o que foi avalizado no período.

Ao final de 1975, somaram 83 os termos de garantia de cumprimento

Garantias Prestadas

De conta própria	1974	1975	Variação
Bid bond	5.008	1.638	- 67%
Performance bond	167.182	380.813	128%
P/empréstimo ou financiamento	149.346	195.817	31%
Subtotal	**321.536**	**578.268**	**80%**
De conta do Tesouro Nacional	312.631	249.610	- 20%
Total	**634.167**	**827.878**	**31%**

performance bond, no montante de Cr$ 3,4 bilhões, que continuam assim ajudando a colocação de nossos serviços e bens no Exterior. Trata-se de garantias concedidas pelo Banco, com recursos próprios. Os avais prestados em 1975 se elevaram a Cr$ 1,7 bilhão. Em nome e por conta do Tesouro Nacional, foram mais 45 termos, no total de Cr$ 2,2 bilhões.

MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

Medidas administrativas foram adotadas no sentido de racionalizar os métodos de trabalho, aumentar a mecanização dos serviços e sua transferência gradativa para computador. Foram elaborados ainda manuais de serviços.

Com relação à ampliação da rede de agências intermediadoras de negócios de câmbio, promoveu-se o ingresso de 29 filiais, passando o total para 82 integrantes.

Contratações

Especificações	(em US$ milhões) 1974	1975	Variação Percentual
Compras			
De exportação	4.048,8	4.496,2	11
Financeiras	3.795,9	2.742,4	- 28
Total	**7.844,7**	**7.238,6**	**- 9**
Vendas			
De importação	5.098,6	4.656,3	- 9
Financeiras	3.078,8	2.581,2	- 17
Total	**8.167,4**	**7.237,5**	**- 12**

Realizaram-se reuniões entre funcionários da sede e das agências, treinamento prático de operadores e gerentes no "dealer's room" e estágio de funcionários em operações de câmbio nas filiais externas e em bancos correspondentes.

Outros Créditos

Esse grupamento expandiu-se 41% em relação ao último exercício, apresentando saldo de Cr$ 62,5 bilhões. Departamentos e Correspondentes no Exterior, em moeda estrangeira, man-

Ativos do PASEP

Especificação	Saldos Cr$ Milhões DEZ/74	DEZ/75	Composição Percentual DEZ/74		DEZ/75	
Empréstimos	4.450,2	4.558,1	65,9	100,0	37,5	100,0
A Autarquias	187,3	143,0		4,2		3,1
A Governos Estaduais	139,7	138,5		3,1		3,0
A Governos Municipais	400,3	290,8		9,0		6,4
A Indústria	2.753,3	3.051,6		61,9		67,0
Capital de Giro	2.128,1	2.371,6		47,8		52,1
Investimento	625,2	680,0		14,1		14,9
Ao Comércio	969,6	934,2		21,8		20,5
Capital de Giro	709,3	734,8		15,9		16,1
Investimento	260,3	199,4		5,9		4,4
Créditos em Liquidação	8,0	12,8	0,1		0,1	
Aplicações Financeiras	207,0	637,3	3,1		5,3	
Recursos Repassados	920,2	1.236,2	13,6		10,2	
Recursos Transferidos ao BNDE (Lei Compl. 19, de 25.6.74)	1.169,6	4.340,4	17,3		35,7	
Provisão Diversas	—	1.359,1	—		11,2	
Total	6.755,0	12.143,9	100,0		100,0	

tém-se como principal item de aplicação, com o total de Cr$ 16,8 bilhões, incremento de 7,7%. A rubrica Outras Contas Vinculadas a Câmbio registrou o saldo de Cr$ 9,6 bilhões.

As contas relacionadas à compra de produtos agrícolas e reajustamento da dívida pecuária, que refletem operações realizadas por conta do Tesouro Nacional, atingiram o montante de Cr$ 3.796,3 milhões. Comparado o saldo com o de dezembro de 1974, observa-se o acréscimo de Cr$ 3,1 bilhões, representando 17% da expansão do grupo.

O saldo de Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio atingiu a cifra de Cr$ 2.197 milhões, dos quais Cr$ 483 milhões foram destinados a operações de café e os restantes Cr$ 1.705 milhões a operações com produtos agropecuários e manufaturados.

A redução nos adiantamentos a demais produtos decorre, preponderantemente, de menor assistência à exportação da soja, através desse instrumento de crédito, visto que as cooperativas de sojicultores, principais exportadores do produto, contaram com recursos da Política de Preços-Mínimos.

As operações realizadas com recursos do PASEP somaram Cr$ 4.558 milhões. Desse total, 68,2% destinaram-se ao atendimento das necessidades de capital de giro do comércio e da indústria, 19,3% foram canalizados aos investimentos e o restante (12,5%) a entidades do setor público.

Os recursos transferidos para o B.N.D.E., por força da Lei Complementar n.º 19, de 25.06.74, chegaram ao total de Cr$ 4.340 milhões, apresentando incremento de 271% em comparação com o saldo do exercício anterior.

As aplicações financeiras, repasses de recursos ao Fundo de Desenvolvimento Urbano (F.D.U.) e as provisões efetuadas somaram, em 31.12.75, mais de Cr$ 3,2 bilhões.

Valores e Bens

Em dezembro de 1975, o saldo deste item do Ativo atingiu Cr$ 5.306 milhões, expansão de 53% em relação ao observado no final de 1974. Os depósitos compulsórios, à ordem do Banco Central, mantêm o mais elevado saldo do grupamento, Cr$ 2.389 milhões, com participação de 45%.

Destacam-se também os valores referentes às Agências no Exterior: Capital e Reservas Cr$ 831 milhões e resultado à disposição da Direção Geral com saldo de Cr$ 785 milhões.

Os demais valores referem-se a participação em empresas nacionais e internacionais (Cr$ 552 milhões). E ainda Cr$ 238 milhões, mediante utilização de incentivos fiscais, aplicados em programas de desenvolvimento regional ou setorial.

A rubrica Bens, com Cr$ 95,3 milhões, constituiu-se quase totalmente (99%) de imóveis não destinados ao uso do Banco. Destacam-se as residências localizadas em Brasília-DF, para utilização de funcionários.

IMOBILIZADO

A imobilização técnica compreende os imóveis de uso do Banco, móveis e utensílios, materiais de expediente, sistemas de comunicação, segurança e de mecanização avançada, alcançando Cr$ 2,6 bilhões, quase 50% superior aos valores registrados em 1974.

Os imóveis, a custo histórico, alcançaram a maior parcela com o total de Cr$ 1.888 milhões.

RESULTADOS FINANCEIROS

Em 1975, o lucro líquido do Banco, apurado em balanço, alcançou Cr$ 4.854,3 milhões, evolução de 101,3%, se comparado com o resulta-

do de 1974. Em valor absoluto, o incremento foi de Cr$ 2.443,0 milhões.

Do lucro bruto – Cr$ 10.866,6 milhões – deduziram-se provisões para encargos operacionais diversos e imposto de renda – Cr$ 3.064,9 milhões. Foram destinados, ainda, ao Fundo de Reserva para Manutenção do Capital de Giro Cr$ 1.958,9 milhões; ao Fundo de Previsão para Devedores Duvidosos Cr$ 738,5 milhões; e a Prejuízos Eventuais Cr$ 250,0 milhões.

Procurando identificar-se com as diretrizes governamentais para criação de tecnologia nacional, o Banco instituiu o Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica, dotando-o com Cr$ 55 milhões que serão distribuídos a entidades nacionais de pesquisa.

A parcela dos acionistas na distribuição do lucro líquido, representada pelos dividendos, atingiu Cr$ 1,3 bilhão, crescendo 137% em relação ao exercício anterior.

A despeito do aumento de 100% do capital social do Banco, o lucro líquido manteve o mesmo índice de rentabilidade observado no ano anterior: Cr$ 0,70 por ação. O lucro bruto, entretanto, em relação ao capital médio, apresentou decréscimo relativo, não obstante tenha superado em 77,1% o de 1974.

RECEITAS

Em 1975, a receita global totalizou Cr$ 21.706,3 milhões, superando em 75% a registrada no ano anterior. As rendas operacionais participaram com 94% daquele total, mantendo a tendência observada nos últimos quatro anos.

Dentro desse grupamento, as receitas de serviço vêm apresentando crescimento significativo, enquanto as rendas de juros – 76% a mais – acompanham a elevação dos empréstimos à produção, que contribuíram com 70% para aquelas rendas.

Índices de Rentabilidade

Índices	1972	1973	1974	1975
Lucro Bruto / Capital Médio	1,73	1,52	1,79	1,56
Lucro Líquido / Capital Médio	0,67	0,56	0,70	0,70

As Outras Rendas e Lucros Diversos, em conjunto, mantém estável sua participação percentual, atingindo o montante de Cr$ 1,3 bilhão.

DESPESAS

As despesas totais do Banco – Operacionais, Administrativas e Perdas Diversas – somaram Cr$ 10.839,7 milhões, resultando evolução de aproximadamente 74%.

Nas Operacionais – Cr$ 2,5 bilhões – estão incluídos os custos necessários à captação de alguns recursos, principalmente os juros sobre depósitos a prazo para lastro das operações do programa Financiamento Especial ao Setor Privado (FESP). Para essas despesas de juros, contribuíram, também, os custos de recursos externos, obtidos por nossas Agências internacionais para aplicações no País.

As de Pessoal – Cr$ 3,7 bilhões – e as referentes a Encargos Sociais – Cr$ 1,5 bilhão – incluem-se entre as Despesas Administrativas, que se elevaram a Cr$ 6,7 bilhões (31% do total). Em termos percentuais, os acréscimos foram de 43,4%, 63% e 58,6%, respectivamente.

Despesas Gerais – item responsável por mais de 6% do que coube ao Banco gastar em termos administrativos – alcançou Cr$ 1.355,5 milhões, aumento de 61,4% sobre 1974. Os

Receitas
Composição Percentual

Discriminação	1972	1973	1974	1975
Rendas Operacionais	94,5	93,6	93,2	93,9
Outras Rendas	1,7	2,8	2,0	3,4
Lucros Diversos	3,8	3,6	4,8	2,7
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Despesas e Lucros
Composição Percentual

Discriminação	1972	1973	1974	1975
Despesas Operacionais	6,2	6,3	7,8	11,6
Despesas Administrativas	47,7	45,1	38,1	31,1
Perdas Diversas	5,7	5,4	4,5	7,2
Provisões e Reforços	24,7	27,4	30,1	27,7
Lucro Líquido	15,7	15,8	19,5	22,4
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

custos relativos a impostos e taxas sofreram decréscimo, resultante da mudança de contabilização do imposto de renda, cujo pagamento, de agora em diante, passa a ser feito a débito das provisões efetuadas. Perdas Diversas — Cr$ 1,5 bilhão — foi o grupo que mais se expandiu em 1975, 182% contra apenas 36,4% em 1974.

O item Despesas Administrativas vem diminuindo gradativamente sua participação, de 47,7% em 1972 passou para 31,1% em 1975.

Em termos de participação, as Despesas Operacionais chegaram ao mais elevado percentual dos últimos quatro anos — 11,6%, durante o exercício de 1975, devido ao aumento das despesas de juros.

REDE DE AGÊNCIAS NO PAÍS

Ao final de 1975, encontravam-se em funcionamento 928 dependências, sendo 804 agências autônomas. Mais 200 se acham em instalação, devendo ser ultrapassada assim a barreira da milésima filial doméstica em 1976.

A contribuição do Banco do Brasil ao processo de desenvolvimento regional pode ser observada sob vários ângulos distintos, todos, no entanto, voltados para o objetivo maior: redução das desigualdades de renda entre as várias regiões do País.

Durante o ano de 1975 a atuação do Banco se caracterizou pela distribuição mais eficiente e mais equitativa de recursos entre as distintas regiões do País, e pela instalação de novas filiais capazes de despertar o potencial de espaços econômicos não ou mal aproveitados, sobretudo no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Prova disso é que aquelas regiões aumentaram sua participação relativa no total das agências do Banco, indicativo de que a ampliação do número de dependências obedeceu mais a critérios de pioneirismo e de visão a longo prazo das necessidades dessas áreas do que propriamente de considerações puramente mercadológicas atuais.

As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste participaram, no ano anterior, com 33,13% das agências e 25,97% do total dos empréstimos. Em 1975, suas parcelas cresceram e detêm agora 34,47% e 29,57% respectivamente, além de continuarem as aplicações crescendo mais que os depósitos. Outro dado importante: todas elas apresentaram índices de crescimento superiores ao geral.

Rede de Dependências no País

Diretorias Operacionais	31.12.74		31.12.75		
	Posição	Participação	Acréscimo no ano	Posição	Participação
DIRAM	68	7,7%	6	74	8,0%
DINOR	165	18,8%	22	187	20,2%
DIREG	85	9,7%	8	93	10,0%
DIMIG	176	20,1%	4	180	19,4%
DISAP	175	19,9%	8	183	19,7%
DICAP	102	11,6%	2	104	11,2%
DISUL	107	12,2%	—	107	11,5%
BRASIL	**878**	**100,0%**	**50**	**928**	**100,0%**

AGÊNCIAS NO EXTERIOR

As metas de crescimento econômico estabelecidas para a economia brasileira para os próximos anos têm na captação de poupança externa — empréstimos acessíveis, investimentos diretos ou expansão das exportações brasileiras — um de seus pontos de apoio mais importantes.

Trata-se de atividades em mercado altamente competitivo, face aos arrojados programas de investimento contidos nos planos de desenvolvimento de diversos países. As condições de captação de recursos internacionais tendem a agravar-se, em razão da expectativa de recuperação da economia dos países industrializados que mais sofreram com a crise de petróleo.

A necessidade de fortalecer a atuação do Banco no exterior, em sua função de agente financeiro internacional, e a evolução dos seus negócios têm seu ponto alto no crescimento de suas dependências externas.

Durante o período, além da agência em Los Angeles, foram inauguradas dependências em Estocolmo, Roterdã, Roma, Toronto e Porto Presidente Stroessner, no Paraguai. Em fase de instalação, estão Bogotá, Bruxelas, Cingapura, Chicago, Genebra, Lagos, Lima, Quito, Sidnei, Teerã e Washington, além da filial em Cochabamba, na Bolívia.

Apesar das dificuldades do mercado financeiro internacional, os ativos do Banco no exterior retomaram aos poucos os níveis anteriormente atingidos. Cresceram US$ 903 milhões, 17% em relação ao período anterior. Os financiamentos a longo prazo, concedidos a empresas e bancos brasileiros, elevaram-se de US$ 1.434,0 milhões, mais de 81% sobre 1974. Os saldos desses empréstimos somaram US$ 3.782,0 milhões.

As operações autorizadas pela Lei n.º 4.131 e aquelas ao amparo da Resolução n.º 63 do Banco Central evoluíram de US$ 1,1 para US$ 1,6 bilhão, o que representa um aumento médio mensal de US$ 42,0 milhões.

O Banco participou ainda da formação de diversos sindicatos bancários, para financiar empresas e entidades públicas brasileiras, em operações que alcançaram US$ 2,6 bilhões. Em US$ 505,0 milhões, assumiu a posição de líder dessas associações e de co-líder em US$ 503,0 milhões.

Para facilitar o fluxo do comércio financiado através da rede privada, foram autorizadas 37 linhas de crédito a bancos nacionais para empréstimos de comércio exterior e financeiros, no montante de US$ 44 milhões.

As agências do Hemisfério Sul garantiram a colocação dos produtos brasileiros lá fora, cobrindo exclusi-

vamente a comercialização de produtos manufaturados em mais de US$ 88,8 milhões — aviões, veículos, locomotivas, autopeças, máquinas, câmaras frigoríficas, geradores, compressores, equipamentos para usina de açúcar, carrocerias de ônibus, chapas de aço e implementos agrícolas.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Nossas dependências no exterior manipularam US$ 6.179,0 milhões, acréscimo de US$ 900 milhões (17%) em relação ao exercício anterior.

As reduções de US$ 35 milhões nos depósitos de outras fontes externas, especialmente de bancos estrangeiros, e de US$ 29 milhões em recursos eventuais, foram superadas pelos incrementos de US$ 345 milhões nos depósitos de fontes locais, de US$ 521 milhões nos recursos de similares e de US$ 73 milhões nos depósitos da Direção Geral.

Nossa filial de Amsterdã revelou o maior crescimento em valores absolutos, US$ 351,0 milhões, e a de São Francisco o maior incremento em valores relativos, 133%.

APLICAÇÕES

Os empréstimos concedidos sobem a US$ 5.978,0 milhões, aumento de 18% (US$ 917,0 milhões) em relação a 1974. Os créditos externos subiram cerca de US$ 1,4 bilhão (81%); os internos, US$ 72,0 milhões (39%), enquanto as operações de intercâmbio comercial diminuíram 22% e o interbancário caiu 24%.

As agências no Panamá e São Francisco foram as que apresentaram melhor desempenho: US$ 353,0 e US$ 157,0 milhões, em valores absolutos e relativos (46% e 130%). Apesar das pequenas oscilações em relação ao período anterior, as filiais em Londres (US$ 1.080,0 milhões), Paris (US$ 987,0 milhões) e Nova Iorque (US$ 795,0 milhões) continuaram mantendo altos níveis de aplicação.

RENTABILIDADE

O resultado bruto de US$ 72,2 milhões (média mensal de US$ 6 milhões) superou em 26% o do exercício anterior. Para o acréscimo de US$ 14.807,0 mil contribuíram, especialmente, as filiais do Panamá (US$ 5.453,0 mil), Paris (US$ 3.320,0 mil), Londres (US$ 2.868,0 mil) e Nova Iorque (US$ 2.556,0 mil).

O lucro líquido elevou-se a US$ 47,6 milhões, expressando crescimento de 15% (US$ 6,1 milhões) sobre 1974. E isto se deve à adoção de fórmulas operacionais eficientes, dentre as quais a da administração de nosso *portfolio* internacional.

PLANOS DE TRABALHO

O crescimento dos negócios do Banco nos grandes centros financeiros do mundo fez com que se ampliassem os controles empresariais, já existentes, de coordenação e acompanhamento de nossas atividades no exterior, em razão do que se procurou imprimir maior dinamismo aos Planos Anuais de Trabalho nas dependências externas.

Esses Planos deverão determinar os meios pelos quais se deva alcançar os objetivos pretendidos, os orçamentos sobre recursos e aplicações, além das necessidades de pessoal e programação das inversões fixas e dispêndios.

Com o objetivo de dotar as dependências externas de instalações compatíveis com a importância do Banco e crescimento dos negócios, estão prestes a serem transferidas para novas e confortáveis instalações as filiais de Buenos Aires, Santa Cruz de La Sierra e Santiago.

As agências externas são servidas por 73 administradores brasileiros e 918 funcionários locais, além de 22 estagiários.

Buscando orientar os esforços das dependências para objetivos comuns — liquidez, segurança e coordenação dos negócios — são promovidas reuniões de administradores das agências e escritórios de representação.

PARTICIPAÇÕES INTERNACIONAIS

Além da ampliação de sua rede externa, o Banco se expandiu também em 1975 através da participação em empresas multinacionais e criação de subsidiárias, com a finalidade de captar recursos em centros financeiros mais adiantados, promover o desenvolvimento de países em estágio menos avançado e servir de ponto de apoio para o comércio exterior do Brasil.

No extremo oriente, ajudou a criar o Kuwait Pacific Finance Company Limited (KPFC), com 10% do capital de HK$ 25,0 milhões. De grande relevo o acontecimento diante da perspectiva que se abre ao relacionamento com o Mundo Árabe, principalmente o Kuwait, grande exportador de petróleo.

Recentemente, com o nome de Brazilian Finance and Investment Corporation, foi criada nova subsidiária do Banco, em Toronto, no Canadá. O objetivo foi suprir setores onde o Escritório de Representação local não pudesse atuar, por força da legislação canadense.

Ainda no campo das associações, o Banco do Brasil faz parte da Compañia Paraguaya de Desarrollo S.A., COMDESA, que tem por finalidade promover o estabelecimento, ampliação e modernização de empresas que contribuam para o desenvolvimento do Paraguai.

No Chile, participa do Banco Unido de Fomento S.A., cujo objetivo básico é contribuir no desenvolvimento do País, canalização de créditos externos e transferência de *know-how* aos bancos de desenvolvimento locais.

RECURSOS HUMANOS

A constante evolução dos negócios do Banco e a notável expansão da já extensa rede de agências no País e no Exterior exigiram maior atuação da aárea de Recursos Humanos no conjunto de suas atribuições.

Para atender as crescentes necessidades de pessoal, o Banco empenhou-se em imprimir uma política de pessoal orientada basicamente no sentido de aprimorar a capacidade produtiva de funcionários e de selecionar novos servidores.

QUADRO DE PESSOAL

No último período, o número de servidores quase alcançou 70.000, com ênfase na expansão da carreira de Auxiliar de Escrita, cuja concentração se verifica, principalmente, nas agências de pequeno porte.

Do total, 24.000 funcionários têm até 5 anos de serviços prestados à Casa e 42.000 estão inseridos na faixa dos 15 anos de trabalho, representando 67,7% do total do quadro de funcionários.

O cargo isolado de Menor-Aprendiz atingiu o total de 5.258, decorrendo um acréscimo de 68% sobre os servidores da categoria, em exercício no período anterior.

A reestruturação das escalas salariais aprovada pela Diretoria e homologada pelo Exmo. Sr. Ministro do Trabalho, em 27.06.75, representou redução das carreiras funcionais, que passaram de 21 para 16.

Fixados também mecanismos mais uniformes para promoções em regime de acessos automáticos, de forma que os servidores atinjam o último posto

aos 27 anos de exercício, no máximo. Resultou de tudo isso melhoria salarial da ordem de 15%, em média.

A progressão salarial da Carreira de Contabilidade foi ajustada, mantendo uniforme os percentuais de aumento por promoção – 10% até a letra "E" e 11% da letra "F" em diante.

A Carreira de Contabilidade, particularmente a de Auxiliar de Escrita, apresentou sensível majoração em seu salário inicial, visando a colocá-lo em níveis compatíveis com a atual competição do mercado de trabalho.

Em relação às carreiras integrantes do Serviço Técnico-Científico (Advogado, Arquiteto, Engenheiro, Médico e Cirurgião-Dentista) ocorreu elevação salarial das categorias iniciais fixada em bases superiores aos salários-mínimos profissionais.

O Banco criou também a Carreira de Graduados, com o objetivo precípuo de eliminar distorções na remuneração de servidores altamente qualificados, procurando, paralelamente, ampliar as possibilidades de promoção dos integrantes das outras carreiras.

De início, aproximadamente 10% do contingente da Carreira de Contabilidade integrará o novo quadro de executivos. Essa medida, seguida da abertura de vagas, revestirá em estímulo a que maior parcela do funcionalismo procure reunir as condições indispensáveis à concorrência, com o que o Banco e seus servidores muito terão a ganhar.

TREINAMENTO DE PESSOAL

O total de funcionários treinados, em 1975, elevou-se a 3.713, distribuídos nos principais programas: Curso Intensivo para Administradores (392), Caixa-Executivo (2.233) e Coordenador do Sistema de Atendimento Direto e Integrado (556).

Até então, foram treinados 28.000 funcionários, o que representa uma taxa de 46,6% do contingente, destacando-se o curso de Caixa-Executivo ministrado a mais de 16.000.

O Banco continuou a ampliar ainda mais os recursos humanos de alto nível, ao conceder, no período, 253 bolsas de estudo no País e 11 no Exterior, nas áreas de Administração, Economia, Técnica Bancária e outros ramos.

A preocupação do Banco no melhor atendimento de seus clientes se reflete no treinamento de 15 professores de Relações Humanas, selecionados em recrutamento nacional.

Foi implantado o Curso de Comunicação Administrativa (COMAD) com o objetivo de dar maior capacitação aos funcionários da Direção Geral e de estimular todo o processo de comunicação da Empresa. Em 1975, já foram realizados três cursos, com a duração de 17 dias úteis, em média, e treinados 50 funcionários.

Estão em andamento estudos e pesquisas para implantação do Curso de Crédito Rural, ainda pendente de condições ideais para ser incluído na programação.

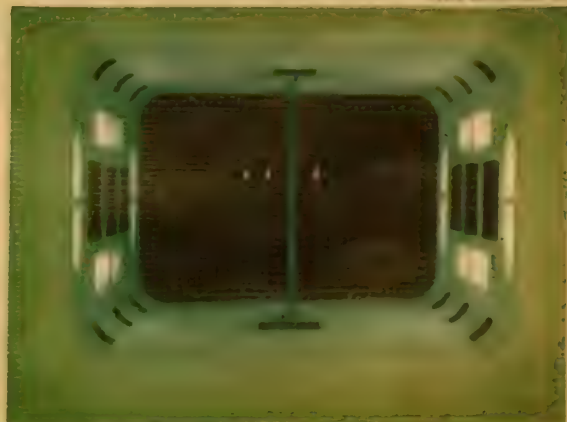
A carência de treinamento em setores especializados – câmbio e comércio exterior – ensejou estudo e programação de curso para adestramento de Chefes e Ajudantes-de-Serviço.

A implantação do Programa Especial de Treinamento no Exterior, abrangendo as áreas de câmbio, cadastro, processamento de dados, crédito rural, operações internacionais, recursos humanos, além de outras, reflete a preocupação do Banco pelo aprimoramento de seu pessoal.

Inicialmente, serão selecionados 30 candidatos para estágio de até 120 dias em importantes bancos da Alemanha, Inglaterra, França, Estados Unidos, Japão, Canadá e Suíça.

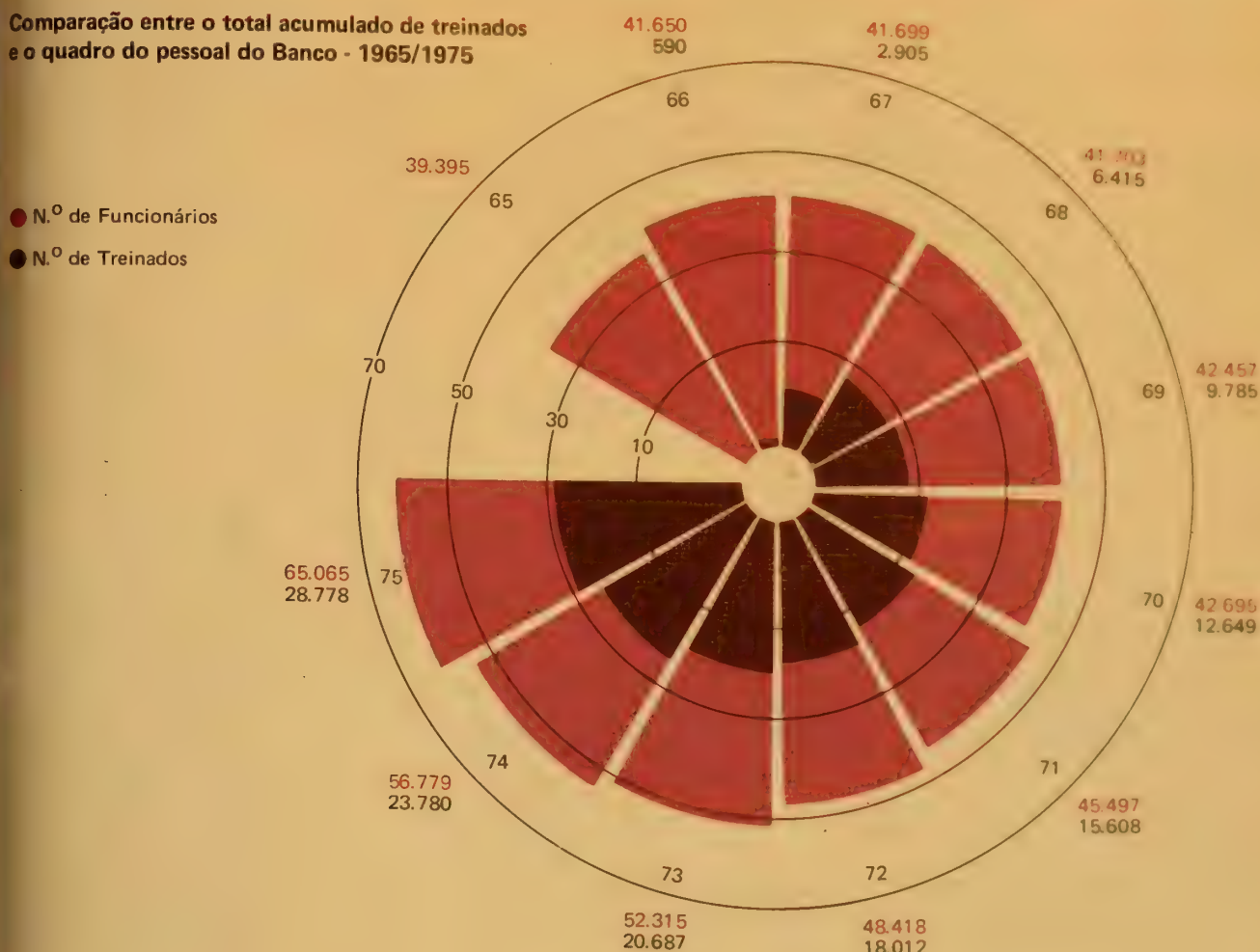
PESQUISA DE ESCOLARIDADE

O Cadastro de escolaridade já começa constituir valioso subsídio ao

O desenvolvimento de novas tecnologias, abrangendo setores industriais básicos, como a indústria aeronáutica, é ponto relevante na política do Governo.
O grande centro de pesquisa aeroespacial do Brasil é São José dos Campos (SP).
E o núcleo de todo o desenvolvimento tecnológico da cidade é o Centro Técnico Aeroespacial, que fundamentalmente se preocupa em formar especialistas para dar apoio a todas as atividades aeronáuticas do País.
O Centro desenvolveu programas de aeronaves, motores, pesquisas em ligas metálicas e eletrônicas, e estimula, com suas atividades, a criação de inúmeras indústrias num binômio pesquisa — empresa privada.

Ampolas de sêmem

Radar meteorológ[ico]

Pesquisa de eletrônica

O Governo não poupa esforços no plano da ciência e tecnologia. Os recursos previstos para o período 1975/79 atingirão Cr$ 22 bilhões, mas até 1977 já estarão aplicados Cr$ 12 bilhões.
Os setores a serem beneficiados abrangem larga faixa: tecnologia industrial, de infra-estrutura, agropecuária, social — com ênfase em saúde e educação.
O desenvolvimento da tecnologia no campo da energia nuclear, de fontes não convencionais de energia, oceanografia e atividades espaciais se insere nos objetivos do II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
A participação da empresa privada e governamental no esforço de atualização e inovação tecnológica, principalmente pelo aperfeiçoamento do processo de transferência de *know-how* externo, é também parte dos propósitos do II PBDCT.
O Banco do Brasil, como importante instrumento governamental para o fomento da produção nacional e sua circulação, se engaja nas diretrizes governamentais, criando o Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica.
Os recursos do Fundo serão constituídos por 2% do lucro líquido apurado em balanço e se destinarão a estimular e apoiar pesquisas realizadas por universidades, institutos e empresas especializadas.

estudo de concorrência a cargos em comissão e oferece importante orientação para programas de treinamento.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A assistência social oferecida pela Empresa é realizada principalmente através de complementação dos benefícios da Previdência Social (aposentadoria e pensão) e da concessão de auxílios e adiantamentos diversos.

Os auxílios e adiantamentos por conta do Fundo de Assistência Social, no período, atingiram expressiva cifra de Cr$ 5.700 mil, o que equivale a uma elevação de 23% sobre o ano anterior.

Também merece destaque o fato de ultrapassar de 146 mil o número de dependentes de funcionários da ativa e aposentados, ali incluídos 5.274 beneficiários de servidores falecidos.

O Banco proporciona ampla assistência médico-hospitalar a seus servidores. Somente em 1975, foram credenciados mais 700 médicos, 87 laboratórios e 99 entidades hospitalares das mais diversas especialidades.

As despesas no setor de saúde estiveram em torno de Cr$ 132,5 milhões, expressando uma elevação de 26% sobre o ano precedente.

EMPRÉSTIMOS IMOBILIÁRIOS

Os números referentes aos financiamentos para aquisição da casa própria revelam a preocupação da Empresa com esse tipo de problema. A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil concedeu ao funcionalismo, em 1975, 2.860 créditos, com um valor médio de Cr$ 219,0 mil.

De 1968 a 1975, os empréstimos imobiliários atingiram Cr$ 2.583,4 milhões. E todos os funcionários que contavam 10 anos de serviço em 31 de agosto de 1975 já tiveram oportunidade de realizar operações da espécie.

PROMOÇÕES

Em 1975, foram promovidos 6.111 servidores, representando 39,5% do número de concorrentes (15.463). O maior índice de acessos ocorreu nas faixas de 3 e 4 anos de interstício, tanto por merecimento quanto por antiguidade.

APOSENTADORIA

Dentre outros aspectos, merece destaque a alteração do artigo 10 dos estatutos da Caixa de Previdência, ampliando as faixas de incidência de contribuições, de modo a permitir que o associado passe a incorporar, gradativamente, na mensalidade global de aposentadoria, as vantagens auferidas na atividade.

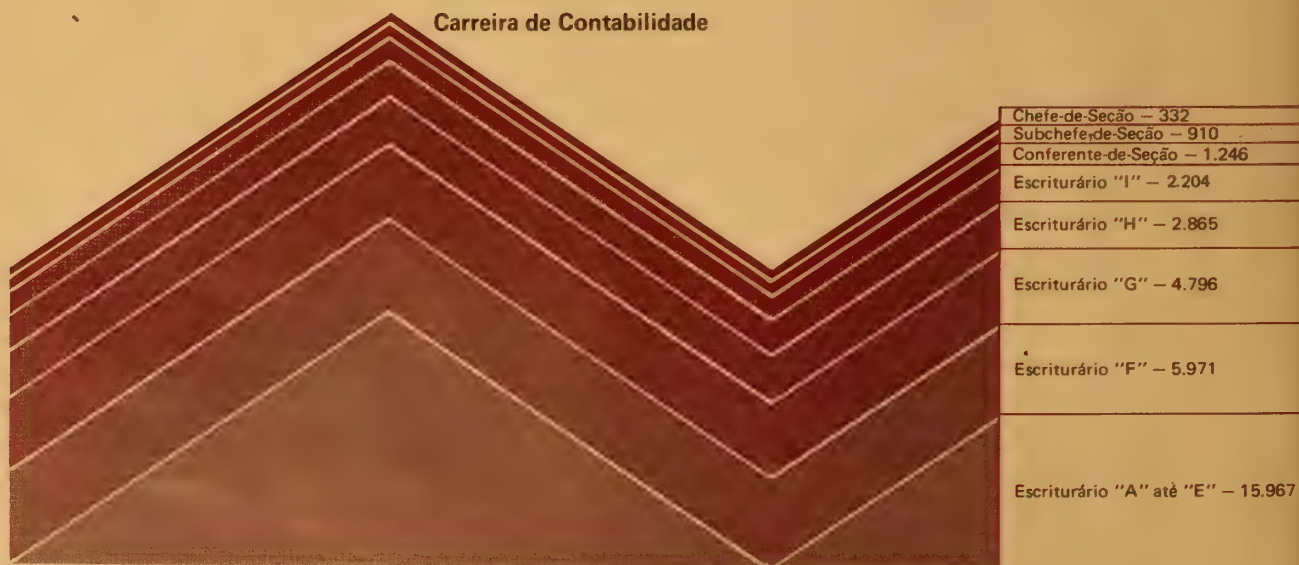
Em decorrência, o funcionário, ao se aposentar, mantém praticamente inalterados sua renda mensal e padrão de vida. Daí a elevação do total das aposentadorias a 1.022, em 1975, o que equivale a um aumento de 40,6% em comparação com o ano anterior.

É oportuno registrar que o Banco estendeu, por conta própria, os mesmos benefícios aos servidores que se aposentaram anteriormente.

ASSOCIAÇÕES DE FUNCIONÁRIOS

A assistência financeira prestada pelo Banco às entidades recreativo-sociais elevou-se ao montante de Cr$ 10,5 milhões em donativos especiais, acarretando um acréscimo de 415% sobre os mesmos benefícios concedidos em 1974.

Em adiantamentos, por conta de futuros rateios, concedeu-se o total de Cr$ 8,7 milhões, com um aumento de 224% sobre dispêndio efetuado no período anterior.

Foram autorizadas, ainda pela Diretoria, donativos semestrais (janeiro e julho/75) às agremiações, no montante de Cr$ 14,0 milhões.

A INFRA-ESTRUTURA DO BANCO

Para captar recursos e aplicá-los convenientemente, a Empresa necessita de todo um apoio administrativo — edifícios, material, equipamentos, comunicações, processamento de dados, segurança,etc.

A mecanização dos serviços vem sendo uma preocupação do Banco. Novas máquinas de contabilidade, gravadoras, impressoras e autenticadoras, no total de 2.753 unidades, foram distribuídas às nossas filiais, em substituição ou mesmo como complemento do parque existente. O Sistema de Atendimento Direto e Integrado só não atingiu ainda três agências no País.

Os núcleos de cobrança, mais seis em 1975, e os sistemas integrados de compensação de cheques e outros papéis, acrescidos agora de nove, são fatores decisivos na racionalização dos serviços. No final do ano, mais de 90% desse movimento estavam concentrados em apenas 31 câmaras de compensação.

A revisão das instruções normativas foi concluída e elaborados ainda diversos manuais de serviço, simplificando, cada vez mais, as tarefas nas agências.

O Banco também passou a administrar mais um fundo. É o Fundo de Investimentos Setoriais — FISET, criado pelo Decreto-lei 1.376, que é constituído dos incentivos fiscais destinados a projetos de pesca, turismo, florestamento e reflorestamento.

SISTEMAS

A computação eletrônica tem sido utilizada intensivamente em nossos serviços. Em 1975, o Banco do Brasil substituiu equipamentos periféricos por outros mais sofisticados, comprando 220 máquinas de entrada de dados. E a aquisição de mais 234 unidades de leitoras, gravadoras, conversores está sendo concluída.

O reequipamento e modernização dos sistemas, como aconteceu recentemente com os Centros de Processamento de Dados no Rio e São Paulo, constituem parte do esforço na busca de maior produtividade e de melhoria na prestação de serviços.

VOLUME DE SERVIÇOS

No fim de 1975, eram processadas por computador mais de dois milhões de contas de depósitos, com 665 mil lançamentos diários, servindo a 200 agências. Seiscentos e cinqüenta mil contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço já foram implantadas. O movimento de Cobrança Integrada registra 70.430 títulos comerciais diariamente.

Outros trabalhos ainda são realizados nos centros de computação eletrônica: folha de pagamento de 60% do funcionalismo do Banco, serviços

de estatística (trabalhos de apuração sobre créditos agrícolas e industriais), de ações, de câmbio, de comércio exterior, do PASEP, e também seleção de pessoal, reconciliação de contas, controle de estoque, contabilidade, sistema de informações gerenciais, etc.

Apesar de cobrir grande parte dos serviços, o processamento de dados no Banco não pôde, até agora, colocar os computadores à disposição dos que participam mais diretamente do processo decisório, como ocorre nos países mais desenvolvidos, em que esse sistema é utilizado para criação de modelos, simulações, pesquisa operacional, entre outras técnicas.

O Banco, entretanto, está adotando o *time sharing*, ou seja, fazendo com que os tempos de computador sejam compartilhados pelos diversos usuários. Em caráter experimental, estão sendo montados quatro terminais, em Brasília, Rio e São Paulo.

SEGUROS

Os Planos de Seguro Automático contratados pelo Banco com seguradoras privadas para cobertura de bens oferecidos em garantia dos empreendimentos industriais e rurais foram renovados e seus limites devidamente atualizados. Os certificados de seguro emitidos somaram aproximadamente 575 mil, mais de Cr$ 143 milhões de prêmios pagos. Só em indenizações pelos 4.100 sinistros chegou-se a Cr$ 43 milhões.

O Banco do Brasil contratou um plano especial de seguro para o acervo de nosso Museu, Arquivo Histórico e Biblioteca, cobrindo riscos diversos, inclusive os de transporte, nos casos de exposições realizadas fora dos habituais locais de guarda e permanência.

MOVIMENTAÇÃO DE NUMERÁRIO

As necessidades de numerário das agências foram atendidas mediante mais de 22 mil viagens realizadas, num movimento de Cr$ 29 bilhões. Para saneamento do meio circulante, foram encaminhadas ao Banco Central do Brasil cerca de 61 milhões de cédulas dilaceradas, e mais 1.200 outras sob suspeita de falsificação.

Em moedas e cédulas para troco foram distribuídas, por todo o País, 463 toneladas de dinheiro, no valor de 310 milhões de cruzeiros.

As condições de segurança são também uma preocupação do Banco. Nesse sentido, foram feitas novas contratações de serviços de transporte de dinheiro com firmas especializadas, elevando-se para 422 o número de agências assistidas por esse sistema.

Hoje, o Banco do Brasil dispõe de moderno equipamento para macro e microfotografia, também para trabalhos em infravermelho, utilizando mais de 3.600 fotogramas em perícias grafotécnicas.

COMUNICAÇÕES

As comunicações são fundamentais para as atividades de qualquer empresa moderna. Por isso mesmo, o Banco está sempre atualizando seus sistemas. Em 1975, por exemplo, foram instalados 126 novos circuitos de telex (100% a mais que 1974) e outros 27 estão para entrar em funcionamento. Cento e cinqüenta cidades brasileiras são agora beneficiadas com 507 posições de telex, aumento de 29% sobre 1974.

Das seis centrais de telex adquiridas ano passado para integrar a rede própria do Banco, duas estão operando e outras quatro em fase de instalação. Mais quarenta e uma filiais têm hoje serviços de telex/telefone, sendo de 676 o total das que participam da rede.

Em telefonia, o esforço foi grande. Comparando-se com o ano anterior, houve crescimento de 50% nos centros PAX e PABX, 87% nas linhas individuais e troncos, além de mais

de 113% nos sistemas executivos.

O circuito Brasília-Manaus veio facilitar a comunicação com o Norte do País, instalando-se ainda mais um entre Brasília e o Rio. Para as agências que ainda não se beneficiaram do telefone interurbano, planeja-se adotar um sistema de telex-rádio.

CONSTRUÇÕES

Para moradia dos administradores, foram elaborados 337 projetos, abertas 155 concorrências, iniciadas 161 obras e também acabadas mais 46. Estão em construção 148 casas e 98 ainda por começar.

No decorrer do ano, o Banco iniciou 82 obras e concluiu 54 prédios de nossas agências, com 170 mil m2, além de realizar 80 levantamentos topográficos e 218 projetos especializados. Há 103 obras em andamento e mais 27 por iniciar, no total de 315 mil m2. O Banco recebeu também 14 terrenos como doação e outros 101 foram adquiridos para a construção das nossas filiais.

O Centro Administrativo de São Paulo, com 33.800 m2 de área construída, está em fase final de acabamento, com término previsto para o primeiro semestre de 1976. No Centro Administrativo do Andaraí mais de Cr$ 76 milhões foram investidos. Ainda por terminar, estão os blocos destinados ao Centro de Processamento de Dados e em fase inicial de acabamento uma parte onde funcionarão as seções administrativas.

O Centro do Andaraí não sofrerá variações ou suspensões de fornecimento de energia elétrica, graças a complexo sistema ali instalado: subestações, sala de baterias, geradores de 2.500 kw cada um, entre outros.

Em Brasília, o Banco aplicou mais de Cr$ 63 milhões nas aquisições, construções e melhorias de imóveis de uso ou mesmo nos destinados a residências de funcionários.

Das principais obras concluídas ano passado, constam 96 apartamentos e 87 casas, num total de mais de 35 mil metros quadrados de área construída e ainda em plena fase de trabalhos um prédio para o almoxarifado regional, no Setor Gráfico.

Para 1976, está prevista a construção do novo edifício-sede do Banco, no Setor Bancário Sul, com 46 mil metros quadrados. A estimativa de gastos em imóveis é de Cr$ 1,8 bilhão, compreendendo aquisição de terrenos, construção de prédios, residências para administradores e reformas.

Houve alienação de 195 imóveis que não se destinavam ao uso, autorizando o Banco a venda de outros 154, no valor de 40 milhões de cruzeiros, e incorporando ao patrimônio imobiliário mais 122 unidades.

ADMINISTRAÇÃO DO PASEP

O Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, PASEP, sob a administração do Banco, já recebe contribuição de 3.975 entidades da administração pública direta e 2.060 da indireta, beneficiando 3,8 milhões de funcionários, com 470 mil novos participantes inscritos no período. Só de arrecadação, o PASEP alcançou Cr$ 4,2 bilhões, aumento de 49% sobre as contribuições do ano passado.

Anualmente o Programa credita a seus beneficiários os resultados de cada exercício financeiro, constituídos do produto líquido das operações de empréstimos e das contribuições recolhidas pelos órgãos empregadores, resultando uma participação média acumulada de quase Cr$ 3.460,00, incremento de 46,6% no período.

O Programa chegou a Cr$ 12 bilhões, mesmo depois dos 2.240 mil saques efetuados, no valor global de Cr$ 1.431,2 milhões, o que representa 11,9% do patrimônio líquido.

A Lei Complementar n.º 26, de 11.09.75, modificou não só os critérios de distribuição do PIS e do PASEP, como também o modo de utilização pelos beneficiários.

Para efeito de rateio das cotas, a partir de 01.07.76, essa Lei determina a unificação dos Programas, de modo que os benefícios concedidos tanto aos empregados das empresas privadas e públicas sejam equiparados. O novo critério permitirá que os participantes de menor renda tenham retirada anual equivalente ao salário-mínimo regional.

A orientação, de caráter social, desacelera o ritmo de crescimento do PIS e do PASEP, que apesar de tudo evoluirá na proporção de 25% ao ano (atualmente é de 30%).

CRÉDITO PARA ESTUDANTES

O objetivo nacional – desenvolvimento econômico para o bem-estar da sociedade – exige muitos esforços. Em busca dessa meta e com o propósito de permitir o acesso do maior número possível de jovens ao ensino universitário, o Governo instituiu, em agosto de 1975, o Programa de Crédito Educativo. Com essa medida, pretende financiar o pagamento das anuidades escolares e das despesas de manutenção de estudantes carentes de recursos.

O Banco do Brasil, que se caracteriza pela finalidade social de suas aplicações, aderiu incontinenti ao sistema de bolsas restituíveis, comprometendo-se a alocar recursos próprios da ordem de Cr$ 2,7 bilhões.

REFORMA ADMINISTRATIVA

O ano de 1975 foi assinalado por profundas modificações na estrutura administrativa do Banco, para adaptá-lo à contínua expansão de suas atividades — no País e no Exterior.

A partir da reforma bancária, o Banco do Brasil teve de renovar práticas de relacionamento para acompanhar o crescimento da economia nacional. Viu-se na contingência de prestar serviços em níveis mais amplos e em modalidades operacionais bem distintas daquelas que tradicionalmente oferecia.

A evolução experimentada pelo Banco pode ser avaliada pelos dados básicos dos últimos onze anos. O ativo real evoluiu de Cr$ 11,1 bilhões, em 1965, para Cr$ 263,4 bilhões em 1975, agora incluindo as agências do Exterior. No mesmo período, o número de funcionários passou de 39 mil para 65 mil e as agências, que eram 624, chegaram a 928. O número de Diretores, que era de nove em 1965, pouco cresceu até o final do 1974; nesse período, houve acréscimo de dois apenas.

Porque pequeno o crescimento quantitativo da Diretoria, foram criados órgãos de segundo escalão, como forma de absorver os novos e crescentes encargos. Em 1965, entre departamentos e gerências, contavam-se 15 unidades, número que já havia mais do que duplicado em princípios de 1975, em face da necessidade de descentralizar as decisões e torná-las mais ágeis. A revisão da estrutura do maior banco do hemisfério sul se tornava uma imposição.

A consciência das grandes responsabilidades do Banco, como principal financiador das atividades produtivas do País, tendentes a aumentar ainda mais em função da importância atribuída pelo Governo aos setores primário e secundário da economia nacional, levou a Assembléia Geral dos Acionistas, realizada em 15.04.75, a criar as Diretorias de Coordenação e Execução da Política de Crédito Rural (DICOR), de Finanças (DIRFI) e de Agências e Participações Internacionais (DIRIN).

MAIOR ATENÇÃO AO SETOR RURAL

A DICOR representa o Banco nos vários órgãos governamentais incumbidos de formular a Política Rural e, ao mesmo tempo, coordena-lhe a ação em todo o território nacional. Definida a ênfase oficial para o setor agropecuário, tratou o Banco, como principal agente financeiro do Poder Público, de preparar-se convenientemente para levar às explorações rurais, com presteza e eficiência, apoio ainda maior nessa nova etapa.

Entre os múltiplos instrumentos previstos no II Plano Nacional de Desenvolvimento para soerguer o setor agropecuário, avulta o crédito especializado — dentro do qual sobressai a posição do Banco, expressa em 68% de todas as aplicações do Sistema Nacional de Crédito Rural. Essencial seu papel de impulsionador da produção e veículo modernizador dos processos de exploração e comercialização rurais.

A multiplicidade de produtos agrícolas do País, muitos deles cultivados praticamente em todo o território nacional, outros em vários estados, estava a exigir do Banco um órgão, a nível de Diretoria, que tivesse visão conjunta das atividades rurais, de maneira que pudesse propor normas para assistência creditícia adequada e tanto quanto possível uniforme.

Compete a essa nova Diretoria acompanhar o desempenho das explorações agropastoris, com vistas a adotar as medidas que se impuserem, no âmbito do crédito, para assegurar o desenvolvimento do setor.

Basicamente, pretende-se que a atuação do Banco no crédito rural — respeitadas as particularidades regionais e setoriais — se caracterize

pelo máximo de unidade, comum observância dos principais normativos estabelecidos, oportunidade na concessão dos créditos e celeridade nas decisões.

As instruções unificando e aperfeiçoando as normas de credenciamento de empresas especializadas na prestação de assitência técnica – Crédito Rural Educativo – já representam fruto do novo órgão.

Além de estudos econômicos especiais já desenvolvidos a nível de produtos, a DICOR – funcionando como órgão de assessoria – deu início à montagem de amplo repositório de informações básicas para acompanhamento detalhado das principais atividades rurais do País.

A ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS

Três fatores básicos contribuíram para criação, no Banco, de uma Diretoria Financeira: o própiro crescimento da Empresa, a sofisticação do Sistema Financeiro como um todo e o estágio de desenvolvimento econômico do País, a que o Banco está intimamente vinculado.

A nova Diretoria (DIRFI) surge assim para administrar financeiramente em condições adequadas, os vultosos recursos globais postos à disposição do Banco, hoje em torno de Cr$ 200 bilhões provenientes do público e do Governo.

São também atribuições da DIRFI a consolidação do Planejamento Geral e Integrado do Banco – em termos de orçamento e programas – e o acompanhamento não só de sua execução como também dos resultados das aplicações nas diferentes áreas, do ponto-de-vista econômico-financeiro.

Já se encontra em implantação o Plano de Metas e Programação Orçamentária e o controle das diversas linhas de crédito, fundos e programas operados pelo Banco, em número de cinqüenta e cinco.

O Plano previu a convocação de quarenta funcionários de agências estrategicamente localizadas para estagiarem na Direção Geral, com o objetivo básico de transmitir a esses servidores a sistemática de execução do serviço, de forma que venham a funcionar como monitores em suas agências de origem, esclarecendo dúvidas que possam surgir nas dependências circunvizinhas.

A coleta e levantamento de informações que possibilitam consolidar os planos de cada Carteira do Banco – visando a um tratamento uniforme da distribuição dos recursos – é de responsabilidade da DIRFI.

A ampliação das informações e de participantes fará do sistema instrumento ainda mais válido para análise do fluxo de recursos e aplicações do Banco, no nível de detalhamento requerido pelas necessidades do processo de tomada de decisões.

Atualmente, 82% das agências domésticas são abrangidas pelo Sistema de Informações Gerenciais, permitindo o acompanhamento diário de empréstimos, depósitos, conta do Tesouro Nacional, contas do Banco Central e de resultados, para atender também as necessidade de órgãos do Ministério da Fazenda e do Banco Central do Brasil.

Em termos absolutos, o Sistema, implantado em maio de 1975, já engloba 384 filiais, alguns órgãos da Direção-Geral, contando no momento com 663 participantes.

O BANCO LÁ FORA

As atividades operacionais e administrativas das filiais, escritórios e participações no estrangeiro eram então supervisionadas pela Gerência Geral de Agências do Exterior (GAGEX), subordinada, no plano operacional, à Diretoria de Câmbio, e em relação aos demais assuntos às Diretorias Administrativas e de Recursos Humanos.

Apesar das medidas que visavam a aproveitar integralmente as margens de flexibilidade permitidas pelos Estatutos, no sentido de desenvolver suas atividades, o Banco ainda não podia realizar negócios externos na escala exigida pelo interesse nacional.

A expansão externa é a base de apoio ao desenvolvimento do comércio internacional, principalmente de nossas exportações. O Banco do Brasil estimula os importadores de além fronteira e os exportadores brasileiros, oferece serviços em geral e capta recursos externos para financiar o desenvolvimento brasileiro.

Esse objetivo ganhou maior significado, com o agravamento das condições financeiras até mesmo dos países industrializados, que tiveram de recorrer freqüentemente ao mercado de eurodólares. As sensíveis modificações no funcionamento das fontes internacionais do dinheiro trouxeram reflexos desfavoráveis para os países, que buscam naquela moeda parte dos recursos para seu desenvolvimento econômico.

Outros fatores, ainda, levaram o Banco a elaborar novos estudos de ampliação da rede internacional de suas filiais e escritórios. As mudanças no mercado dos eurodólares, queda da liquidez internacional, além da tentativa brasileira de compensar os preços mais elevados das importações, especialmente do petróleo, influíram na decisão. A esse quadro se acrescenta a necessidade de manter o ritmo de expansão da capacidade produtiva do País.

O crescimento dos negócios internacionais, envolvendo aspectos tão diversos e com dimensão tão ampla, foi o ponto decisivo na criação de uma Diretoria de Agência e Participações Internacionais (DIRIN), que tem como objetivo principal coordenar e dirigir as operações e o funcionamento das dependências e associações no Exterior.

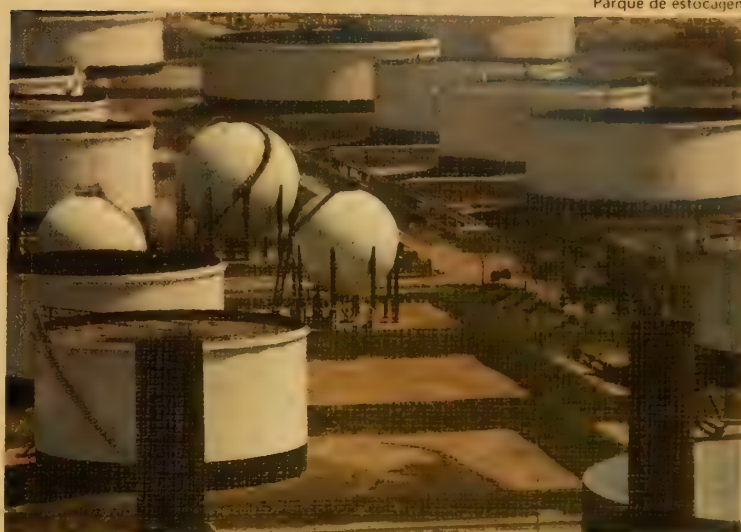
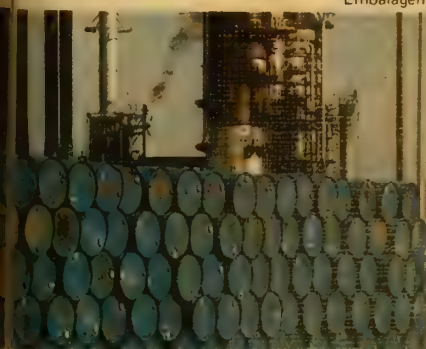
OUTRAS MODIFICAÇÕES

Além da criação dessas três Diretorias, a Assembléia introduziu outras alterações nos Estatutos do Banco, de modo a permitir melhor flexibilidade de sua estrutura administrativa.

Aliás, o deslocamento das Diretorias Operacionais, para suas respectivas regiões, se insere entre essas medidas administrativas e se fundamenta na necessidade de assistir mais diretamente os produtores rurais e industriais. O Banco passa a vivenciar mais de perto os problemas de comercialização das diversas áreas. As soluções são agora mais rápidas e objetivas.

Num país tão diversificado como o nosso, onde regiões como a Norte, Nordeste e a Centro-Oeste necessitam de medidas imediatas e dinâmicas, não pode o Banco ficar indiferente.

Os interesses do Banco continuam assim a se identificar com os do País, numa simbiose constante por objetivos comuns. ◀

Parque de estocagem

Embalagens

Terminal marítimo

A crise mundial causada pelos elevados preços do petróleo conduziu o País a um programa maciço de prospecção e produção em todas as áreas consideradas promissoras, incluída aí grande parte de nossa plataforma continental. O II PND já prevê investimentos em petróleo acima de Cr$ 56 bilhões até 1979.

Os esforços internos, com vistas a contornar os efeitos da crise, vão desde a possível utilização do álcool anidro, a ser misturado à gasolina, até os contratos de serviço, com cláusulas de risco, para prospecção do petróleo. O País persegue a auto-suficiência.

O óleo contido no xisto betuminoso do solo brasileiro supera as reservas de petróleo do mundo, e é uma das opções. Considerada economicamente inviável, sua industrialização tornou-se possível, agora, graças à contínua elevacão dos preços do óleo bruto.

O Brasil estuda a possibilidade de elevar a produção de óleo de xisto para 50.000 barris diários, usando tecnologia própria, já patenteada.

Reator atômico

Pesquisa de energ

Bombeamento de

O programa brasileiro de expansão da capacidade energética se alicerça na geração hidráulica pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico. As usinas termo-elétricas, baseadas em combustíveis fósseis, têm caráter complementar. Itaipu, quando concluída, terá capacidade para 14 milhões de kw, e se tornará assim a maior hidrelétrica do mundo.Mais importante: sua produtividade média será de 60 bilhões kw/hora, contra, por exemplo, 20 bilhões kw/hora da Grand Coulee, nos Estados Unidos.

O Brasil entrou na era nuclear para uso pacífico da energia atômica. Ao optar pela utilização do urânio enriquecido, ingressa nos domínios de uma tecnologia mais sofisticada.

A energia solar desponta como alternativa importante para os países tropicais. E o Brasil, onde o sol brilha 300 dias por ano, vem dedicando atenção especial às pesquisas dessa fonte de energia.

Hid

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

Examinados os livros e papéis da sociedade, o inventário, o balanço e as contas da Diretoria, e verificada a absoluta regularidade dos negócios e operações sociais, refletidos nos balanços semestrais e nas demonstrações da conta de "Lucros e Perdas", relativos ao ano de 1975, o Conselho Fiscal do Banco do Brasil S.A., constituído por seus membros abaixo assinados, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, manifesta-se unanimemente pela aprovação dos balanços examinados e das contas da Diretoria, correspondentes ao exercício social encerrado em 31.12.75.

Brasília (DF), 16 de janeiro de 1976

CARLOMAN DA SILVA OLIVEIRA
GUILHERME DA SILVEIRA FILHO
JOÃO JABOUR
JOSÉ MENDES DE OLIVEIRA CASTRO
JOSÉ WILLEMSENS JÚNIOR
ODETTE DE CASTRO GOUVEIA

Balanço e Demonstração de Lucros e Perdas em 30 de junho de 1975

ATIVO	Cr$
DISPONÍVEL	587.329.935,86
REALIZÁVEL	165.848.866.077,29
Empréstimos	107.565.225.851,55
Da Carteira de Crédito Geral	52.575.734.085,24
À produção	33.052.215.163,74
Ao comércio	6.441.861.279,16
A atividades não especificadas	8.578.204.017,98
Ao Tesouro Nacional — operações anteriores à Lei 4.595/64	3.403.196.838,62
A governos estaduais e municipais	950.419.774,60
A instituições financeiras	149.837.011,14
Da Carteira de Crédito Rural	49.927.073.089,90
À produção	45.438.019.595,85
Ao comércio	4.488.810.285,22
A entidades públicas	243.208,83
Da Carteira de Comércio Exterior	3.426.658.893,77
À produção	997.140.589,14
Ao comércio	297.606,71
Vinculados ao fundo de financiamento à exportação — FINEX	2.429.220.697,92
Da Carteira de Câmbio	1.635.759.782,64
À produção	195.496.089,35
Ao comércio	600 838.083,57
A atividades não especificadas	839.425.609,72
Outros Créditos	54.467.523.238,44
Banco Central, recolhimento compulsório	2.171.439.500,70
Banco Central, outras contas	558.853.776,38
Tesouro Nacional — reajustamento da dívida pecuária e outras responsabilidades da União	1.490.953.988,84
Carteira de Comércio Exterior:	
De ordem e conta do Governo Federal:	
Compra e venda de produtos agrícolas	335.324.046,91
Compensação — nossa remessa	5.096.808.805,97
Compensação — a remeter	148.063.482,44
Compensação — a devolver	56.306.868,32
Cheques a receber, em trânsito	561.858.292,58
Adiantamento sobre cambiais e contratos de câmbio	2.148.037.782,87
Créditos em liquidação	492.302.224,49
Correspondentes no país	11.224.991,14
Departamentos e correspondentes no exterior — em moedas estrangeiras	13.777.665.940,90
Departamentos e correspondentes no exterior — em moeda nacional	38.867.189,55
Outras contas vinculadas a câmbio	9.063.929.429,12
Departamentos no país	536.945.259,07
Outras contas	8.403.973.090,80
FISET — Aplicações	6.980.000,00
Aplicações do programa de formação do PASEP	5.813.001.712,86
PASEP — Recursos transferidos para o BNDE (Lei complementar n.º 19, de 25.06.74)	2.711.285.119,72
PASEP -- Provisões diversas	1.043.701.735,78
Valores e Bens	3.816.116.987,30
Títulos à ordem do Banco Central	2.041.566.058,60
Títulos federais	79.918.561,67
Títulos estaduais e municipais	2.300.918,62
Capital e reservas das agências no exterior	712.986.183,80
Agências no exterior, resultados à disposição da Direção Geral	431.041.991,94
Outros valores em moedas estrangeiras	5.805.385,71
Demais valores	405.337.703,58
Bens	137.160.183,38
IMOBILIZADO	2.146.336.522,08
Imóveis de uso	1.475.088.397,42
Móveis e utensílios	337.155.729,19
Almoxarifado	173.882.971,01
Sistemas de comunicação, mecanização avançada e segurança	160.209.424,46
RESULTADO PENDENTE	1.686.604,63
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	73.026.327.686,43
TOTAL	241.610.546.826,29

PASSIVO	Cr$
NÃO EXIGÍVEL	18.507.327.509,84
Capital	5.760.000.000,00
RESERVAS E FUNDOS	12.747.327.509,84
Fundo de reserva legal	785.798.844,23
Fundo de previsão	5.219.280.156,75
Fundo de amortização de imóveis, móveis e utensílios	1.732.911 390,63
Fundo de reservas especiais	3.337.852 931,05
Fundo de reserva de risco em operações de câmbio	162.678 125,51
Fundo de reserva para manutenção de capital de giro	873.000 000,00
Fundo de previsão para devedores duvidosos	556.000 000,00
Fundo de indenizações trabalhistas	79.806.061,67
EXIGÍVEL	145.654.170.719,11
Depósitos	62.946.057.299,25
À vista e a curto prazo:	59.597.577.167,37
Do público	17.308.189.719,70
De domiciliados no exterior	3.672 124,21
De instituições financeiras:	5.150.182.525,98
Bancos	3.035.889 571,49
Outras instituições financeiras	2.114.292.954,49
Do Tesouro Nacional:	26.450.428.361,16
Operações anteriores à Lei 4.595/64	1.604.445.530,19
Governo Federal, obrigações em moedas estrangeiras por empréstimos contraídos	2.598.589 218,51
Outras contas	22.247.393 612,46
De governos estaduais e municipais	1.073 985 649,51
De autarquias:	7.466.198.308,97
Banco Central, suprimentos especiais	1.405 204.033,91
Outras autarquias	6.060.994 275,36
De sociedades de economia mista	1.273.555.748,03
De empresas públicas	871 464 729,81
A médio prazo:	3.348.480.131,88
Do público	3.346.480.131,88
Com correção monetária	3.343.436.754,25
Outros depósitos	3.043 377,63
De entidades públicas	2.000.000,00
Outras exigibilidades	41.711.275.947,60
Compensação — sua remessa	4.368.548 448,47
Cheques e documentos a liquidar	664 341.452,60
Cobrança efetuada, em trânsito	2.307 499.132,86
Ordens de pagamento	563.495.861,25
Correspondentes no país	67.960.549,49
Departamentos e correspondentes no exterior — em moeda nacional	1.622.088,94
Outras contas vinculadas a câmbio	8.482.941 214,00
Banco Central, conta de movimento	18.661.828.260,64
Outras contas	6.593.238.839,35
Obrigações (especiais)	40.996.837.472,26
Recebimentos de impostos estaduais e municipais	208.751.528,68
Recebimentos por conta do Tesouro Nacional	1.541.788.403,60
Recebimentos por conta de instituições previdenciárias federais	2.123.136.185,95
Recebimentos por conta de instituições previdenciárias estaduais	12.301,47
Fundo de investimentos setoriais — FISET	591.148.678,86
Programa de formação do PASEP	10.066.725.383,39
Depósitos obrigatórios — FGTS	389.704.396,14
Caixa Econômica Federal — PIS	48.522.595,69
Obrigações em moedas estrangeiras	6.091,908.624,28
Obrigações por refinanciamentos e repasses oficiais	16.194.396.630,14
Imposto sobre operações financeiras	3.924 174,75
Outras contas	3.736.818.569,30
RESULTADO PENDENTE	4.422.720.910,91
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	73.026.327.686,43
TOTAL	241.610.546.826,29

D BITO	Cr$
D PESAS OPERACIONAIS	**950.752.138,86**
sas de juros:	806.002.581,22
re depósitos à vista e a curto prazo	1.516.320,02
re depósitos a médio prazo	276.128.899,04
re outras exigibilidades	528.357.362,16
sas de comissões	139.840,57
sas de correção monetária	144.609.717,07
PESAS ADMINISTRATIVAS	**2.653.179.180,07**
H rários da Diretoria e do Conselho Fiscal	2.166.754,35
al:	**1.415.641.207,91**
cimentos	882.733.252,34
ras remunerações	532.907.955,57
gós sociais	621.403.566,08
stos e taxas	13.872.194,85
ial de expediente consumido	51.774.214,18
tivos para assistência social	310.449,29
sas gerais:	**548.010.793,41**
guéis	7.047.305,44
licações de interesse do Banco	8.234.258,04
servação de imóveis, comunicações, fiscalização operações, transporte de numerário, frete de aterial de expediente, locação e manutenção de uipamentos e outras despesas	532.729.229,93
P DAS DIVERSAS	**873.870.949,30**
E perações de exercícios anteriores	580.663.797,64
E ransações e reajustes de valores patrimoniais e as	12.709.205,78
A rtização de imóveis, móveis e utensílios	280.497.945,88
R ERVAS E PROVISÕES	**2.613.920.897,70**
F o de reserva para manutenção de capital de giro	873.000.000,00
F o de previsão para devedores duvidosos	556.000.000,00
F sões para encargos de imposto de renda, gratificações a funcionários e programação de assistência social	1.184.920.897,70
D TRIBUIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO MESTRE — Art. 37, dos Estatutos	**2.084.815.427,98**
F do de reserva	208.481.542,80
F o de reserva de risco em operações de câmbio	41.696.308,56
D lendos aos acionistas (18% a.a.)	518.400.000,00
entagem da Diretoria	2.128.983,51
F lo de previsão	1.314.108.593,11
T AL	**9.176.538.593,91**

CRÉDITO	Cr$
RENDAS OPERACIONAIS	**8.780.572.454,08**
Juros e comissões:	6.550.670.965,35
Sobre empréstimos à produção e ao comércio	5.118.832.312,45
Sobre empréstimos a entidades públicas e a instituições financeiras	74.294.403,93
Outras	1.357.544.248,97
Tarifas sobre serviços	1.053.357.863,86
Outras rendas operacionais	1.176.543.624,87
OUTRAS RENDAS	**111.546.161,80**
LUCROS DIVERSOS	**284.419.978,03**
Recuperação de créditos compensados	55.982.565,67
Em transações e reajustes de valores patrimoniais	4.126.319,73
Diversos	224.311.092,63
TOTAL	**9.176.538.593,91**

Balanço e Demonstração de Lucros e Perdas em 30 de junho de 1975

ATIVO	Cr$
DISPONÍVEL	**587.329.935,86**
REALIZÁVEL	**165.848.866.077,29**
Empréstimos	**107.565.225.851,55**
Da Carteira de Crédito Geral	**52.575.734.085,24**
À produção	33.052.215.163,74
Ao comércio	6.441.861.279,16
A atividades não especificadas	8.578.204.017,98
Ao Tesouro Nacional — operações anteriores à Lei 4.595/64	3.403.196.838,62
A governos estaduais e municipais	950.419.774,60
A instituições financeiras	149.837.011,14
Da Carteira de Crédito Rural	**49.927.073.089,90**
À produção	45.438.019.595,85
Ao comércio	4.488.810.285,22
A entidades públicas	243.208,83
Da Carteira de Comércio Exterior	**3.426.658.893,77**
À produção	997.140.589,14
Ao comércio	297.606,71
Vinculados ao fundo de financiamento à exportação — FINEX	2.429.220.697,92
Da Carteira de Câmbio	**1.635.759.782,64**
À produção	195.496.089,35
Ao comércio	600 838.083,57
A atividades não especificadas	839.425.609,72
Outros Créditos	**54.467.523.238,44**
Banco Central, recolhimento compulsório	2.171.439.500,70
Banco Central, outras contas	558.853.776,38
Tesouro Nacional — reajustamento da dívida pecuária e outras responsabilidades da União	1.490.953.988,84
Carteira de Comércio Exterior:	
De ordem e conta do Governo Federal:	
Compra e venda de produtos agrícolas	335.324.046,91
Compensação — nossa remessa	5.096.808.805,97
Compensação — a remeter	148.063.482,44
Compensação — a devolver	56.306.868,32
Cheques a receber, em trânsito	561.858.292,58
Adiantamento sobre cambiais e contratos de câmbio	2.148.037.782,87
Créditos em liquidação	492.302.224,49
Correspondentes no país	11.224.991,14
Departamentos e correspondentes no exterior — em moedas estrangeiras	13.777.665.940,90
Departamentos e correspondentes no exterior — em moeda nacional	38.867.189,55
Outras contas vinculadas a câmbio	9.063.929.429,12
Departamentos no país	536.945.259,07
Outras contas	8.403.973.090,80
FISET — Aplicações	6.980.000,00
Aplicações do programa de formação do PASEP	5.813.001.712,86
PASEP — Recursos transferidos para o BNDE (Lei complementar n.º 19, de 25.06.74)	2.711.285.119,72
PASEP — Provisões diversas	1.043.701.735,78
Valores e Bens	**3.816.116.987,30**
Títulos à ordem do Banco Central	2.041.566.058,60
Títulos federais	79.918.561,67
Títulos estaduais e municipais	2.300.918,62
Capital e reservas das agências no exterior	712.986.183,80
Agências no exterior, resultados à disposição da Direção Geral	431.041.991,94
Outros valores em moedas estrangeiras	5.805.385,71
Demais valores	405.337.703,58
Bens	137.160.183,38
IMOBILIZADO	**2.146.336.522,08**
Imóveis de uso	1.475.088.397,42
Móveis e utensílios	337.155.729,19
Almoxarifado	173.882.971,01
Sistemas de comunicação, mecanização avançada e segurança	160.209.424,46
RESULTADO PENDENTE	**1.686.604,63**
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	**73.026.327.686,43**
TOTAL	**241.610.546.826,29**

PASSIVO	Cr$
NÃO EXIGÍVEL	**18.507.327**
Capital	**5.760.000**
RESERVAS E FUNDOS	**12.747.327**
Fundo de reserva legal	785.798
Fundo de previsão	5.219.280
Fundo de amortização de imóveis, móveis e utensílios	1.732.91
Fundo de reservas especiais	3.337.852
Fundo de reserva de risco em operações de câmbio	162.678
Fundo de reserva para manutenção de capital de giro	873.000
Fundo de previsão para devedores duvidosos	556.000
Fundo de indenizações trabalhistas	79.806
EXIGÍVEL	**145.654.17**
Depósitos	**62.946.05**
À vista e a curto prazo:	**59.597.57**
Do público	17.308.18
De domiciliados no exterior	3.57
De instituições financeiras:	**5.150.18**
Bancos	3.035.88
Outras instituições financeiras	2.114.29
Do Tesouro Nacional:	**26.450.428**
Operações anteriores à Lei 4.595/64	1.604.44
Governo Federal, obrigações em moedas estrangeiras por empréstimos contraídos	2.598.58
Outras contas	22.247.39
De governos estaduais e municipais	1.073.98
De autarquias:	**7.466.19**
Banco Central, suprimentos especiais	1.405 20
Outras autarquias	6.060.99
De sociedades de economia mista	1.273.55
De empresas públicas	871.464
A médio prazo:	**3.348.480**
Do público	3.346.480
Com correção monetária	3.343.436
Outros depósitos	3.043
De entidades públicas	2.000
Outras exigibilidades	**41.711.275**
Compensação — sua remessa	4.368.548
Cheques e documentos a liquidar	664 341
Cobrança efetuada, em trânsito	2.307.499
Ordens de pagamento	563.495
Correspondentes no país	67.960
Departamentos e correspondentes no exterior — em moeda nacional	1.622
Outras contas vinculadas a câmbio	8 482.941
Banco Central, conta de movimento	18.661.828
Outras contas	6.593.238
Obrigações (especiais)	**40.996.837**
Recebimentos de impostos estaduais e municipais	208.751
Recebimentos por conta do Tesouro Nacional	1.541.788
Recebimentos por conta de instituições previdenciárias federais	2.123.136
Recebimentos por conta de instituições previdenciárias estaduais	12
Fundo de investimentos setoriais — FISET	591.148
Programa de formação do PASEP	10.066.725
Depósitos obrigatórios — FGTS	389.704
Caixa Econômica Federal — PIS	48.522
Obrigações em moedas estrangeiras	6.091.908
Obrigações por refinanciamentos e repasses oficiais	16.194.396
Imposto sobre operações financeiras	3.924
Outras contas	3.736.818
RESULTADO PENDENTE	**4.422.720**
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	**73.026.327**
TOTAL	**241.610.546**

DÉBITO

	Cr$
DESPESAS OPERACIONAIS	**950.752.138,86**
Despesas de juros:	806.002.581,22
Sobre depósitos à vista e a curto prazo	1.516.320,02
Sobre depósitos a médio prazo	276.128.899,04
Sobre outras exigibilidades	528.357.362,16
Despesas de comissões	139.840,57
Despesas de correção monetária	144.609.717,07
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**2.653.179.180,07**
Honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal	2.166.754,35
Pessoal:	**1.415.641.207,91**
Vencimentos	882.733.252,34
Outras remunerações	532.907.955,57
Encargos sociais	621.403.566,08
Impostos e taxas	13.872.194,85
Material de expediente consumido	51.774.214,18
Donativos para assistência social	310.449,29
Despesas gerais:	**548.010.793,41**
Aluguéis	7.047.305,44
Publicações de interesse do Banco	8.234.258,04
Conservação de imóveis, comunicações, fiscalização de operações, transporte de numerário, frete de material de expediente, locação e manutenção de equipamentos e outras despesas	532.729.229,93
PERDAS DIVERSAS	**873.870.949,30**
Em operações de exercícios anteriores	580.663.797,64
Em transações e reajustes de valores patrimoniais e outras	12.709.205,78
Amortização de imóveis, móveis e utensílios	280.497.945,88
RESERVAS E PROVISÕES	**2.613.920.897,70**
Fundo de reserva para manutenção de capital de giro	873.000.000,00
Fundo de previsão para devedores duvidosos	556.000.000,00
Provisões para encargos de imposto de renda, gratificações a funcionários e programação de assistência social	1.184.920.897,70
DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE — Art. 37, dos Estatutos	**2.084.815.427,98**
Fundo de reserva	208.481.542,80
Fundo de reserva de risco em operações de câmbio	41.696.308,56
Dividendos aos acionistas (18% a.a.)	518.400.000,00
Percentagem da Diretoria	2.128.983,51
Fundo de previsão	1.314.108.593,11
TOTAL	**9.176.538.593,91**

CRÉDITO

	Cr$
RENDAS OPERACIONAIS	**8.780.572.454,08**
Juros e comissões:	6.550.670.965,35
Sobre empréstimos à produção e ao comércio	5.118.832.312,45
Sobre empréstimos a entidades públicas e a instituições financeiras	74.294.403,93
Outras	1.357.544.248,97
Tarifas sobre serviços	1.053.357.863,86
Outras rendas operacionais	1.176.543.624,87
OUTRAS RENDAS	**111.546.161,80**
LUCROS DIVERSOS	**284.419.978,03**
Recuperação de créditos compensados	55.982.565,67
Em transações e reajustes de valores patrimoniais	4.126.319,73
Diversos	224.311.092,63
TOTAL	**9.176.538.593,91**

Balanço e Demonstração de Lucros e Perdas em 31 de dezembro de 1975

ATIVO	Cr$
DISPONÍVEL	**768.547.091,00**
REALIZÁVEL	**201.678.322.984,27**
Empréstimos	**133.858.749.709,65**
Da Carteira de Crédito Geral	**66,721.454.307,15**
À produção	42.358.095.958,76
Ao comércio	9.828.506.378,69
A atividades não especificadas	9.842.711.163,49
Ao Tesouro Nacional — operações anteriores à Lei 4.595/64	3.403.196.838,62
A governos estaduais e municipais	1.074.608.944,52
A autarquias	55.587.266,76
A instituições financeiras	158.747.756,31
Da Carteira de Crédito Rural	**60.372.160.593,19**
À produção	56.264.634.867,02
Ao comércio	4.110.008.267,84
A entidades públicas	517.458,33
Da Carteira de Comércio Exterior	**5.406.753.190,70**
À produção	1.358.129.003,23
Ao comércio	210.563.948,95
Vinculados ao fundo de financiamento à exportação — FINEX	3.838.060.238,52
Da Carteira de Câmbio	**1.358.381.618,61**
À produção	159.188.294,86
Ao comércio	285.877.300,51
A atividades não especificadas	913.316.023,24
Outros Créditos	**62.513.668.134,15**
Banco Central, recolhimento compulsório	3.035.070.015,74
Banco Central, outras contas	105.962.907,89
Tesouro Nacional — reajustamento da dívida pecuária e outras responsabilidades da União	3.796.275.796,57
Cheques a receber, em trânsito	1.861.139.768,41
Adiantamentos sobre cambiais e contratos de câmbio	2.197.227.018,38
Créditos em liquidação	538 567.751,54
Correspondentes no país	5.161.806,25
Departamentos e correspondentes no exterior — em moedas estrangeiras	16.828.844.270,22
Departamentos e correspondentes no exterior — em moeda nacional	52.248.946,07
Outras contas vinculadas a câmbio	9.616.473.353,89
Departamentos no país	2.122.560.327,40
Outras contas	9.433.891.635,36
FISET — aplicações	776.341.481,80
Aplicações do programa de formação do PASEP	6.444.366.099,74
PASEP — recursos transferidos para o BNDE (Lei complementar n.º 19, de 25.06.74)	4.340.379.283,20
PASEP — provisões diversas	1.359.157.671,69
Valores e Bens	**5.305.905.140,47**
Títulos à ordem do Banco Central	2.389.948.521,40
Títulos federais	402.126.860,32
Capital e reservas das agências no exterior	830.800.746,43
Agências no exterior, resultados à disposição da Direção Geral	785.062.781,50
Outros valores em moedas estrangeiras	12.535.422,24
Demais valores	790.044.020,83
Bens	95.386.787,75
IMOBILIZADO	**2.624.553.195,62**
Imóveis de uso	1.887.964.268,49
Móveis e utensílios	382.557.877,04
Almoxarifado	182.551.456,16
Sistemas de comunicação, mecanização avançada e segurança	171.479.593,93
RESULTADO PENDENTE	**9.284,08**
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	**94.492.735.388,65**
TOTAL	**299.564.167.943,62**

PASSIVO	Cr$
NÃO EXIGÍVEL	**22.166.754.181,42**
Capital	**11.520.000.000,00**
Reservas e fundos:	**10.646.754.181,42**
Fundo de reserva legal	1.428.944.099,31
Fundo de previsão	1.601.059.138,37
Fundo de amortização de imóveis, móveis e utensílios	1.764.609.920,51
Fundo de reservas especiais	2.793.695.079,47
Fundo de reserva de risco em operações de câmbio	218.066.945,37
Fundo de incentivo à pesquisa técnico-científica	55.388.819,86
Fundo de reserva para manutenção de capital de giro	1.958.882.166,00
Fundo de previsão para devedores duvidosos	738.500.000,00
Fundo de indenizações trabalhistas	87.608.012,53
EXIGÍVEL	**177.649.409.885,21**
Depósitos	**71.956.795.074,10**
À vista e a curto prazo:	**67.253.591.968,56**
Do público	21.999.260.377,97
De domiciliados no exterior	4.847.183,62
De instituições financeiras:	**6.094.351.280,87**
Bancos	3.723.435.970,88
Outras instituições financeiras	2.370.915.309,99
Do Tesouro Nacional:	**29.242.264.007,99**
Operações anteriores à Lei 4.595/64	1.604.445.530,19
Governo Federal, obrigações em moedas estrangeiras por empréstimos contraídos	2.940.919.179,13
Outras contas	24.696.899.298,67
De governos estaduais e municipais	1.611.896.136,96
De autarquias:	**5.078.206.273,22**
Banco Central, suprimentos especiais	1.403.598.533,69
Outras autarquias	3.674.607.739,53
De sociedades de economia mista	2.039.519.507,85
De empresas públicas	1.183.247.200,08
A médio prazo:	**4.703.203.105,54**
Do público:	**730.655.394,63**
Com correção monetária	726.881.362,80
Outros depósitos	3.774.031,83
De entidades públicas:	**3.972.547.710,91**
Com correção monetária	3.958.547.710,91
Outros depósitos	14.000.000,00
Outras exigibilidades	55.624.985.439,76
Compensação de cobrança — nossa remessa a regularizar	1.546,10
Cheques e documentos a liquidar	247.076.457,14
Cobrança efetuada, em trânsito	2.989.516.559,21
Ordens de pagamento	816.371.180,39
Correspondentes no país	67.434.794,50
Departamentos e correspondentes no exterior — em moeda nacional	17.366.939,77
Outras contas vinculadas a câmbio	8.934.879.278,38
Carteira de Comércio Exterior:	
De ordem e conta do Governo Federal:	
Compra e venda de produtos agrícolas	49.769.257,50
Banco Central, conta de movimento	36.226.712.421,51
Outras contas	6.275.857.005,26
Obrigações (especiais)	**50.067.629.371,35**
Recebimentos de impostos estaduais e municipais	237.944.645,72
Recebimentos por conta do Tesouro Nacional	1.870.550.973,50
Recebimentos por conta de instituições previdenciárias federais	629.010.299,98
Recebimentos por conta de instituições previdenciárias estaduais	11.679,11
Caixa Econômica Federal — PIS	49.584.380,33
Depósitos obrigatórios — FGTS	553.823.580,34
Obrigações por refinanciamentos e repasses oficiais	21.390.152.117,48
Fundo de investimentos setoriais — FISET	1.153.199.491,44
Programa de formação do PASEP	12.044.017.844,96
Imposto sobre operações financeiras	2.932.555,49
Obrigações em moedas estrangeiras	7.183.670.477,65
Outras contas	4.952.731.325,35
RESULTADO PENDENTE	**5.255.268.488,34**
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	**94.492.735.388,65**
TOTAL	**299.564.167.943,62**

DÉBITO

	Cr$
DESPESAS OPERACIONAIS	1.576.218.076,70
Despesas de juros:	1.352.438.373,73
Sobre depósitos à vista e a curto prazo	128.248,76
Sobre depósitos a médio prazo	556.930.[illegible],37
Sobre outras exigibilidades	795.368.[illegible],60
Despesas de comissões	62.118,17
Despesas de correção monetária	223.717.587,80
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	4.102.944.044,24
Honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal	3.081.325,19
Pessoal:	2.291.145.391,27
Vencimentos	1.401.724.726,64
Outras remunerações	889.420.664,63
Encargos sociais	925.957.575,85
Impostos e taxas	5.674.231,77
Material de expediente consumido	62.555.084,34
Donativos para assistência social	7.008.974,13
Despesas gerais:	807.521.461,69
Aluguéis	10.565.775,90
Publicações de interesse do Banco	11.512.985,39
Conservação de imóveis, comunicações, fiscalização de operações, transporte de numerário, frete de material de expediente, locação e manutenção de equipamento e outras despesas	785.442.700,40
PERDAS DIVERSAS	682.808.706,04
Em operações de exercícios anteriores	628.201.059,54
Em transações e reajustes de valores patrimoniais e outras	22.909.115,62
Amortização de imóveis, móveis e utensílios	31.698.529,88
RESERVAS E PROVISÕES	3.398.382.166,00
Fundo de reserva para manutenção de capital de giro	1.085.882.166,00
Fundo de previsão para devedores duvidosos	182.500.000,00
Fundo para prejuízos eventuais	250.000.000,00
Provisão para pagamento de imposto de renda	1.420.000.000,00
Provisões para gratificação a funcionários e programação de assistência social	460.000.000,00
DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE — Art. 38 dos Estatutos	2.769.440.993,10
Fundo de reserva	276.944.099,31
Fundo de reserva de risco em operações de câmbio	55.388.819,86
Fundo de incentivo à pesquisa técnico-científica	55.388.819,86
Dividendos aos acionistas (18% a.a.)	777.600.000,00
Percentagem da Diretoria	3.060.115,70
Fundo de previsão	1.601.059.138,37
TOTAL	12.529.793.985,06

CRÉDITO

	Cr$
RENDAS OPERACIONAIS	[illegible]
Juros e comissões	[illegible]
Sobre empréstimos [illegible]	[illegible]
Sobre empréstimos [illegible] e a instituições financeiras	[illegible]
Outras	[illegible]
Tarifas sobre serviços	[illegible]
Outras rendas operacionais	[illegible]
OUTRAS RENDAS	[illegible]
LUCROS DIVERSOS	[illegible]
Recuperação de créditos compensados	[illegible]
Em transações e reajustes de valores patrimoniais	[illegible]
Diversos	218.456.208,57
TOTAL	[illegible]

Balanço Consolidado e Condensado em 31 de dezembro de 1975
Dependências no País e no Exterior

ATIVO		Cr$
DISPONIBILIDADES		10.301.285.804,37
EMPRÉSTIMOS E OUTRAS OPERAÇÕES ATIVAS		236.024.245.606,83
TÍTULOS MOBILIÁRIOS		3.876.265.726,44
IMOBILIZADO		3.367.723.518,65
OUTRAS CONTAS		9.871.481.710,29
		263.441.002.366,58

PASSIVO		Cr$
CAPITAL		11.520.000.000,00
RESERVAS		10.646.754.181,42
DEPÓSITOS		
À vista	82.348.926.176,49	
A prazo	75.840.721.083,64	158.189.647.260,13
OPERAÇÕES PASSIVAS		12.334.258.512,05
RECURSOS PARA REFINANCIAMENTO		53.059.801.871,16
OUTRAS EXIGIBILIDADES		12.435.272.253,48
RESULTADO PENDENTE		5.255.268.488,34
		263.441.002.366,58